RELATÓRIO E CONTAS

2022

mudum
Companhia de Seguros
GROUPE CRÉDIT AGRICOLE

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2022

1.1 ESTRUTURA E PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

1.2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1.1.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

1.1.2 SITUAÇÃO ECONÓMICA NACIONAL

1.1.3 O SETOR SEGURADOR

1.3 PRINCIPAIS INDICADORES E VARIÁVEIS DA ATIVIDADE

1.4 A ATIVIDADE DA MUDUM SEGUROS

1.5 A ATIVIDADE PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

1.6 NOTA FINAL

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 CONTA DE GANHOS E PERDAS

2.2 BALANÇO

2.3 DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

2.4 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

2.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

2.6 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA \ RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

3.1 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

3.2 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 ESTRUTURA E PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

1.1.1 INTRODUÇÃO

O modelo de governo da sociedade introduzido em 2019 manteve-se inalterado, consubstanciando-se numa governação responsável, norteada por objetivos concretos, disponibilizando produtos e serviços integradores de valor acrescentado para os clientes e por estes percecionado, valorizando os colaboradores, com a ambição de criar valor não só para os seus acionistas, mas também pela sociedade.

A transparência e lealdade nas relações com todos aqueles com quem se relaciona revestem-se de fulcral importância para a consolidação do seu negócio, assim como a adoção e respeito integral das boas regras vigentes no mercado em que se insere, em cumprimento da carta ética do Grupo Credit Agricole e do código de conduta da Mudum Seguros, e nomeadamente através da adoção de medidas internas anticorrupção e orientações de conduta exigentes.

A gestão corrente e organização da Mudum Seguros foram delegadas num *Chief Executive Officer* o qual é coadjuvado por dois Diretores-Gerais Adjuntos (*Deputy CEO*). Deste modo, é mantido o desiderato de respeito de acordo com as boas práticas de governo da sociedade e o disposto em diversa legislação e regulamentação. A Mudum Seguros aplica assim o princípio de "*four-eyes*", garantindo que nenhuma decisão importante para a atividade da Companhia será implementada sem a intervenção de pelo menos duas pessoas que dirijam efetivamente a empresa.

Manteve-se também como essencial o pleno funcionamento dos diversos Comités existentes com a participação dos responsáveis de topo e titulares de funções chave, como auxiliares no processo de discussão e tomada de decisão, reforçando o modelo de governação assente numa gestão sã e prudente do negócio, e avaliando e monitorizando os riscos e assegurando o cumprimento dos deveres legais a que a Mudum Seguros está obrigada e, nas situações em que tal se mostrou necessário, propondo medidas de mitigação aos riscos identificados.

1.1.2. ESTRUTURA DO GOVERNO DA MUDUM SEGUROS

O sistema de governo da Mudum Seguros baseia-se no sistema de três linhas de defesa, suportado por uma estrutura de governo bem definida, complementada por Comités, Funções-chave e Políticas.

1.1.2.1. ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral de Acionistas, que reúne pelo menos uma vez por ano, tem por principais competências proceder à eleição dos órgãos sociais, deliberar sobre o Relatório de Gestão, as contas do exercício e a aplicação de resultados.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente e um Secretário. Os membros da Mesa são eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

1.1.2.1.1. REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

Relativamente à participação e exercício do direito de voto nas reuniões da Assembleia Geral:

- A Assembleia Geral dos acionistas é composta por todos os acionistas com direito pelo menos a um voto, que satisfaçam as condições referidas no ponto seguinte.
- Só poderão participar na Assembleia os titulares de ações escriturais registadas em seu nome até oito dias úteis antes do dia da reunião.
- A Assembleia poderá ser realizada com utilização de meios telemáticos se a sociedade assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo ao registo do seu conteúdo e dos respetivos intervenientes.
- A cada ação corresponderá um voto.

1.1.2.1.2. INTERVENÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DA SOCIEDADE

A Assembleia Geral aprova anualmente a política de remuneração do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização.

1.1.2.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração cujos membros são designados por quatro anos, sendo permitida a reeleição dos respetivos membros.

A Assembleia Geral designa o Presidente do Conselho de Administração, dentre os membros eleitos para este órgão.

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Sociedade num *Chief Executive Officer (CEO)*, o qual no âmbito dessa função é coadjuvado por dois Diretores-Gerais Adjuntos (*Deputy CEO*) que participam nas decisões, conjuntamente com o *CEO*, com impacto na gestão e organização da Companhia, considerando-se como pessoas que dirigem efetivamente a empresa.

1.1.2.2.1. REGRAS APLICÁVEIS À NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA SOCIEDADE

- O Conselho de Administração é composto por um mínimo de cinco e um máximo de sete Administradores.
- A Assembleia Geral fixará o número de administradores; na falta de deliberação expressa, considera-se fixado o número de administradores eleitos.
- Os Administradores são eleitos pela Assembleia Geral dos Acionistas por períodos de quatro anos, sendo permitida a reeleição.
- A Assembleia Geral poderá eleger Administradores Suplentes, até número igual a um terço do número de administradores efetivos, na data da eleição respetiva.
- A alteração do Contrato de Sociedade é matéria de deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas.

1.1.2.2.2 PODERES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho não poderá deliberar sem que estejam presentes ou representados maioria dos seus membros e as deliberações sejam votadas favoravelmente pela maioria dos membros presentes ou representados.

As seguintes matérias deverão necessariamente ser discutidas e aprovadas por deliberação do Conselho de Administração da Sociedade:

I. Aprovação ou modificação do Regulamento Interno do Conselho de Administração e do *CEO (Chief Executive Officer)*;

II. Aprovação de contratos com terceiros cujos valores/responsabilidades excedam em 10% as despesas totais anuais da Sociedade (excluindo despesas com comissões e partilha de lucros);

III. Concessão de financiamentos, depósitos, ou prestação de garantias acima do valor de um milhão de euros;

IV. Aquisição, oneração ou alienação de bens imóveis por valor superior a 5 milhões de euros, desde que os bens imóveis sejam utilizados na gestão corrente da sociedade;

V. Solicitação de financiamentos ou criação de passivo acima dos dez milhões de euros (por transação);

VI. Licenciamento ou concessão de direitos sobre a propriedade intelectual ou industrial da Sociedade;

VII. Alargamento ou redução da atividade social ou modificação do objeto da sociedade;

VIII. Aprovação do Balanço e contas da Sociedade e todos os documentos legais de prestação de contas da Sociedade;

IX. Aprovação de proposta de aplicação de resultados.

1.1.2.3. CONSELHO FISCAL

A função de fiscalização interna da Mudum Seguros é atribuída ao Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente.

O presidente do Conselho Fiscal será designado pela Assembleia Geral dos acionistas.

Os membros do conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição, nos termos da legislação aplicável.

1.1.2.4. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A fiscalização externa da Companhia é assegurada pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da Mudum Seguros, a Price Waterhouse Coopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, bem como pela autoridade de supervisão a que a Mudum Seguros está sujeita, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF").

Sob proposta do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral designou um Revisor Oficial de Contas para proceder ao exame das contas da Sociedade. O Revisor Oficial de Contas é eleito por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição, nos termos da legislação aplicável.

1.1.2.5. SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

O Secretário é designado pelo Conselho de Administração e a duração das suas funções coincide com o mandato do Conselho de Administração que o designar.

1.1.2.6. COMITÉ DE REMUNERAÇÃO

Em cumprimento do disposto na Norma Regulamentar 4/2022-R, de 26 de abril, da ASF, na Assembleia-Geral, realizada em 7 de dezembro de 2022 foram designados os seguintes membros do Comité de Remuneração, para um mandato com duração similar ao dos membros dos órgãos sociais, i.e., os membros foram eleitos para um mandato com duração até ao final de dezembro de 2023:

PRESIDENTE
António Joaquim Andrade Gonçalves

VOGAL
Corinne Nathalie Faure Cluzel

VOGAL
José Maria Ribeiro da Cunha

1.1.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

Em Assembleia Geral da Mudum Seguros, realizada em 23 de junho de 2020, foram eleitos os membros dos órgãos sociais para o quadriénio de 2020 a 2023.

Assim, a 31 de dezembro de 2022 a composição dos órgãos sociais era a seguinte:

1.1.3.1. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE
Olivier Ronan Melennec

SECRETÁRIO
Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho

1.1.3.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE (N.E)*
Guillaume Michel Oreckin

VOGAL (N.E)*
Corinne Nathalie Faure Cluzel

VOGAL E CEO
François Nicolas Baudienville

VOGAL (N.E)*
Isaac da Cunha

VOGAL (N.E)*
Mário Jorge Tapada Gouveia

VOGAL (N.E)*
Virginie Michéle Hélène Salaun

* N. E. - Não Executivo.

1.1.3.3. GESTÃO CORRENTE DA SOCIEDADE – *CHIEF EXECUTIVE OFFICER*

De acordo com os estatutos aprovados na Assembleia Geral de 23 de junho de 2021 e o Regulamento Interno do Conselho de Administração aprovado em 4 de julho de 2019 e atualizado em 17 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração delega a gestão corrente e a organização da Sociedade no *Chief Executive Officer* (*CEO*), tendo designado François Nicolas Baudienville como *CEO*.

No âmbito e para os efeitos de apoio à gestão corrente da Sociedade, o *Chief Executive Officer* nomeou como Diretores-Gerais Adjuntos (*Deputy CEO*), Paulo Alexandre Nunes Nogueira e Afonso de Castro Barbosa Temudo Barata.

1.1.3.4. CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE
António Joaquim Andrade Gonçalves

VOGAL EFETIVO
Paulo Ribeiro da Silva

VOGAL EFETIVO
José Maria Ribeiro da Cunha

VOGAL SUPLENTE
João José Barragàn Pires

1.1.3.5. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

EFETIVO
PWC & ASSOCIADOS, SROC, LDA (1)

(1) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 23 de junho de 2020. Representada por Aurélio Adriano Rangel Amado (revisor oficial de contas).

SUPLENTE
Carlos José Figueiredo Rodrigues

1.1.3.6. SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE
Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho(1)

(1) Por deliberação do Conselho de Administração de 22 de outubro de 2020

1.1.4. ESTRUTURA DE CAPITAL

O Capital Social da Mudum Seguros é de 15.000.000 euros, representado por 3.000.000 ações com valor nominal de 5,00 euros cada.

1.1.5. ESTRUTURA ACIONISTA A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

A estrutura acionista é à data de referência a seguinte:

ACIONISTA	N.º. AÇÕES	% CAPITAL SOCIAL
Crédit Agricole Assurances, S.A.	3.000.000	100,00 %

1.1.5.1 TRANSMISSIBILIDADE DAS AÇÕES

Os acionistas não transmitentes têm direito de preferência na transmissão a terceiros da totalidade ou de parte das ações que o acionista transmitente pretenda efetuar.

1.1.5.2. ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

Na Assembleia Geral realizada em 07/12/2022 foram aprovadas alterações aos Estatutos, alterando a sede social da Companhia e instituindo-se um Comité de Remuneração, o qual desempenha as competências definidas nas disposições legais e regulamentares

aplicáveis, em linha com o preceituado na Norma da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 4/2022-R, de 26 de abril.

1.1.6. PRINCÍPIOS DE DETEÇÃO E CORREÇÃO DE SITUAÇÕES DE INCUMPRIMENTO

A regulação vigente na Mudum Seguros, em matéria de situações de incumprimento assenta nas principais linhas gerais:

a) ***Colaboradores sujeitos ao dever de comunicação:*** Todos os colaboradores têm obrigação de comunicar ao seu superior hierárquico;

b) ***Entidade que recolhe a comunicação:*** Direção de Risco, Compliance e Segurança; a área de Compliance perante a comunicação referida deve apreciar a situação descrita e determinar as ações que, perante cada caso concreto, entenda por convenientes. Para este fim, esta Direção poderá solicitar a colaboração do Departamento de Auditoria.

c) Se da apreciação da situação de irregularidade ficar provado que se tratou de uma violação de leis, regulamentos ou dos princípios e deveres internos, serão adotadas as medidas disciplinares necessárias com o objetivo de salvaguardar os interesses da Companhia, de cordo com a disposição da legislação em vigor.

d) ***Comunicações Anónimas:*** Não são admitidas nem serão tidas em conta comunicações anónimas. Toda e qualquer situação de deteção e correção de situações de incumprimento reportada serão tratadas confidencialmente, nomeadamente quanto à sua origem, e com a devida discrição;

e) ***Não retaliação:*** É expressamente proibida qualquer retaliação contra os Colaboradores que efetuem a referida comunicação;

f) ***Arquivo das Comunicações:*** Se derem origem a processos internos de investigação, são arquivadas confidencialmente até à conclusão dos respetivos processos.

Findas as investigações, os dados serão eliminados nos termos e condições legalmente definidas.

Tendo por base estas linhas gerais, a Mudum Seguros tem implementado um sistema de denúncia de irregularidades, possibilitando a qualquer colaborador relatar um mau funcionamento dos princípios e do respeito das regras e da função conformidade quando os

mecanismos de report por meio da cadeia normal de transmissão são inoperantes ou inadequados para a situação (medo de represálias, hierarquia envolvida, etc.).

O funcionamento deste sistema é parte integrante dos Códigos de Conduta da Mudum Seguros e do Grupo Crédit Agricole Assurances.

Uma das peças implementadas para consolidar o compromisso de impedir comportamentos indevidos, antiéticos e criminais, é a disponibilização de uma ferramenta onde possam ser exercidas as denúncias diretamente: a plataforma BKMS® SYSTEMS.

Implementada durante 2020, esta plataforma garante a confidencialidade do denunciante, dos incidentes relatados e das pessoas envolvidas. As informações são encriptadas e armazenadas num ambiente seguro separado. Os denunciantes podem usar a ferramenta para fazer a divulgação e usar a caixa de diálogo protegida para discuti-la com o analista encarregado de lidar com denúncia/reporte. O anonimato do denunciante está protegido. Cada alerta é analisado também por elementos do Grupo Crédit Agricole, garantindo assim a devida escalabilidade. É tomada uma decisão apropriada para cada violação potencial, suspeita ou comprovada, que possa violar os Códigos, regulamentos aplicáveis, os nossos valores ou ética profissional.

1.1.7. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Na Assembleia Geral realizada em 31 de março de 2022 foi aprovada a Política de Remunerações dos Órgãos Sociais ("PROS"). Estabelecida de acordo com os princípios estabelecidos na legislação nacional e o Regulamento Delegado 2015/35, nos seus artigos 258.º/1, al. l), e 275.º, tem como objetivos principais:

a) Definir os princípios da política de remunerações aplicável aos membros dos órgãos sociais da Mudum Seguros em conformidade com a atividade da Companhia e com os princípios do CASA e do CAA, sendo consistente com uma estratégia de gestão e controlo de riscos eficaz e procurando evitar uma excessiva exposição ao risco, bem como potenciais conflitos de interesses;

b) Alinhar as práticas remuneratórias com os objetivos, valores e interesses da Mudum Seguros a longo prazo;

c) Obedecer ao princípio da proporcionalidade, sendo desenhada por forma a ter em conta a organização interna da Companhia, bem como a dimensão. natureza e complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.

d) Cumprir com o disposto no contrato de sociedade.

e) A Política é objeto de revisão sempre que necessário e oportuno, nos termos da regulamentação em vigor.

Na sequência da publicação da Norma ASF 4/2022-R, de 26 de abril, a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais foi revista e a versão atualizada aprovada na Assembleia Geral realizada em 7 de dezembro de 2022.

Como já acima referido, nesta Assembleia Geral foi aprovada a alteração ao artigo vigésimo segundo dos Estatutos da Mudum e instituído um Comité de Remuneração que desempenha as funções definidas na Norma ASF 4/2022-R:

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais em vigor, nos moldes acima referidos, estabelece o seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

As funções de Presidente e de Secretário da Mesa da Assembleia Geral não são remuneradas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração que desempenham funções em órgãos de administração de sociedades em relação de Grupo com a Mudum Seguros, podem ser remunerados pelas referidas Sociedades e/ou pela Mudum Seguros, de acordo com o relevo das funções desempenhadas.

MEMBROS NÃO-EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros não executivos do Conselho de Administração, incluindo o seu Presidente, não auferem remuneração fixa ou variável paga pela Mudum Seguros.

MEMBROS EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

I. A remuneração do membro do Conselho de Administração com funções executivas ("Administrador-Delegado" ou "CEO" – Chief Executive Officer) é fixada pela Assembleia Geral, mediante proposta dos membros não executivos designados pelo Conselho de Administração, num mínimo de dois membros, que deverá incluir o seu Presidente, quando não executivo, e sujeita a parecer do Comité de Remuneração.

II. A componente fixa de remuneração é paga mensalmente, 12 (doze) vezes em cada ano civil completo, cuja definição terá por base:

a) As remunerações pagas por empresas de dimensão semelhante a operar no sector segurador em Portugal;

b) As remunerações pagas em outras empresas do Grupo CAA para cargos de responsabilidade semelhante;

c) O desempenho individual anual.

III. A remuneração variável, com referência ao ano anterior, será estabelecida no primeiro trimestre do exercício em curso, segundo critérios abaixo definidos, e representará no máximo 50% do total da remuneração fixa anual.

IV. A remuneração variável toma em consideração o disposto no artigo 275.º do Regulamento Delegado 2015/35., bem como a realidade e complexidade do negócio e da dimensão da Mudum Seguros.

V. A remuneração variável considera o desempenho individual do CEO face aos objetivos que lhe foram fixados e o desempenho global da Mudum Seguros, nomeadamente o grau de cumprimento dos objetivos globais da empresa no exercício económico anterior, compreendendo:

a) O cumprimento dos objetivos designados pelo Grupo CASA e pelo Grupo CAA;

b) O cumprimento dos objetivos anuais da Mudum Seguros: volume de negócios (contratos, prémios), gastos gerais e resultado líquido previstos no orçamento e no plano de médio prazo, dentro do quadro do apetite ao risco da companhia;

O pagamento da componente variável da remuneração, quando atribuída, tem lugar após apreciação do grau de cumprimento dos objetivos fixados para o CEO nos termos do parágrafo anterior e, após o apuramento das contas de cada exercício económico.

VI. A remuneração variável pode ser atribuída sob a forma de prémio de desempenho e/ou distribuição de lucros, conforme o que vier a ser expressamente determinado em Assembleia Geral. Sem prejuízo do acima disposto, o acionista poderá, em sede de Assembleia Geral, propor que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Companhia ou de qualquer outra empresa do Grupo CASA.

VII. Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor para o CEO, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não se considera necessário proceder ao diferimento de uma parte da remuneração variável, sendo a mesma, se existir, paga de uma só vez.

VIII. A remuneração do CEO incluirá ainda a atribuição dos demais benefícios constantes das políticas da Empresa (nomeadamente, seguros de vida, saúde, desconto no prémio dos seguros de que seja tomador e planos individuais de reforma, a existirem, em caso de reforma por velhice ou por invalidez).

CONSELHO FISCAL

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal inclui apenas uma componente fixa, mensal, paga 12 vezes ao ano, determinada anualmente pela Assembleia Geral, sob proposta da acionista única.

COMITÉ DE REMUNERAÇÃO

A remuneração dos membros do Comité de Remuneração, a existir, inclui apenas uma componente fixa, mensal, paga 12 vezes ao ano, determinada anualmente pela Assembleia Geral, sob proposta do acionista único.

DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

PROIBIÇÃO DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS

É proibida a celebração de contratos pelos membros do órgão de administração, quer com a Companhia, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Companhia.

LIMITES À INDEMNIZAÇÃO A PAGAR POR DESTITUIÇÃO SEM JUSTA CAUSA DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

A eventual indemnização por destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não deve ser paga se a mesma resultar de um inadequado desempenho do membro cessante.

REPORTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL

Nos termos do disposto da Norma Regulamentar ASF 4/2022-R, o Comité de Remuneração deverá dar conhecimento à Assembleia Geral anual em que sejam aprovadas as contas da sociedade das seguintes informações:

a) Relatório de avaliação sobre a verificação do cumprimento da política e das práticas de remuneração, nos termos prescritos pelos artigos 89.º e 90.º da referida Norma Regulamentar, Tendo em conta que o Comité de Remuneração foi constituído perto do final do ano (Assembleia Geral de 7 de dezembro), para o exercício de 2022 a avaliação sobre a verificação do cumprimento da política e das práticas de remuneração para este exercício foi efetuada pelos membros não executivos designados pelo Conselho de Administração para estes efeitos, conforme previsto na política de remunerações em vigor até então.

Nos termos da Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais, foram também aprovadas na referida Assembleia Geral as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais.

Em 2022, as remunerações suportadas pela Mudum Seguros referentes aos membros dos seus Órgãos Sociais foi a seguinte:

Exercício de 2022

Nome	Orgão Social	Remunerações Fixas	Remunerações Variáveis	Remunerações Totais pagas
FRANÇOIS NICOLAS BAUDIENVILLE (*)	C.E.O.	147 000,00 €	44 262,00 €	191 262,00 €
ANTÓNIO JOAQUIM ANDRADE GONÇALVES	Presidente do Conselho Fiscal	13 320,00 €		13 320,00 €
JOSÉ MARIA REGO RIBEIRO DA CUNHA	Vogal do Conselho Fiscal	7 020,00 €		7 020,00 €
PAULO RIBEIRO DA SILVA	Vogal do Conselho Fiscal	7 020,00 €		7 020,00 €
	TOTAL	**174 360,00 €**	**44 262,00 €**	**218 622,00 €**

(*) As remunerações totais pagas em 2022 não incluem a devolução de 86 152,60€, efectuadas pelo CEO em 2022 relativo a remunerações auferidas em anos anteriores (dos quais, 43 952,80€ referente a 2021), decorrentes de reembolsos efectuados pela Administração Tributária por alteração do enquadramento fiscal que tinha sido suportado pela Companhia como remuneração nesses anos, conforme deliberação das Assembleias Gerais de 31 de março e 7 de dezembro de 2022. As remunerações pagas em 2022 já têm por base o novo enquadramento fiscal.

Exercício de 2021

Nome	Orgão Social	Remunerações Fixas	Remunerações Variáveis	Remunerações Totais pagas
FRANÇOIS NICOLAS BAUDIENVILLE	C.E.O.	205 608,00 €	35 836,00 €	241 444,00 €
ANTÓNIO JOAQUIM ANDRADE GONÇALVES	Presidente do Conselho Fiscal	13 417,50 €		13 417,50 €
JOSÉ MARIA REGO RIBEIRO DA CUNHA	Vogal do Conselho Fiscal	8 780,00 €		8 780,00 €
PAULO RIBEIRO DA SILVA (**)	Vogal do Conselho Fiscal	10 530,00 €		10 530,00 €
	TOTAL	**238 335,50 €**	**35 836,00 €**	**274 171,50 €**

(**) O montante de 10.530 euros inclui 3.510 euros colocados à disposição em 2021, mas sendo referentes ao exercício de 2020.

relatório esse que deve ser objeto de apreciação prévia pelo revisor oficial de contas (artigo 90.º/3 da Norma Regulamentar em referência);

b) Declaração de cumprimento do disposto no artigo 275º do Regulamento Delegado e no capítulo IX da referida norma, a ser submetida à ASF e a publicar no sítio da empresa de seguros na internet.

1.2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1.2.1. SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

O ano de 2022 ficou marcado pelo acentuar das pressões inflacionistas que já se vinham sentido em 2021 e respetiva resposta das autoridades monetárias, pela guerra russa na Ucrânia e, na China, pelos impactos ainda significativos do vírus SARS CoV-2 e respetivas medidas de contenção das autoridades.

O crescimento global desacelerou fortemente do clima de forte expansão de 2021 tendo ainda assim mantido níveis bastante resilientes. De acordo com o "*World Economic Outlook*" do Fundo Monetário Internacional a economia global terá crescido 3,4% em 2022 (6,2% em 2021).

Esta desaceleração do crescimento foi relativamente balanceada com as economias desenvolvidas a crescerem 2,7% (5,4% em 2021). Nos Estados Unidos o crescimento terá abrandado para 2,0% (5,9% em 2021) e a zona euro terá conseguido crescer cerca de 3,5% (5,3% em 2021).

Importa assinalar a resiliência da zona euro particularmente em face do choque significativo provocado pela guerra na Ucrânia. Se por um lado a forte subida dos preços da energia sentida na primeira metade do ano foi controlada mais rapidamente que o previsto, por outro lado o significativo suporte fiscal por parte dos governos contribuiu muito positivamente. De assinalar, também, um contributo maior que o inicialmente esperado do setor privado com o excesso de poupança acumulado dos períodos de confinamento a ser amplamente utilizado num contexto de mercados laborais praticamente em pleno emprego com crescimentos salariais robustos a suportar a procura, particularmente nos serviços, e a respetiva resposta do investimento privado.

Já na Ásia, designadamente na China a desaceleração foi mais visível com o crescimento de 2022 a ficar-se pelos 3% (8,4% em 2021), um nível historicamente reduzido para esta economia, com uma forte influência ainda dos efeitos da COVID-19 bem como uma contração significativa do mercado imobiliário. Este crescimento anémico para os padrões chineses contribuiu significativamente para a redução do crescimento do comércio global e dos preços internacionais das matérias-primas.

A evolução dos preços em 2022 marcou claramente o ambiente económico. De acordo com o "*World Economic Outlook*" do Fundo Monetário Internacional os preços no consumidor a nível global terão crescido em termos médios 8,8% (4,7% em 2021) significativamente acima dos níveis pré-pandemia de cerca de 3,5%. As pressões inflacionistas que já se vinham sentido em 2021 acentuaram-se significativamente levando a uma resposta agressiva por parte das autoridades monetárias particularmente nos Estados Unidos e Zona Euro.

A Reserva Federal Norte-Americana iniciou em março um ciclo de subida de taxas tendo a principal taxa de intervenção subido 425 pontos base em 2022. O Banco Central Europeu iniciou o seu ciclo de subida em julho tendo subida a sua taxa de referência 250 pontos base até dezembro de 2022.

Aparentemente no final do ano há sinais de que o crescimento de preços terá tido o seu pico no final do terceiro trimestre, início do quarto. No entanto as medidas de inflação "core" permanecem algo elevadas o que conjugado com taxas de desemprego historicamente baixas e crescimentos salariais robustos terá contribuído para que os principais bancos centrais tenham sinalizado a manutenção de um regime de taxas elevado por mais tempo do que o inicialmente esperado.

No final do ano o FMI no seu "*outlook*" sinaliza, pois, um cenário de contínua desaceleração económica com riscos significativos, designadamente da situação da economia chinesa que tem cada vez mais um peso significativo no comércio global bem como a persistência e a

possibilidade de uma escalada de tensões geopolíticas e também de fragmentação da economia global em blocos e respetiva imposição de restrições à mobilidade de bens, pessoas e capital o que pode ter fortes impactos no crescimento global. Pela positiva destaca o aparente domínio da situação inflacionista e a resiliência que o sector privado das principais economias desenvolvidas tem vindo a mostrar.

Os mercados financeiros depois de um 2021 com alguma exuberância registaram um dos piores anos de que há memória com praticamente todas as classes de ativos a registarem perdas significativas à exceção das matérias-primas. Os mercados acionistas registaram perdas entre 10% e 20%, mas as piores performances vieram mesmo dos segmentos obrigacionistas. As taxas de longo prazo de referência (10 anos) subiram significativamente: a taxa "*swap*" do euro subiu 244 pontos base, a taxa rendimento da divida pública alemã subiu 275 pontos base, mais 292 pontos base para a taxa de rendimento da divida francesa e uma subida de cerca de 237 pontos base na taxa de rendimento das obrigações de divida pública norte-americana. As taxas de juro de curto acompanharam os movimentos dos bancos centrais com a Euribor a 3 meses a subir 270 pontos base fixando-se em 2,13% no final do ano e a LIBOR a 3 meses do dólar norte-americano subir 456 pontos base fixando-se nos 4,77% no final do ano. Os spreads de crédito de empresas privadas de elevada qualidade ("*investment grade*") subiram 72 pontos base no ano tendo, no entanto, recuperado significativamente dos máximos atingidos em outubro. O euro desvalorizou-se 5,8% face ao dólar norte-americano. Nos mercados de matérias-primas os ganhos foram expressivos e generalizados (+ 16% para um índice generalista de referência) mas abrandaram significativamente na última metade do ano.

1.2.2. SITUAÇÃO ECONÓMICA NACIONAL

A economia portuguesa, algo em contraciclo com a economia mundial terá crescido, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, 6,7% em 2022, acelerando o ritmo de crescimento face a 2021 (5,5%) e após a contração histórica de -8,3% em 2020 que refletiu os efeitos adversos da pandemia provocada pelo vírus SARS CoV-2.

Se em 2021 o motor único tinha sido a procura interna já em 2022 a procura externa líquida contribuiu com 2,1 pontos percentuais dos 6,7% de crescimento do PIB. A procura interna contribuiu com 4,7 pontos percentuais tendo desacelerado o crescimento (+4,5%) face a 2021 (+5,6%).

O 1º trimestre do ano foi o mais forte com um crescimento homólogo de 11,9% número ao qual não é alheia a comparação com o 1º trimestre de 2021 que tinha sido ainda de contração. Os restantes trimestres do ano foram também de crescimentos, mas em tendência decrescente com +7,4%, +4,8% e +3,2% respetivamente para o 2º, 3º e 4º trimestres.

Em termos dos componentes da procura interna o consumo privado aumentou 5,7% em 2022 (+4,7% em 2021): o 1º trimestre foi o mais forte (11,6% em termos homólogos) tendo o crescimento desacelerado nos trimestres seguintes particularmente no quarto (+4,6%, +4,3% e +2,7% para o 2º, 3º e 4º trimestres respetivamente em termos homólogos). Já o consumo público diminuiu o ritmo de crescimento em 2022 para 2,4% (+4,6% em 2021) tendo se registado, também, no 1º trimestre o crescimento mais forte (+5,4%) o qual praticamente estagnou no 2º e 3º trimestres (+1,7% e +0,5% respetivamente) tendo recuperado no último trimestre (+2,0%). Já o investimento abrandou significativamente com um crescimento de apenas 2,7% (+10,1% em 2021). À semelhança das restantes componentes o 1º trimestre foi o mais forte, tendo desacelerado nos seguintes e mesmo registado uma contração no último trimestre: +6,9%, + 3,9%, +1,6% e -1,2% respetivamente para o 1º, 2º, 3º e 4º trimestres em termos homólogos.

No que diz respeito à procura externa, as exportações aumentaram 16,7% (+13,4% em 2021) com a exportação de bens a aumentar 8,7% (+11,2% em 2021) e os serviços com um aumento muito expressivo de 37,7% (+19,6% em 2021) a refletir em parte o aumento significativo das receitas do turismo (+80,9% em 2022 face a +27% em 2021 e -56,9% em 2020) tendo ultrapassado os níveis pré-pandemia de 2019. As importações cresceram 11,0% (+13,2% em 2021) com a importação de bens a crescer 9,8% (+12,9% em 2021) e os serviços a crescer 17,2% (+15,1% em 2021). Apesar do saldo da procura externa muito positivo (o melhor dos últimos 5 anos) em 2022 os termos de troca continuaram a deteriorar-se ainda de forma mais intensa face a 2021, em parte devido ao efeito da subida dos preços dos bens energéticos nas importações.

O emprego, medido em número de indivíduos e ajustado de sazonalidade, para o conjunto dos ramos de atividade da economia, aumentou 2,0% em 2022 (+1,9% em 2021). A taxa de desemprego no final de 2021 é de 6,5% (5,9% no período homólogo de 2021).

A taxa de inflação anual, medida através da variação média do índice de preços no consumidor (IPC) situou-se em dezembro de 2022 em 7,8% (1,3% em 2021). A tendência dos preços foi de subida ao longo do ano com uma taxa de variação homóloga em dezembro de 2022 de 9,6% cerca de 0,3 pontos percentuais inferiores à do mês anterior, no entanto excluindo energia e bens alimentares a variação homóloga foi de 7,3% em dezembro (7,2% no mês anterior) e a mais elevada desde dezembro de 1993.

A aceleração dos preços verificou-se na maioria das categorias de bens e serviços sendo de destacar o agregado dos produtos energéticos com um aumento médio de 23,7% em 2022 (+7,3% em 2021) e o dos produtos alimentares não transformados com um aumento de 12,2% em 2022 (+0,6% em 2021).

A posição externa de Portugal face ao exterior deteriorou-se em 2022 com um défice de 1,1 mil milhões de euros, cerca de 0,5% do PIB. Excluindo 2020 com um valor marginalmente negativo a economia portuguesa já não apresentava necessidades de financiamento desde 2011. As razões estão sobretudo na balança comercial que apresentava superavits desde 2012, mas inverteu para défice desde 2020. Em 2022 o défice da balança de bens (-11,05% do PIB em 2022 e -7.47% do PIB em 2021) supera largamente o superavit da balança de serviços (+8,99% do PIB em 2022 e +4,89% em 2021).

Ainda assim a divida externa líquida continuou a sua trajetória de redução sendo de 162,9 mil milhões de euros no final de 2022 ou 68% do PIB (172,1 mil milhões no período homólogo de 2021 ou 80% do PIB), o valor mais baixo dos últimos anos.

A dívida pública ao final de 2022 era de 272,6 mil milhões de euros (ótica de Maastricht), um aumento de 3,4 mil milhões de euros face ao período homólogo de 2021. Em percentagem do PIB situou-se em dezembro de 2022 nos 113,8%, um decréscimo importante face a igual período de 2021 (125,4%) ao qual não foi alheio não só o bom ritmo de crescimento económico, mas, também, os efeitos aqui benéficos da inflação.

O défice orçamental de 2022 situou-se em 3,59 mil milhões de euros ou cerca de 1,5% do PIB, bastante abaixo do previsto em orçamento (défice de 5,19 mil milhões de euros) bem como face a 2021 (8,6 mil milhões ou 4% do PIB). Também aqui a inflação a ser benéfica às contas do setor público com um acréscimo da receita de 11% e um aumento de despesa de 5,1% face a 2021.

Já o custo de refinanciamento da divida pública, aumentou significativamente em 2022 acompanhando o movimento de subida das taxas de rendimento obrigacionistas nos mercados internacionais: tendo como referência a taxa de rendibilidade das obrigações do Estado Português a 10 anos, esta encontrava-se a 0,47% no final de 2021 tendo subido para 3,59% no final de 2022. O diferencial face ao referencial da taxa da divida pública alemã para o mesmo prazo aumentou de 64,2 pontos base no final de 2021 para 101,5 pontos base no final de 2022.

1.2.3. O SETOR SEGURADOR

Após um ano de 2021 que ainda decorreu em contexto pandémico, 2022 era pressentido com alguma expectativa de crescimento económico pela sociedade portuguesa e europeia, depois de ter sido ultrapassada a pandemia. Essas esperanças cedo se desvaneceram com a eclosão da guerra na Europa em fevereiro/2022, um choque externo à economia portuguesa que, entre outras consequências, potenciou as pressões inflacionistas que já se vinham a sentir na sequência do surto de Covid-19.

Segundo dados disponibilizados pela APS, analisando a produção total das seguradoras no mercado (atividade em Portugal e no estrangeiro) e contrariando o crescimento homólogo verificado em 2021 (+34,0%), o ano de 2022 registou uma queda na produção de seguro direto na ordem dos 9,2% para um valor de 12.270 milhões de euros. A atividade em Portugal reduziu (- 9,5%) para os 12.082 milhões de euros e a atividade no estrangeiro aumentou (+18,1%) para perto dos 188 milhões de euros.

Ao analisar por segmentos, verifica-se que este decréscimo teve origem no segmento Vida, que foi especialmente penalizado pelo ambiente prolongado de baixas taxas de juro, com particular impacto nos produtos financeiros. Em 2022, a produção do segmento Vida (atividade em Portugal) cifrou-se nos 6.043 milhões de euros, representando um decréscimo bastante acentuado de 21,8% em termos homólogos. Se a isto acrescentarmos o crescimento

do Segmento Não Vida, testemunhamos pela primeira vez uma distribuição da quota de mercado de 50% para cada Segmento.

Esta quebra de produção assenta essencialmente nos "Seguros e Operações Vida Ligados a Fundos de Investimento" que tiveram uma diminuição na produção de 1.605 milhões de euros (- 34,4% em termos homólogos), atingindo um valor final de 3.058 milhões de euros. Ainda assim, estes seguros e produtos ainda representam 25,3% do total da produção em 2022 (segmento Vida e segmento Não Vida).

O impacto negativo na produção ligada a Fundos de Investimento verificou-se tanto nos produtos "PPR" (- 42,1%) como nos produtos "Não PPR" (- 31,9%), mas em termos absolutos os "produtos Não PPR" tiveram um decréscimo de 1.118 milhões de euros.

Em relação ao Segmento Não Vida, regista um comportamento distinto e continua a sua sustentada evolução. O Segmento Não Vida continua a crescer pelo oitavo ano consecutivo (ou seja, desde 2015), atingindo em 2022 (atividade em Portugal) um valor de 6.039 milhões de euros e, como já referido anteriormente, passando a representar 50% do total da produção no mercado. Contudo, é de destacar que apesar de se ter verificado uma variação homóloga de + 7,4%, se aplicarmos uma taxa de crescimento real (com efeito da inflação) a variação passa a ser negativa em -0,4%.

A esmagadora maioria dos ramos do segmento Não Vida registaram um aumento face a 2021, mas existem variações dignas de uma avaliação mais detalhada.

Neste segmento, destaca-se o ramo "Doença" que conseguiu manter um forte ritmo de crescimento em termos homólogos (+ 11,8%) e uma produção de 1.156 milhões de euros (em 2014 este valor era de 589 milhões de euros, assistindo-se nos últimos 8 anos à quase duplicação da produção neste ramo), passando a representar quase 10% da produção total de seguro direto (19,1%, se considerarmos apenas o segmento Não Vida).

Destacam-se também as evoluções dos ramos "Acidentes de Trabalho" e "Incêndio e Outros Danos" que registaram pela primeira vez uma produção superior a mil milhões de euros. O "Acidentes de Trabalho" com uma produção de 1.027 milhões de euros (+ 6,4%) e o "Incêndio e Outros Danos" com uma produção de 1.074 milhões de euros (+ 7,4%).

O ramo "Automóvel", com uma produção de 1.966 milhões de euros, continua a ser o ramo mais significativo do segmento Não vida, embora apresentando um crescimento homólogo inferior ao registado na generalidade dos ramos Não Vida (+ 3,6%). Este comportamento implicou uma menor fatia do mercado Não Vida para este ramo (em 2022 o ramo Automóvel representou 32,6% do total da produção Não Vida, quando em 2021 este peso era de 33,8%).

Por fim, uma nota para a evolução da taxa de penetração (rácio Produção/PIB). Conjugando o crescimento da produção no segmento Não Vida com o forte crescimento observado no PIB regista-se uma quebra neste rácio de 0,22 p.p. para os 2,44% (2,66% em 2021). Em sentido contrário, em 2022, beneficiando do significativo aumento registado na produção Não Vida o prémio per capita aumentou para 588 euros (546 euros em 2021).

Em relação à sinistralidade, de acordo com a informação disponível na Autoridade de Seguros e Fundo de Pensões (ASF), os custos com sinistros de seguro direto apresentaram um decréscimo de 14,8% face ao ano anterior. Para este decréscimo foi determinante a diminuição verificada no ramo Vida (- 22,9%), uma vez que os custos com sinistros dos ramos Não Vida aumentaram 4,9%.

Esta evolução da sinistralidade no ramo vida é explicada pelo facto de, nos dois últimos anos, ter ocorrido um volume elevado de vencimentos de contratos de seguros financeiros. Os resgates apresentaram um aumento de 2,1% face a 2021, tendo representado 44,2% dos custos com sinistros do período em análise, valor bastante superior ao verificado em dezembro/2021 (33,4 %).

Em Não Vida, destaca-se o aumento dos custos com sinistros em 4,9 %, tendo para isso contribuído os ramos Automóvel, Doença e Incêndio e Outros Danos. Pelo contrário, a modalidade de Acidentes de Trabalho registou um decréscimo de 13,6% nos custos com sinistros.

Em dezembro 2022, o valor das carteiras de investimento das empresas de seguros sob supervisão prudencial da ASF totalizou 50,2 mil milhões de euros, valor que é inferior em 2,2% ao do final de 2021. No mesmo período, as provisões técnicas, cujo valor foi de 42,8 mil milhões de euros, apresentaram um decréscimo de 0,2%.

Ainda de acordo com as estimativas da ASF, no final do exercício de 2022, os resultados líquidos provisórios das empresas de seguros sob supervisão prudencial da ASF foi cerca de 900 milhões de euros.

O rácio provisório de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) do conjunto das empresas sob supervisão prudencial da ASF, no final de 2022, foi de 202%, o que representa uma diminuição de 5 pontos percentuais face ao final de 2021.

1.3 PRINCIPAIS INDICADORES E VARIÁVEIS DA ATIVIDADE

(Unidade: Milhares de euros)	2022	2021	2020	Var.2022 /2021	Var.2021 /2020
Variáveis de Balanço					
Ativo	125 618	138 873	141 599	-9,5%	-1,9%
Liquidez, investimentos e outros tangíveis	105 876	121 357	122 021	-12,8%	-0,5%
Provisões técnicas de seguro direto	82 924	81 913	83 574	1,2%	-2,0%
Capital Próprio	23 616	39 100	40 038	-39,6%	-2,3%
Variáveis de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos de seguro direto	77 552	76 115	74 556	1,9%	2,1%
Prémios emitidos líquidos de resseguro	67 095	65 276	64 462	2,8%	1,3%
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	64 910	64 295	64 650	1,0%	-0,5%
Custos com sinistros (bruto)*	49 693	44 156	44 877	12,5%	-1,6%
Custos com sinistros líquidos de resseguro *	48 778	43 599	42 690	11,9%	2,1%
Custos e gastos de exploração líquidos	12 260	10 319	13 874	18,8%	-25,6%
Actividade Financeira Liquida	1 617	964	792	67,7%	21,8%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	580	493	480	17,5%	2,9%
Ganhos líquidos de ativos e passivos	1 003	530	233	89,2%	127,1%
Perdas de Imparidade	(33)	59	(79)	-156,2%	175,7%
Resultado Liquido do exercício	5 219	7 098	6 184	-26,5%	14,8%
Outras variáveis e rácios					
Nº de apólices - Carteira em Vigor	439 029	434 766	436 100	1,0%	-0,3%
Nº de colaboradores	84	73	70	11	3
Resultado liquido / prémios brutos emitidos	6,7%	9,3%	8,3%		
Resultado liquido / prémios adquiridos líquidos de resseguro	8,0%	11,0%	9,6%		
Resultado liquido / capital próprio	22,1%	18,2%	15,4%		
Nº de apólices em vigor / nº colaboradores	5 227	5 956	6 230		
Prémios brutos emitidos / nº colaboradores	923	1 043	1 065		
Resultado liquido / nº colaboradores	62	97	88		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos	65,1%	58,5%	59,5%		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	75,1%	67,8%	66,0%		
Custos e gastos de Exploração/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	18,9%	16,0%	21,5%		
Rácio combinado, líquido de resseguro	94,0%	83,9%	87,5%		

** Inclui custos de gestão de sinistros*

Dados Auxiliares	2022	2021	2020
Prémios Adquiridos	**76 286**	**75 431**	**75 388**

1.4. A ATIVIDADE DA MUDUM SEGUROS

1.4.1 PRODUÇÃO

A atividade comercial de vendas totais obtida em 2022, através das redes do Novo Banco, do Novo Banco dos Açores, do Banco BEST e do Banco Credibom, foi de 71.178 apólices.

Este número de apólices vendidas apresenta um crescimento em relação a 2021 de 9.606 apólices (+ 15,6%) e regista um volume de produção muito idêntico ao verificado no ano pré-pandemia (73.091 apólices vendidas no ano de 2019).

Em 2022, com uma performance positiva face ao ano anterior, destacam-se os produtos Saúde, Proteção ao Crédito, AP Boas-Vindas e Seguro Care.

Em sentido contrário, destaca-se uma redução da atividade no automóvel e no Proteção Salários face ao período homólogo do ano anterior.

O crescimento das apólices vendidas e o controle do volume de anulações, originou um crescimento da carteira em vigor, atingindo no final do ano um aumento de 1,0% (+ 4.263 apólices) face à carteira em vigor existente em dezembro de 2021.

	2022	2021	2020	Var.2022 /2021	Var.2021 /2020
Nº de apólices vendidas	71 178	61 572	52 829	15,6%	16,5%
Nº de apólices - carteira em vigor	439 029	434 766	436 100	1,0%	-0,3%

Com um volume de 77.552 milhares de euros, os prémios brutos emitidos apresentaram um crescimento de 1,9% face ao registado em 2021 (+ 1.437 milhares de euros), influenciado essencialmente pelo crescimento nos Seguros de Acidentes Pessoais (+ 1.040 milhares de euros) e de Doença (+ 797 milhares de euros). Dentro do ramo de Acidentes Pessoais, destaca-se o comportamento positivo face a 2021 do Seguro de Proteção ao Crédito, com um crescimento de 11,0% (+ 708 milhares de euros), decorrente de uma retoma no crédito concedido e do Seguro de Proteção Salário com um crescimento de 11,5% (+ 184 milhares de euros). Pela negativa, regista-se o decréscimo nos prémios brutos emitidos do ramo Automóvel.

Apesar do crescimento dos prémios brutos emitidos registado na Companhia, este foi inferior ao verificado no mercado dos seguros não vida, que como referido anteriormente continuou a crescer em 2022 a uma taxa de 7,4%. Em resultado deste crescimento inferior em 2022 a Mudum Seguros diminuiu a sua quota de mercado global nos seguros não vida para os 1,3%, embora tenha mantido o 13º lugar no ranking das seguradoras não vida.

Milhares de Euros	2022	2021	2020	Var.2022 /2021	Var.2021 /2020
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	77 552	76 115	74 556	1,9%	2,1%
Acidentes de Trabalho	617	544	438	13,3%	24,2%
Acidentes Pessoais	10 369	9 329	7 336	11,2%	27,2%
Doença	25 675	24 878	25 089	3,2%	-0,8%
Riscos Multiplos	25 788	25 599	25 581	0,7%	0,1%
Automóvel	15 096	15 752	16 100	-4,2%	-2,2%
Diversos - Perdas Pecuniárias	7	13	13	-43,7%	3,2%
Quota de Mercado	1,3%	1,4%	1,4%		

1.4.2 CUSTOS COM SINISTROS

Os custos com sinistros de seguro direto (incluindo custos de gestão) atingiram os 49.693 milhares de euros, apresentando um crescimento de 12,5% face a 2021.

Para este crescimento contribuíram o aumento na rúbrica "Variação da provisão para sinistros" e nos "Custos imputados à função sinistros", tendo-se verificado, no entanto, na rúbrica de "Prestações - montantes pagos" uma diminuição de 462 milhares de euros face ao período homólogo do ano anterior.

Os custos com sinistros líquidos de resseguro totalizaram 48.778 milhares de euros, aumentando 11,9% face ao ano anterior, consequência do efeito do resseguro cedido, cujo impacto foi mais favorável do que o registado no ano anterior.

(Unidade: Milhares de euros)	2022	2021	2020	Var.2022 /2021	Var.2021/2020
De seguro direto	49 693	44 156	44 877	12,5%	-1,6%
Custos diretos com sinistros	40 660	36 701	38 731	10,8%	-5,2%
Prestações	40 084	40 546	39 142	-1,1%	3,6%
Variação da provisão para sinistros	576	(3 845)	(411)	115,0%	-835,2%
Custos imputados à função sinistros	9 034	7 455	6 146	21,2%	21,3%
De resseguro cedido	916	557	2 187	64,4%	-74,5%
Montantes pagos	1 482	1 356	1 906	9,3%	-28,8%
Variação da provisão para sinistros	(567)	(799)	282	29,1%	-383,7%
Custos com sinistros líquidos de resseguro	48 778	43 599	42 690	11,9%	2,1%

No que se refere às taxas de sinistralidade de seguro direto sem custos imputados (medida pela relação entre os custos com sinistros registados no exercício e os prémios adquiridos), verificamos um aumento de 4,6 pontos percentuais relativamente ao ano anterior, atingindo os 53,3%.

Para esta evolução, destacam-se essencialmente os aumentos de sinistralidade no Automóvel, nos Riscos Múltiplos e no Saúde. Em sentido inverso, regista-se a diminuição da sinistralidade nos seguros de Acidentes Pessoais, muito influenciada pela redução de provisionamento constituído em anos anteriores.

Nos Riscos Múltiplos registou-se uma taxa de sinistralidade de 46,7%, apresentando um aumento de 4,4 pontos percentuais face a 2021. Este aumento nos custos com sinistros é influenciado essencialmente pela ocorrência de eventos climatéricos no mês de dezembro/2022, agravando a excelente sinistralidade que se vinha registando durante o exercício.

A taxa de sinistralidade do Seguro Automóvel é de 55,7% em 2022 registando um forte aumento face à taxa registada no período homólogo do ano anterior (40,6%). Este crescimento é explicado por um aumento da frequência de sinistros (embora ainda a um nível inferior ao de pré-pandemia) e do custo médio de sinistros (devido ao efeito da inflação) combinado com uma visão prudente do provisionamento para sinistros.

No seguro de Saúde, registou-se um aumento da taxa de sinistralidade em 1,3 pontos percentuais (taxa de sinistralidade de 75,3% face aos 74,1% registados no período homólogo do ano anterior). Este aumento dos custos com sinistros face a 2021 é influenciado por uma maior sinistralidade na "carteira antiga" (produtos que já não se encontram em comercialização, mas mantêm em vigor uma carteira envelhecida).

Nos Acidentes Pessoais regista-se uma diminuição da taxa de sinistralidade em 2,1 pontos percentuais, explicada essencialmente pela redução da sinistralidade nos seguros Boas Vindas e Dia-a-Dia, devido à redução de provisões para sinistros constituídas em anos anteriores. As taxas de sinistralidade nos seguros de Proteção ao Crédito e Proteção Salários registam bons níveis de performance.

Taxa de Sinistralidade Seguro Directo (Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos)

	2022	2021	2020	Var.2022 /2021	Var.2021 /2020
Total	**65,1%**	**58,5%**	**59,5%**	**6,6 pp**	**- 1,0 pp**
Custos diretos com sinistros	53,3%	48,7%	51,4%	4,6 pp	- 2,7 pp
Acidentes de Trabalho	37,7%	22,5%	84,4%	15,2 pp	- 61,9 pp
Acidentes Pessoais	7,9%	10,0%	21,5%	- 2,1 pp	- 11,5 pp
Doença	75,3%	74,1%	67,9%	1,3 pp	6,2 pp
Riscos Múltiplos	46,7%	42,3%	43,7%	4,4 pp	- 1,4 pp
Automóvel	55,7%	40,6%	51,8%	15,1 pp	- 11,2 pp
Custos imputados à função sinistros	11,8%	9,9%	8,2%	2,0 pp	1,7 pp

As taxas de sinistralidade líquidas de resseguro sem custos imputados à função sinistros registam um aumento de 5,0 pp face a 2021, superior ao registado no Seguro Direto. Em 2022 continua a ser reduzido o impacto dos sinistros de resseguro cedido na sinistralidade global.

Taxa de Sinistralidade Líq. Resseguro (Custos c/ Sinistros líquidos resseguro / Prémios Adquiridos líquidos resseguro)

	2022	2021	2020	Var.2022 /2021	Var.2021 /2020
Total	**75,1%**	**67,8%**	**66,0%**	**7,3 pp**	**1,8 pp**
Custos diretos com sinistros	61,2%	56,2%	56,5%	5,0 pp	- 0,3 pp
Acidentes de Trabalho	44,9%	33,8%	178,7%	11,1 pp	- 145,0 pp
Acidentes Pessoais	-5,1%	1,3%	2,8%	- 6,4 pp	- 1,5 pp
Doença	76,4%	75,1%	68,8%	1,3 pp	6,3 pp
Riscos Múltiplos	49,9%	44,8%	46,4%	5,0 pp	- 1,6 pp
Automóvel	63,2%	48,1%	55,1%	15,1 pp	- 7,0 pp
Custos imputados à função sinistros	13,9%	11,6%	9,5%	2,3 pp	2,1 pp

1.4.3. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Os custos de exploração líquidos apresentam um aumento de 18,8% em relação ao ano de 2021.

(Unidade: Milhares de euros)	2022	2021	2020	Var.2022 / 2021	Var.2021 / 2020
Custos de Exploração Líquidos	12 260	10 319	13 874	18,8%	-25,6%
Custos de aquisição	11 703	11 114	12 970	5,3%	-14,3%
Acidentes de Trabalho	37	32	26	13,6%	24,3%
Acidentes Pessoais	2 512	2 240	1 557	12,1%	43,9%
Doença	2 584	2 612	3 281	-1,1%	-20,4%
Incendio e Outros Danos	3 418	3 588	4 339	-4,7%	-17,3%
Automóvel	1 135	1 162	2 514	-2,3%	-53,8%
Diversos	1	2	2	-43,7%	3,2%
Custos imputados à função aquisição	2 015	1 477	1 252	36,4%	18,0%
Custos de aquisição diferidos (variação)	479	652	(19)	-26,6%	3590,7%
Gastos administrativos	6 302	5 178	5 036	21,7%	2,8%
Custos imputados à função administrativa	6 302	5 178	5 036	21,7%	2,8%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	5 266	5 321	4 151	-1,0%	28,2%
Acidentes de Trabalho	94	101	62	-7,1%	62,9%
Acidentes Pessoais	5 107	5 149	4 017	-0,8%	28,2%
Doença	65	70	72	-7,2%	-2,2%
Incendio e Outros Danos	0	0	0	-	-
Automóvel	0	0	0	-	-
Diversos	0	0	0	-	-

Este aumento resulta de uma combinação de diferentes fatores, em que se destacam:

- Aumento de 3,4% nas comissões por intermediação de produtos de seguros.

As comissões diretamente associadas ao volume de prémios e as associadas à evolução de carteira apresentam um aumento, naturalmente associado ao aumento do volume de negócios (as primeiras aumentam 3,2% / + 282 milhares de euros em relação ao período homólogo; as segundas apresentam um aumento de 10,9% / + 35 milhares de euros).

- Diminuição de 58,4% face ao período homólogo do ano anterior (- 266 milhares de euros) em Outras Comissões e Custos de Aquisição, explicada pela anulação em 2022 de uma verba no valor de 305 milhares de euros destinada à atribuição de uma comissão condicionada (nova forma de comissionamento destinada a premiar os distribuidores e que não foi atribuída por não terem sido atingidos os requisitos necessários).

- Efeito desfavorável nos Custos de Aquisição Diferidos com - 173 milhares de euros face a 2021, decorrente da associação dos custos de aquisição aos produtos de maior diferimento temporal, como são os associados à proteção ao crédito (responsável por uma variação nos custos de aquisição diferidos de 46 milhares de euros). Em 2022, este efeito desfavorável é explicado pela variação negativa ocorrida nos Riscos Múltiplos, com - 225 milhares de euros.

- Aumento dos custos imputados à função aquisição e à função administrativa decorrente do aumento dos custos operacionais (em virtude dos investimentos e custos associados aos projetos de reestruturação em curso na Companhia

(Unidade: Milhares de euros)	2022	2021	2020	Var.2022/2021	Var.2021/2020
Custos de Exploração Líquidos	**12 260**	**10 319**	**13 874**	**18,8%**	**-25,6%**
Acidentes de Trabalho	26	3	22	728,9%	-85,6%
Acidentes Pessoais	(1 513)	(2 152)	(1 437)	29,7%	-49,7%
Doença	3 823	3 397	4 222	12,5%	-19,5%
Riscos Múltiplos	7 061	6 382	7 033	10,6%	-9,3%
Automóvel	2 861	2 687	4 032	6,5%	-33,4%
Diversos	1	2	2	-47,1%	30,2%
Custos de Exploração Seguro Directo	**17 526**	**15 640**	**18 025**	**12,1%**	**-13,2%**
Acidentes de Trabalho	120	104	84	15,5%	23,7%
Acidentes Pessoais	3 593	2 998	2 580	19,9%	16,2%
Doença	3 888	3 467	4 294	12,1%	-19,2%
Riscos Múltiplos	7 061	6 382	7 033	10,6%	-9,3%
Automóvel	2 861	2 687	4 032	6,5%	-33,4%
Diversos	1	2	2	-47,1%	30,2%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	**5 266**	**5 321**	**4 151**	**-1,0%**	**28,2%**
Acidentes de Trabalho	94	101	62	-7,1%	62,9%
Acidentes Pessoais	5 107	5 149	4 017	-0,8%	28,2%
Doença	65	70	72	-7,2%	-2,2%
Riscos Múltiplos	0	0	0	-	-
Automóvel	0	0	0	-	-
Diversos	0	0	0	-	-

1.4.4. GASTOS GERAIS POR NATUREZA

Os custos e gastos por natureza a imputar apresentaram em 2022 um aumento de 3.254 milhares de euros (+ 22,6%) em relação ao período homólogo do ano anterior.

(Unidade: Milhares de euros)	2022	2021	2020	Var.2022 /2021	Var.2021 /2020
CUSTOS IMPUTADOS POR FUNÇÕES	**17 644**	**14 390**	**12 836**	**22,6%**	**12,1%**
Custos com sinistros	9 034	7 455	6 146	21,2%	21,3%
Custos de aquisição	2 015	1 477	1 252	36,4%	18,0%
Gastos administrativos	6 302	5 178	5 036	21,7%	2,8%
Custos de gestão de investimentos	293	281	401	4,5%	-30,0%

A distribuição dos custos por natureza a imputar pelas diversas funções é feita por imputação direta às funções (para as rubricas que se identificam com as funções) e por imputação em função da % de tempo dedicada a cada função pelos colaboradores da Companhia (tendo por base os Centros de Custo, representativos da estrutura funcional e organizacional).

(Unidade: Milhares de euros)	2022	2021	2020	Var.2022 /2021	Var.2021 /2020
CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	**17 644**	**14 390**	**12 836**	**22,6%**	**12,1%**
GASTOS DE NATUREZA OPERACIONAL	17 534	14 284	11 977	22,7%	19,3%
Gastos com pessoal	5 303	4 836	4 335	9,7%	11,5%
Fornecimentos e serviços externos	11 418	8 994	7 211	26,9%	24,7%
Impostos e taxas	298	298	296	0,0%	0,4%
Depreciações e amortizações do exercício	516	157	134	229,2%	16,8%
GASTOS DE NATUREZA FINANCEIRA	270	222	359	21,3%	-38,0%
Juros suportados	52	0	0	-	-
Comissões	217	222	359	-2,3%	-38,0%
Outras provisões	(159)	(116)	500	-37,2%	-123,2%

Diminuição do valor das Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido em 55 milhares de euros

As comissões e participação nos resultados de resseguro dos Acidentes Pessoais incluem custos de aquisição diferidos referentes a resseguro, nomeadamente no que se refere aos seguros de "Proteção ao Crédito" e "Proteção Salários", considerando a duração dos contratos.

Decorrente do processo de reestruturação da Companhia e de desenvolvimento de uma nova organização para dar resposta à estratégia de desenvolvimento da Mudum Seguros, foi necessário dotar a Companhia dos recursos adequados.

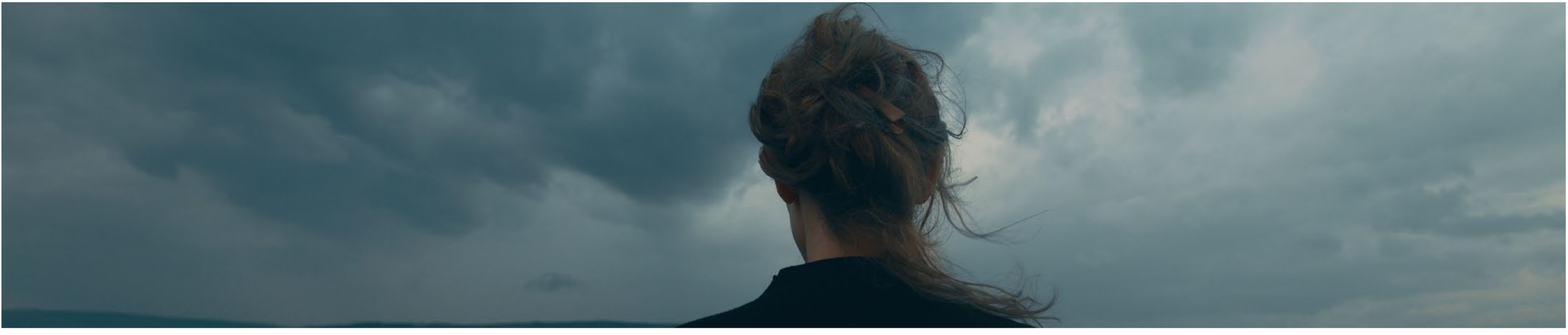
Como tal, verificou-se um consequente aumento no investimento e nos gastos de natureza operacional da Mudum Seguros, ascendendo estes a 17.534 milhares de euros no final de 2022, apresentando um crescimento significativo (+ 22,7%) comparativamente a 2021. De referir que estes gastos incluem na rubrica de fornecimentos e serviços externos, os custos relacionados com a gestão de serviços de Saúde, Auto, Acidentes Pessoais e Acidentes de Trabalho efetuados por entidades externas, que são registados primeiro nesta natureza e posteriormente integralmente imputados à função sinistros. Excluindo estes, os gastos de natureza operacional ascenderiam a 14.826 milhares de euros e apresentariam um crescimento de 26,7% face ao ano anterior.

Os "Gastos com Pessoal" totalizaram 5.303 milhares de euros, registando um aumento face ao ano anterior de 9,7% (+ 467 milhares de euros), traduzindo o esforço de dotar a Mudum Seguros dos recursos adequados para apoiar a sua estratégia de desenvolvimento. Para este crescimento contribuiu o reforço do quadro de pessoal, com novos colaboradores a reforçarem

o quadro de efetivos (84 colaboradores em dezembro/2022 face aos 73 existentes em dezembro/2021).

Os "Fornecimentos e Serviços Externos" (FSE) ascendem a 11.418 milhares de euros (incluindo os honorários pela prestação de serviços externos relacionados com a gestão dos produtos Saúde, Auto, Acidentes Pessoais e Acidentes de Trabalho) e registam um aumento face ao ano anterior de 2.424 milhares de euros (+ 26,9%), explicado essencialmente por novos investimentos relacionados com a modernização e inovação da Companhia e respeitando a regulamentação reforçada e as normas do grupo, traduzido pela rúbricas de "Consultoria não Informática" (+ 602 milhares de euros face ao período homólogo do ano anterior) e "Trabalhos executados no exterior - Informática" (+ 1.815 milhares de euros face a Dezembro/2021), mas em conformidade com o plano estratégico da Companhia.

As "Depreciações e amortizações do exercício" registaram um valor de 516 milhares de euros, aumentando 359 milhares de euros (+ 229,2%) face a 2021, o que se explica nomeadamente pela aquisição de novas aplicações informáticas e pela mudança para as novas instalações.



1.4.5. RÁCIO COMBINADO

O rácio combinado líquido de resseguro da Mudum Seguros em 2022 foi de 94,0%, aumentando 10,2 pontos percentuais face ao verificado no ano anterior, como consequência da degradação do rácio de despesas e do rácio de sinistralidade, continuando-se a privilegiar a manutenção de uma política prudente de provisionamento técnico.

A evolução dos rácios de custos com sinistros líquidos de resseguro e custos de exploração líquidos de resseguro em relação aos prémios adquiridos líquidos de resseguro foi a seguinte:

	2022	2021	2020	Var.2022 /2021	Var.2021 /2020
Rácio de Despesas liquidas de resseguro (Custos e Gastos de Exploração liq.resseguro / Prémios Adquiridos liq.resseguro)	**18,9%**	**16,0%**	**21,5%**	**2,8 pp**	**- 5,4 pp**
Acidentes de Trabalho	10,3%	1,5%	13,7%	8,8 pp	- 12,2 pp
Doença	15,2%	13,8%	17,0%	1,4 pp	- 3,2 pp
Riscos Múltiplos	29,4%	26,6%	29,3%	2,8 pp	- 2,7 pp
Automóvel	21,1%	18,8%	27,8%	2,3 pp	- 8,9 pp
Diversos	263,6%	42,8%	40,8%	220,8pp	2,0 pp
Rácio de Sinistralidade liquida de resseguro (Custos com Sinistros liq. Resseguro / Prémios Adquiridos liq.resseguro)	**75,1%**	**67,8%**	**66,0%**	**7,3 pp**	**1,8 pp**
Acidentes de Trabalho	45,6%	34,1%	179,3%	11,5 pp	-145,17
Doença	86,2%	84,6%	78,5%	1,5 pp	6,2 pp
Riscos Múltiplos	65,2%	58,3%	55,6%	6,9 pp	2,7 pp
Automóvel	84,0%	60,9%	65,5%	23,2 pp	- 4,6 pp
Diversos	2,0%	0,3%	0,4%	1,7 pp	- 0,1 pp
Rácio combinado, liquido de resseguro	**94,0%**	**83,9%**	**87,5%**	**10,2 pp**	**- 3,6 pp**
Acidentes de Trabalho	55,9%	35,6%	193,0%	20,3 pp	-157,4
Doença	101,4%	98,5%	95,5%	2,9 pp	3,0 pp
Riscos Múltiplos	94,6%	84,8%	84,8%	9,7 pp	0,0 pp
Automóvel	105,1%	79,7%	93,2%	25,4 pp	- 13,5 pp
Diversos	265,5%	43,0%	41,1%	222,5pp	1,9 pp

1.4.6 PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas apresentam um aumento de 1,2% em relação a 2021, situando-se nos 82.924 milhares de euros.

(Unidade: Milhares de euros)	2022	2021	2020	Var.2022 /2021	Var.2021 /2020
Provisões técnicas	**82 924**	**81 913**	**83 574**	**1,2%**	**-2,0%**
Provisão para prémios não adquiridos	35 289	34 502	34 470	2,3%	0,1%
Provisão para sinistros	37 631	37 055	40 900	1,6%	-9,4%
De acidentes de trabalho	900	818	803	10,0%	1,8%
De outros ramos	36 731	36 237	40 097	1,4%	-9,6%
Provisão para participação nos resultad	0	0	0	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	3 990	3 678	3 381	8,5%	8,8%
Provisão para riscos em curso	6 014	4 679	2 824	28,5%	65,7%
Outras provisões técnicas	0	2 000	2 000	-100,0%	0,0%

Este crescimento é originado por um aumento generalizado das diversas provisões (com destaque para a provisão para riscos em curso), sendo compensado pelo desreconhecimento da provisão para envelhecimento uma vez que já não se justificava a sua existência.

A provisão para prémios não adquiridos apresenta um crescimento de 787 milhares de euros face a 2021 (o que significa um crescimento de 2,3%) com especial relevância para o seguro de Proteção ao Crédito (aumento de 659 milhares euros face ao ano anterior). Este aumento da provisão no Proteção ao Crédito é consequência do aumento dos prémios brutos emitidos registado neste produto em 2022 (trata-se de um produto com duração do risco a vários anos e com emissão de prémio único inicial, havendo assim que efetuar um diferimento do prémio ao longo da vida útil do contrato, feito através desta provisão).

A provisão para sinistros aumenta face a 2021 em 576 milhares de euros (+ 1,6%), salientando-se o aumento nos Riscos Múltiplos (+ 1.989 milhares de euros) e nos Riscos Múltiplos Negócios (+ 191 milhares de euros) em virtude da ocorrência de eventos climatéricos extraordinários em dezembro/2022 e a redução no Automóvel (- 989 milhares de euros) e no Saúde (- 329 milhares de euros). Apesar da redução no Automóvel, este ramo representa 55,5% do total da provisão para sinistros (a que corresponde uma provisão para sinistros Auto de 20.884 milhares de euros).

Sem prejuízo de manter como eixo da sua atuação uma permanente adequação do nível de provisionamento às suas responsabilidades, a Companhia manteve uma abordagem prudente e conservadora na determinação do nível de provisionamento. Tal situação é mais relevante no seguro Automóvel, nomeadamente no que se refere a responsabilidades com danos corporais, para fazer face à incerteza e volatilidade associada aos sinistros, em número ou custo, numa carteira relativamente reduzida.

A provisão para riscos em curso registou um forte aumento face ao período homólogo do ano anterior (+ 1.335 milhares de euros, a que correspondeu um aumento de + 28,5%), explicado essencialmente pelo aumento no Automóvel (+ 1.045 milhares de euros) e no Saúde (+ 277 milhares de euros). Em 2022, no Seguro Automóvel registou-se um agravamento dos rácios de sinistralidade e despesas, tendo o rácio global para efeitos de cálculo da provisão para riscos em curso aumentado para os 146,0%, originando o cálculo de provisão no montante de 4.123 milhares de euros.

1.4.7 ATIVIDADE FINANCEIRA

O valor total dos ativos financeiros (incluindo depósitos bancários) totalizou 102.378 milhares de euros no final de 2022, sendo constituído na sua maioria por obrigações, depósitos à ordem e depósitos a prazo. O total de Investimentos apresentou um forte decréscimo no valor de 18.853 milhares de euros em relação a 2021 (- 15,6%) explicado essencialmente pela distribuição de dividendos ao acionista, no valor de 10.320 milhares de euros e pela desvalorização dos mercados como consequência da instabilidade macroeconómica e subida das taxas de juro.

(Unidade: Milhares de euros)	2022	2021	2020	Var.2022 /2021	Var.2021 /2020
INVESTIMENTOS	**102 378**	**121 231**	**121 847**	**-15,6%**	**-0,5%**
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 198	3 313	2 793	-33,7%	18,6%
Ativos financeiros valorizados ao justo valor	97 002	108 872	108 122	-10,9%	0,7%
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	3 178	9 045	10 932	-64,9%	-17,3%

Em 2022 verificou-se um aumento nos rendimentos líquidos de gastos financeiros, no valor de 87 milhares de euros, traduzindo uma melhoria nos rendimentos financeiros. Registou-se também um aumento nos ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, no valor de 473 milhares euros (+ 89,2%), essencialmente devido à realização de mais-valias incluídas na estratégia de investimento financeiro de 2022 (principalmente no primeiro trimestre do ano). Os resultados obtidos na atividade financeira líquida apresentaram um aumento de 67,7% face a 2021.

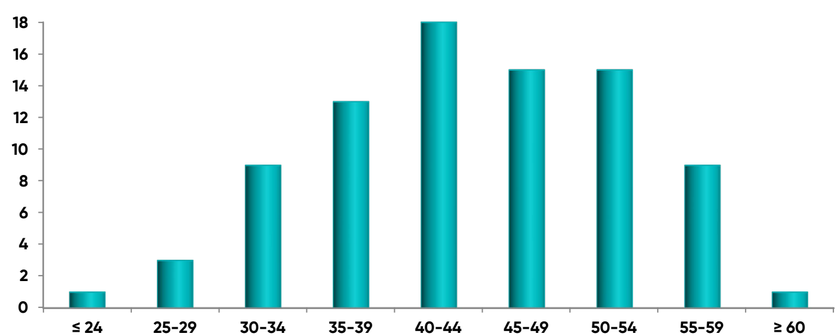
(Unidade: Milhares de euros)	2022	2021	2020	Var.2022 /2021	Var.2021 /2020
Atividade Financeira Liquida	**1 617**	**964**	**792**	**67,7%**	**21,8%**
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	580	493	480	17,5%	2,9%
Ganhos líquidos de ativos e passivos	1 003	530	233	89,2%	127,1%
Perdas de Imparidade	(33)	59	(79)	-156,2%	175,7%

1.4.8 RECURSOS HUMANOS

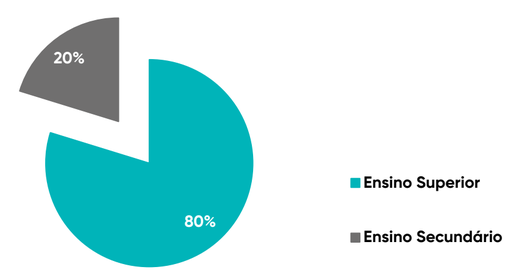
Em 31 de dezembro de 2022, a Mudum Seguros tinha 84 colaboradores com vínculo contratual à Companhia, mais 11 do que no final de 2021, dos quais 84 como efetivos (mais 11 efetivos que em 2021).

Com uma média de idades de 43,6 anos, o escalão etário entre os 40 e os 44 anos é o que tem maior número de colaboradores. No que se refere à formação académica, 80% dos colaboradores têm formação académica de nível superior.

Distribuição por Escalão Etário



Grau Académico



1.4.9 RESULTADO DO EXERCÍCIO E CAPITAL PRÓPRIO

A Mudum Seguros atingiu em 2022 um resultado líquido de 5.219 milhares de euros, representando 6,7% dos prémios brutos emitidos (9,3% em 2021) e uma diminuição de 26,5% em relação ao ano anterior, embora apresentando um resultado superior ao previsto.

(Unidade: Milhares de euros)	2022	2021	2020	Var.2022 /2021	Var.2021 /2020
CAPITAL PRÓPRIO	**23 616**	**39 100**	**40 038**	**-39,6%**	**-2,3%**
Capital	15 000	15 000	15 000	0,0%	0,0%
Reservas de reavaliação	(9 629)	1 558	3 293	-718,0%	-52,7%
Reserva por impostos diferidos	2 552	(909)	(1 087)	380,9%	16,4%
Ajustamento (overlay approach)	(580)	2 077	1 056	-127,9%	96,6%
Outras reservas	11 006	10 296	9 678	6,9%	6,4%
Resultados transitados	48	3 980	5 914	-98,8%	-32,7%
Resultado do exercício	5 219	7 098	6 184	-26,5%	14,8%

O capital próprio, no valor de 23.616 milhares de euros, apresentou uma diminuição de 39,6% (-15.484 milhares de euros) relativamente ao verificado em 31 de dezembro de 2021.

Esta evolução do Capital Próprio, para além do contributo favorável do Resultado Líquido do exercício, é explicada pela distribuição de dividendos ao acionista no valor de 10.320 milhares de euros e pela variação desfavorável ocorrida na Reserva de justo valor, no valor de - 10.383 milhares de euros (desvalorização dos mercados como consequência da instabilidade macroeconómica e subida das taxas de juro, bem como devido à realização de mais-valias líquidas).

1.4.10 SOLVÊNCIA II

O regime de Solvência II destaca-se não só por uma avaliação dos ativos e passivos baseada em princípios económicos, mas também num alinhamento dos requisitos de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas e a existência de um modelo de negócio e uma cultura de gestão (e de supervisão) baseada nos riscos.

Ao longo do exercício, a Mudum Seguros procedeu à avaliação regular dos requisitos de solvência e dos fundos próprios disponíveis, efetuando os reportes regulamentares previstos. Na determinação das suas responsabilidades, a Companhia não recorre às medidas transitórias previstas no normativo em vigor, com exceção do ajustamento de volatilidade.

À data do presente relatório e de acordo com a informação reportada à ASF referente ao último trimestre de 2022, a situação de Solvência II da Companhia resume-se no quadro seguinte, apresentando valores bastante confortáveis quando comparados aos requisitos regulamentares e ao definido na Política de Apetite ao Risco da Companhia.

MARGEM DE SOLVÊNCIA II

(Unidade: Milhares de euros)	2022 (*)	2021	2020	Var.2022 /2021	Var.2021 /2020
Fundos Próprios	34 981	45 231	43 502	-22,7%	4,0%
Requesito de Capital de Solvência (SCR)	18 346	19 753	19 610	-7,1%	0,7%
Excesso/(insuficiência)	16 635	25 478	23 892	-34,7%	6,6%
Rácio SCR	190,7%	229,0%	221,8%	- 38,3 pp	7,1 pp

(*) Elementos previsionais, considerando a estimativa de distribuição de dividendos proposta pelo Conselho de Administração e incluída no presente relatório, e ainda sujeitos a auditoria no âmbito do reporte prudencial da informação anual a enviar à ASF em Abril de 2023.

1.4.11 SÍNTESE E PERSPETIVAS

O ano de 2022 ficou marcado pelo acentuar das pressões inflacionistas que já se vinham sentido em 2021 e respetiva resposta das autoridades monetárias, pelo conflito russo-ucraniano e, na China, pelos impactos ainda significativos do vírus SARS CoV-2 e respetivas medidas de contenção das autoridades com impactos transfronteiriços.

No mercado segurador não vida, onde se insere a Mudum Seguros, confirmou-se a tendência de crescimento verificada nos últimos 8 anos, com particular destaque para o ramo "Doença" que manteve o forte ritmo de crescimento verificado no ano anterior e quase duplicando o valor face ao verificado em 2015. Do lado da sinistralidade, os custos globais com sinistros do conjunto dos ramos Não Vida apresentaram um crescimento, a que

certamente não foi alheia a inflação sentida de forma transversal, mas ainda assim inferior ao verificado no volume de prémios.

Foi neste contexto económico e de mercado que a Mudum Seguros prosseguiu a sua atividade, influenciada ainda pelo quadro de funcionamento do seu principal parceiro na distribuição e comercialização dos seus produtos – o novobanco – que deu continuidade em 2022 ao investimento e ajuste no seu modelo de distribuição, redefinindo a sua dimensão, presença geográfica e alterando a forma de serviço aos clientes, sendo parte integrante da sua estratégia omnicanal, proporcionando uma interação mais próxima e ajustada aos vários segmentos de clientes.

Na atividade comercial, assistimos ao crescimento da carteira de apólices, assente não só no crescimento do volume de vendas para níveis mais próximos dos da pré-pandemia, mas também pela consistência de baixas taxas de anulação comparativamente com o mercado segurador não vida.

A Mudum continuou a verificar um bom desempenho técnico, apesar do crescimento verificado nos custos com sinistros e nas taxas de sinistralidade. Tiveram particular influência o aumento da frequência de sinistro no ramo automóvel para níveis mais próximos dos da pré-pandemia (recorde-se os níveis anormalmente baixos nos 2 últimos anos) e de alguns sinais de aumento dos custos decorrentes da inflação. Também a ocorrência dos eventos climatéricos extraordinários registados no final do ano influenciaram negativamente o comportamento global até então muito positivo verificado nos seguros Multirriscos Habitação e Comercial, pelo aumento do número de processos de sinistros e respetivos custos, conduzindo a um crescimento nas taxas de sinistralidade.

A vertente financeira não deixou de ser influenciada por um dos piores anos registados nos mercados financeiros em praticamente todas as classes de ativos, particularmente nos segmentos obrigacionistas onde se registaram as piores performances. Neste contexto, a reserva de reavaliação verificou uma variação desfavorável com consequência da instabilidade macroeconómica e subida das taxas de juro. Por outro lado, no contexto da sua estratégia de reorganização da carteira de ativos com vista a uma redução do risco de volatilidade futura, a Companhia aproveitou algumas oportunidades para a realização de mais valias, que influenciaram positivamente os resultados.

Tendo em conta os diferentes projetos com vista à reorganização, transformação e desenvolvimento da empresa, manteve-se o crescimento ao nível das despesas de funcionamento e do investimento, em linha com o previsto.

Neste aspeto, é importante relevar alguns projetos relevantes como, por exemplo, os associados ao Programa de Transformação da Gestão de Sinistros que, entre outros objetivos, visa otimizar a relação entre os processos, ferramentas e pessoas como elementos fundamentais para o desenvolvimento da excelência relacional no serviço aos clientes. Demos

continuidade também aos projetos e investimentos na transformação tecnológica, proporcionando mais e melhores instrumentos para um funcionamento mais colaborativo e eficiente, assim como ao desenvolvimento da omnicanalidade, em alinhamento com o nosso parceiro de distribuição, que exige também o desenvolvimento e implementação de tecnologias que privilegiem a interação com o cliente através dos meios digitais, remotos ou presenciais. Decorrente de um novo quadro regulamentar para o futuro, em 2022 dedicámos esforços e recursos à preparação dos sistemas e processos para responder ao novo desafio de relato financeiro decorrente da implementação das IFRS17. Por fim, importa também sublinhar a mudança da nossa Sede e instalações, para um novo espaço criado com os objetivos de proporcionar um local de trabalho mais agradável e adaptado a uma organização de trabalho que permita responder aos desafios futuros e interesses dos nossos colaboradores.

No final, a conjugação de todos estes fatores permitiu à Mudum Seguros manter o desenvolvimento do seu negócio com adequados níveis de rentabilidade, mantendo níveis adequados de prudência e capital face aos riscos assumidos.

Para 2023 e anos seguintes procuraremos dar continuidade e consistência ao que tem vindo a ser desenvolvido num passado recente, alinhado com os 3 pilares do plano estratégico da Mudum: cliente, humano, social.

Assim, procurando desenvolver a nossa atividade estando mais próximos e servindo melhor os clientes, é fundamental prosseguir a implementação do modelo omnicanal com o nosso principal distribuidor, o grupo Novobanco enriquecido por ações que maximizam a produtividade e know-how dos operadores. Do mesmo modo, procuraremos complementar e adaptar a oferta dos produtos principais já existente. Ao mesmo tempo, não deixaremos de consolidar o nosso modelo operacional para permitir um alargamento dos canais de distribuição, resultante de oportunidades externas de mercado.

Em paralelo, a Mudum Seguros irá prosseguir os seus compromissos enquanto seguradora, investidora e empregadora, procurando manter os padrões de Investimento Socialmente Responsável alinhados com a politica de investimentos e os princípios do Grupo CAA e acima do *"benchmark"* de mercado, integrar nativamente a dimensão *"ESG"* no desenho de ofertas e serviços, implementar ações com vista á medição e redução da pegada de carbono ao nível do seu funcionamento e acelerar iniciativas de promoção ao nível da inclusão e diversidade.

Para além dos requisitos de segurança e de adaptação do nosso modelo de funcionamento para fazer face aos requisitos regulatórios, que estarão previstos e presentes nas nossas ações para o futuro, pretendemos dar continuidade à renovação do modelo de funcionamento da Mudum Seguros. Desenvolver uma cultura de responsabilidade, inovação e compromisso, são eixos de ação que consideramos fundamentais para o futuro. Para tal iremos capitalizar os novos espaços de trabalho e acelerar os processos de transformação digital e adaptação do modelo de trabalho híbrido, implementando um programa de melhoria contínua para a organização e operação com vista a aumentar a sua eficiência e agilidade.

Num mundo em mudança, o futuro será sempre desafiante. Sustentados numa solidez técnica, económica e financeira e com apoio do Grupo Crédit Agricole Assurances, procuraremos estar cada vez mais preparados para desenvolver a nossa atividade e ajudar cada pessoa a tirar o melhor partido das mudanças que acontecem na sua vida.

1.5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício foi de 5.218.537,80 euros.
Nos termos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e tendo em consideração o disposto no artigo 32º do mesmo Código, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

a) 10% do resultado líquido do exercício, no valor de 521.854,00 euros, para Reserva Legal;

b) O restante, no valor de 4.696.683,80 euros, transite para a conta de resultados transitados.

c) Tendo em conta a situação patrimonial apurada a 1 de janeiro de 2023, decorrente dos ajustamentos de transição para a Norma IFRS17, aplicável a partir dessa mesma data, se distribuam dividendos ao acionista, no valor de 4.710.000 euros, por distribuição de reservas livres da sociedade, inscritas na rúbrica de resultados transitados.

1.6. NOTA FINAL

O conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da Mudum-Companhia de Seguros, S.A.

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento pela confiança dos clientes e apoio do acionista, bem como o empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados pelos colaboradores, fundamentais para que a Mudum Seguros continue a atingir os objetivos a que se propõe.

Desejamos expressar também o nosso reconhecimento à imprescindível colaboração prestada pelo Grupo Crédit Agrícole e pelo Grupo Novo Banco.

Registamos também com elevado apreço a ação do Conselho Fiscal e agradecemos a colaboração prestada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e pela Associação Portuguesa de Seguradores, nos vários domínios das suas áreas de competência.

Lisboa, 30 de março de 2023

O Conselho de Administração

2

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. CONTA DE GANHOS E PERDAS EM DEZ 2022 e 2021

MUDUM - COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

CONTA DE GANHOS E PERDAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Valores em euros

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	dezembro 2022 Técnica Não Vida	dezembro 2022 Não Técnica	dezembro 2022 Total	dezembro 2021
~					
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	64 910 313	-	64 910 313	64 295 270
Prémios brutos emitidos		77 551 945	-	77 551 945	76 115 017
Prémios de resseguro cedido		(10 456 504)	-	(10 456 504)	(10 838 963)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(1 266 436)	-	(1 266 436)	(683 858)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(918 693)	-	(918 693)	(296 927)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	(48 777 802)	-	(48 777 802)	(43 599 226)
Montantes pagos		(47 635 005)	-	(47 635 005)	(46 644 734)
Montantes brutos		(49 117 218)	-	(49 117 218)	(48 000 874)
Parte dos resseguradores		1 482 212	-	1 482 212	1 356 140
Provisão para sinistros (variação)		(1 142 797)	-	(1 142 797)	3 045 507
Montante bruto		(576 234)	-	(576 234)	3 844 669
Parte dos resseguradores		(566 563)	-	(566 563)	(799 161)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	7	352 792	-	352 792	(2 151 941)
Custos e gastos de exploração líquidos	8	(12 259 737)	-	(12 259 737)	(10 319 227)
Custos de aquisição		(11 702 520)	-	(11 702 520)	(11 114 465)
Custos de aquisição diferidos (variação)		478 509	-	478 509	651 850
Gastos administrativos		(6 301 646)	-	(6 301 646)	(5 177 540)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		5 265 920	-	5 265 920	5 320 928
Rendimentos	9	983 541	-	983 541	889 176
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		963 684	-	963 684	832 387
De outros		19 857	-	19 857	56 788
Gastos financeiros		(403 448)	-	(403 448)	(395 689)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(110 235)	-	(110 235)	(115 079)
De outros		(293 213)	-	(293 213)	(280 610)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	12	(868 332)	-	(868 332)	96 273
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas		(868 332)	-	(868 332)	96 273
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	13	(784 794)	(173)	(784 968)	1 454 159
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	14	26 279	7 149	33 428	(59 457)
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas		(6 980)	-	(6 980)	(6 288)
De ativos financeiros valorizados ao custo amortizado		32 634	-	32 634	(36 637)
De outros		625	7 149	7 775	(16 532)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	13	2 656 366	-	2 656 366	(1 020 303)
Outros rendimentos / gastos técnicos, líquidos de resseguro	15	(3 089)	-	(3 089)	18 245
Outros rendimentos / gastos	15	-	928 071	928 071	215 811
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		5 832 088	935 047	6 767 135	9 423 090
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	25	-	(1 428 207)	(1 428 207)	(2 351 432)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	25	-	(120 390)	(120 390)	26 457
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5 832 088	(613 550)	5 218 538	7 098 115
Resultado por ação básico				**1,74**	**2,37**

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

2.2 BALANÇO

MUDUM - COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

ATIVO
EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021

Valores em euros

Demonstração da posição financeira	Notas do Anexo	dezembro 2022 Valor Bruto	dezembro 2022 Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	dezembro 2022 Valor Líquido	dezembro 2021
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16	2 213 486	15 334	2 198 152	3 313 196
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	17	6 842 727	-	6 842 727	8 916 944
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	18	90 159 335		90 159 335	99 955 538
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	19	3 200 009	22 169	3 177 840	9 045 197
Terrenos e edifícios	20	2 679 997	191 045	2 488 952	-
Terrenos e edifícios de uso próprio		2 679 997	191 045	2 488 952	-
Outros ativos tangíveis	21	2 077 567	1 068 749	1 008 818	125 912
Outros ativos intangíveis	22	12 181 249	11 836 007	345 242	496 361
Provisões técnicas de resseguro cedido	23	12 431 165	-	12 431 165	13 390 234
Provisão para prémios não adquiridos		8 829 609	-	8 829 609	9 222 114
Provisão para sinistros		3 601 557	-	3 601 557	4 168 120
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	24	2 698 220	-	2 698 220	2 420 946
Contas a receber por operações de seguro direto		710 646	-	710 646	64 110
Contas a receber por outras operações de resseguro		1 474 423	-	1 474 423	1 168 056
Contas a receber por outras operações		513 150	-	513 150	1 188 779
Ativos por impostos	25	3 928 243	-	3 928 243	858 116
Ativos por impostos correntes		717 813	-	717 813	93 214
Ativos por impostos diferidos		3 210 430	-	3 210 430	764 902
Acréscimos e diferimentos	26	339 368	-	339 368	350 515
TOTAL ATIVO		138 751 365	13 133 304	125 618 061	138 872 958

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

MUDUM - COMPANHIA DE SEGUROS, S A

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Valores em euros

Demonstração da posição financeira PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	dezembro 2022	dezembro 2021
PASSIVO			
Provisões técnicas	23	82 924 252	81 913 110
Provisão para prémios não adquiridos		35 289 493	34 501 566
Provisão para sinistros		37 630 931	37 054 924
De acidentes de trabalho		899 586	817 592
De outros ramos		36 731 345	36 237 333
Provisão para desvios de sinistralidade		3 989 781	3 678 103
Provisão para riscos em curso		6 014 047	4 678 517
Outras provisões técnicas		-	2 000 000
Outros passivos financeiros	20	2 415 010	-
Outros		2 415 010	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	27	3 503 299	2 969 241
Contas a pagar por operações de seguro directo		1 279 312	1 327 371
Contas a pagar por outras operações de resseguro		1 942 472	1 256 627
Contas a pagar por outras operações		281 516	385 243
Passivos por impostos	25	713 044	2 141 494
Passivos por impostos correntes		699 426	1 232 783
Passivos por impostos diferidos		13 618	908 711
Acréscimos e diferimentos	28	11 896 681	12 039 359
Outras Provisões	29	550 000	709 480
TOTAL PASSIVO		102 002 286	99 772 685
CAPITAL PRÓPRIO	30		
Capital		15 000 000	15 000 000
Reservas de reavaliação		(9 629 479)	1 558 204
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		(9 683 952)	1 510 712
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		54 472	47 492
Reserva por impostos diferidos		2 552 301	(908 711)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)		(579 724)	2 076 642
Outras reservas		11 006 247	10 296 435
Resultados transitados		47 893	3 979 590
Resultado do exercício		5 218 538	7 098 115
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		23 615 775	39 100 274
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		125 618 061	138 872 958

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

2.3 DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Valores em euros

		Reserva de reavaliação			Outras reservas				
	Capital Social	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	Reservas por impostos diferidos	Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (*overlay approach*)	Reserva Legal	Resultados transitados	Resultados do exercício	Total de Capital Próprio
Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2020	15 000 000	3 251 735	41 204	(1 087 319)	1 056 339	9 678 027	5 913 920	6 184 077	40 037 983
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	(1 741 023)	-	-	-	-	-	-	(1 741 023)
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	6 288	-	-	-	-	-	6 288
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	178 608	-	-	-	-	178 608
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (*overlay approach*)	-	-	-		1 020 303				1 020 303
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	618 408		(618 408)	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	(1 934 331)	(5 565 669)	(7 500 000)
Total da variação do capital próprio	-	(1 741 023)	6 288	178 608	1 020 303	618 408	(1 934 331)	(6 184 077)	(8 035 824)
Resultado líquido do exercicio	-	-	-	-	-	-	-	7 098 115	7 098 115
Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2021	15 000 000	1 510 712	47 492	(908 711)	2 076 642	10 296 435	3 979 590	7 098 115	39 100 274
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	(11 194 663)	-	-	-	-	-	-	(11 194 663)
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	6 980	-	-	-	-	-	6 980
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	3 461 012	-	-	-	-	3 461 012
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (*overlay approach*)	-	-	-		(2 656 366)				(2 656 366)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	709 812		(709 812)	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	(3 931 697)	(6 388 303)	(10 320 000)
Total da variação do capital próprio	-	(11 194 663)	6 980	3 461 012	(2 656 366)	709 812	(3 931 697)	(7 098 115)	(20 703 037)
Resultado líquido do exercicio	-	-	-	-	-	-	-	5 218 538	5 218 538
Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2022	15 000 000	(9 683 952)	54 472	2 552 301	(579 724)	11 006 247	47 893	5 218 538	23 615 775

O Contabilista Certificado

(ver nota 30)

O Conselho de Administração

2.4. DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

	Notas do Anexo	2022	2021
Resultado líquido do exercício		5 218 538	7 098 115
Variação das reservas de reavaliação			
Itens já classificados para a demonstração de resultados			
Imparidades dos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	14	6 980	6 288
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	14	(32 634)	36 637
De outros	14	(625)	1 048
Vendas de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	12	868 332	(96 273)
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados			
Variação do justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	18	(12 029 736)	(1 682 435)
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reserva	18	-	-
Variação dos impostos diferidos	25	3 461 012	178 608
Outras variações de capital próprio			
Itens que poderão virão a ser reclassificados para a demonstração de resultados			
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)		(2 656 366)	1 020 303
Total do rendimento integral		**(5 164 499)**	**6 562 291**

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

(ver nota 16)

2.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MUDUM - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

		2022	2021
	FLUXOS DE ATIVIDADE OPERACIONAL		
A	Recebimentos		
	Operações de Seguro	85 272 743	84 055 460
	Operações de Resseguro	335 356	913 381
	Outras Atividades Operacionais	919 518	2 524
B	Pagamentos		
	Operações de Seguro	(40 260 741)	(40 995 980)
	Operações de Resseguro	(4 190 438)	(3 811 736)
	Comissões	(9 668 507)	(8 658 624)
	Outras Atividades Operacionais	-	(487 809)
C	Pagamentos ao Pessoal	(2 617 187)	(2 365 646)
D	Pagamentos a Fornecedores	(14 625 327)	(9 665 797)
E	Outros pagamentos e recebimentos	(50 465)	(41 714)
F	Impostos e Taxas	(10 842 481)	(10 271 268)
G	Impostos sobre o rendimento	(1 562 054)	(1 954 934)
	Fluxos de Atividade Operacionais (1)	2 710 418	6 717 858
	FLUXOS DE ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
H	Recebimentos		
	Alienação de Investimentos	59 749 405	45 060 906
	Dividendos	19 857	56 788
	Juros	748 734	825 111
I	Pagamentos		
	Aquisição de Investimentos	(54 701 730)	(44 260 165)
	Aquisição de Imobilizado	1 057 926	(238 357)
	Despesas de gestão, manutenção e outras	(122 794)	(125 555)
	Fluxos de Atividade de Investimento (2)	6 751 398	1 318 728
	FLUXOS DE ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
J	Pagamentos		
	Dividendos	(10 320 000)	(7 500 000)
	Contrato de Locação Financeira	(264 634)	
	Fluxos de Atividade de Financiamento (3)	(10 584 634)	(7 500 000)
	VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)	(1 122 819)	536 586
K	Caixa e seus equivalentes no inicio do exercício	3 336 304	2 799 718
L	Caixa e seus equivalentes no final do exercício	2 213 486	3 336 304

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

2.6. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

INTRODUÇÃO

A Companhia (então designada por Espírito Santo, Companhia de Seguros, S.A) foi constituída por escritura celebrada em 12 de setembro de 1996 com um Capital Social de €7.481.968,46, posteriormente atualizado para €15.000.000.

Em 27 de Junho de 2006 verificou-se a alteração do nome da Sociedade, passando a designar-se por BES, Companhia de Seguros, SA, com o Nº 503 718 092, de pessoa coletiva e de matrícula na C.R.C. de Lisboa, com sede na Rua Castilho, 26-4º 1250-069 Lisboa, Portugal.

Na mesma data, 50% do capital social da Companhia passou a ser detido pelo Crédit Agrícole, S.A., ficando este com o controlo de gestão da Companhia; os restantes 50% são detidos pelo Grupo Banco Espírito Santo e pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Em 2008, ocorreram alterações ao nível da estrutura acionista da Companhia com a transmissão da participação detida pelo Crédit Agricole, S.A para a Crédit Agricole Assurances de 1.500.000 ações representativas de 50% do capital social e dos direitos de voto.

Em Agosto de 2014 com a resolução do Banco Espirito Santo a titularidade das ações pertencentes ao Banco Espirito Santo, S.A. e que representam 24,99334% do capital da Companhia passou para o Novo Banco, S.A., tendo posteriormente a Companhia alterado a sua designação para GNB – Companhia de Seguros, S.A, ("GNB Seguros" ou "Companhia") conforme decisão da Assembleia Geral de 9 de Dezembro de 2014 e autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões de 30 de Dezembro de 2014.

Em 21 de Dezembro de 2018 verificou-se a aquisição por parte do acionista Crédit Agricole Assurances S.A (CAA) da participação de 25% detida pelas Seguradora Unidas, SA, passando assim o CAA a ser detentor de 75% das ações da Companhia.

Em 14 de Outubro de 2020 verificou-se a aquisição por parte do acionista Crédit Agricole Assurances S.A (CAA) das participações detidas pelo Novo Banco, S.A. (24.9934%), GNB – Gestão de Activos, SGPS, S.A. (0.0033%) e Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. (0.0033%) passando assim o CAA a ser detentor de 100% das ações da Companhia.

Em setembro de 2021 verificou-se a alteração do nome da Sociedade, passando a designar-se por Mudum - Companhia de Seguros, SA, com o Nº 503 718 092, de pessoa coletiva e de matrícula na C.R.C. de Lisboa, com sede na Rua Castilho, 26-4º 1250-069 Lisboa, Portugal.

A Companhia é consolidada nas demonstrações financeiras da Crédit Agricole Assurances S.A.

DESCRIÇÃO DA NATUREZA DO NEGÓCIO

A Mudum Seguros deu continuidade à sua atividade na área de Banca Seguros, ao servir os clientes particulares do Novo Banco, Novo Banco dos Açores, Banco BEST e

Banco Credibom, com os produtos de base de seguros não-vida.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTÍCAS

2.1. DESCRIÇÃO DAS BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras individuais da Mudum Seguros agora apresentadas reportam-se aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de setembro.

Este Plano de Contas tem por base as International Financial Accounting Standards (IFRS) em vigor tal como adotadas na União Europeia, exceto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos na IFRS 4 - Contratos de Seguro. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. A Companhia prepara as demonstrações financeiras de acordo com o princípio contabilístico da continuidade do negócio.

As demonstrações financeiras e respetivo anexo estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente os ativos financeiros ao justo valor através de reservas e ativos financeiros ao justo valor através de ganhos. Os restantes ativos e passivos são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Na nota 3 identificam-se as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 30 de março de 2023. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Companhia, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 anexas encontram-se pendentes da aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, embora o Conselho de Administração admita que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas

2.2. IFRS 9 – ADOÇÃO DA ABORDAGEM DA SOBREPOSIÇÃO ("*OVERLAY APPROACH*")

A Companhia optou pela aplicação da abordagem da sobreposição ("*Overlay Approach*") de acordo com o previsto na IFRS 4 – Contratos de Seguros. A "*Overlay Approach*" está disponível para todos os emissores de contratos de seguro. Segundo esta abordagem, uma Companhia aplicará a IFRS 9, mas poderá reclassificar os valores entre a Conta de Ganhos e Perdas e Rendimento Integral para ativos financeiros elegíveis. Como resultado, para os ativos financeiros elegíveis que a Companhia seleciona, será reportado o mesmo ganho ou perda como se a IAS 39 tivesse sido aplicada a esses ativos. Isso permite que as entidades removam da Conta de Ganhos e Perdas a volatilidade adicional que pode surgir se a IFRS 9 for aplicada com a IFRS 4.

Uma seguradora pode optar por aplicar a abordagem de sobreposição descrita no parágrafo 35B da IFRS 4, apenas quando aplica pela primeira vez a IFRS 9.

Um ativo financeiro é elegível para designação para a abordagem de sobreposição se, e só se, estiverem preenchidos os seguintes critérios:

- É mensurado pelo justo valor através dos resultados por aplicação da IFRS 9, mas não teria sido totalmente mensurado pelo justo valor através dos resultados por aplicação da IAS 39; e

- Não é detido relativamente a uma atividade que não esteja ligada a contratos abrangidos pela IFRS 4.

A Companhia cumpre os requisitos da abordagem de sobreposição para os instrumentos financeiros que pelos critérios de classificação da IAS 39 eram considerados como ativos financeiros disponíveis para venda e pelos critérios de classificação da IFRS 9 foram reclassificados para a classe de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas. Os ativos financeiros em contenda são instrumentos de capital (unidades de participação em fundos de investimento e ações) uma vez que não cumprem com as características dos fluxos de caixa contratuais do teste SPPI (*solely payments of principal and interest*), conforme descrito na nota 17.

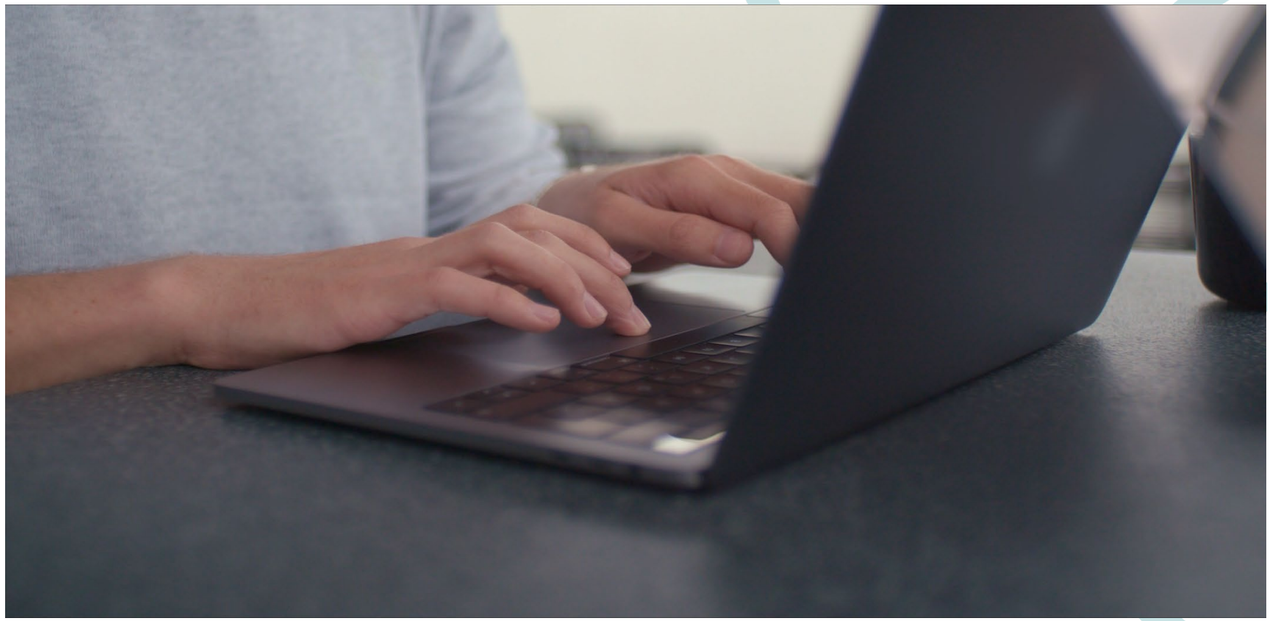
A Companhia aplica a abordagem de sobreposição a um ativo financeiro designado até que esse ativo financeiro seja desreconhecido.

2.3. ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

Os rendimentos e ganhos e os custos, gastos e perdas são considerados quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento do recebimento ou pagamento, estando assim relevados nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

2.4. RESPONSABILIDADE POR FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS

Esta responsabilidade está refletida na rubrica de "Acréscimos e diferimentos" do passivo, representando dois meses de remuneração a auferir pelos empregados em 2023 e respetivos encargos, ficando assim representadas as responsabilidades legais existentes, uma vez que o direito a estas remunerações foi adquirido no exercício de 2022.



2.5 OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados exceto quando relacionadas com operações que qualificam como coberturas de fluxos de caixa, e/ou coberturas de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras, sendo diferidas em outros rendimentos integrais.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças de instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor através de reservas, as quais são registadas em reservas.

2.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("*trade date*"), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício (ver nota 2.7).

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("*discounted cash flows*") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Atualmente, a Companhia não detém qualquer instrumento financeiro derivado e não faz contabilidade de cobertura.

2.7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS (VER ANEXO 1)

RECONHECIMENTO

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Um derivado embutido é uma componente de um contrato híbrido, que inclui também um instrumento principal (*host contract*) não derivado. Se o instrumento principal incluído no contrato híbrido for considerado um ativo financeiro, a classificação e mensuração da totalidade do contrato híbrido é efetuada de acordo com os critérios descritos para os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas (ver nota 2.7).

Os derivados embutidos noutros ativos que não estejam no âmbito da IFRS 9, são tratados separadamente sempre que as caraterísticas económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as caraterísticas económicas e os riscos do contrato de base e o instrumento híbrido não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de ganhos e perdas. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do período e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

CLASSIFICAÇÃO

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Companhia na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

(i) Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

(ii) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);

a. Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;

b. Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Companhia não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Companhia optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através de reservas;

(iii) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de reservas, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de reservas.

A 31 de dezembro de 2022, as classificações dos ativos financeiros da Companhia por categoria encontram-se nas Notas 17, 18 e 19.

MENSURAÇÃO

A Companhia mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas. Os custos de transação de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em "De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas", nos rendimentos.

Os ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, que constituem instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de

justo valor reconhecidas por contrapartida de reservas, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos / (perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de reservas que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente em reservas, no Capital Próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

PERDAS POR IMPARIDADE

A Companhia avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de reservas. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores.

A Companhia aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Companhia calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Companhia calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo. São detalhados na Nota 31 (Gestão dos riscos de atividade) os procedimentos adotados pela Companhia para verificar se ocorreu ou não um aumento significativo no risco de crédito.

DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS FINANCEIROS

A Companhia desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

RECLASSIFICAÇÃO ENTRE CATEGORIAS DE ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são reclassificados para outras categorias apenas se o modelo de negócio utilizado na sua gestão for alterado. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados. A reclassificação é aplicada prospectivamente a partir da data da reclassificação, não sendo reexpressados quaisquer ganhos, perdas (incluindo relacionados com imparidade) ou juros anteriormente reconhecidos.

Não é permitida a reclassificação de investimentos em instrumentos de capital valorizados ao justo valor por reservas, nem de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados ao justo valor em três níveis, de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, a saber:

Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas;

Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado;

Nível 3 - Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os *inputs* não são observáveis em mercado.

Na forma de apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para ações e unidades de participação de fundos transacionados em bolsa, o justo valor foi obtido diretamente do mercado, ou seja, através dos preços das ações, unidades de participação e futuros disponibilizados no mercado.
- Para as obrigações e unidades de participação de fundos listados em bolsa, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação de fundos não listados em bolsa ao NAV ("*Net Asset Value*") divulgado pelas respetivas sociedades gestoras.
- Para os restantes ativos financeiros (nomeadamente, depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados na atualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objeto de calibração regular com o mercado.

2.8. PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

A 31 de dezembro de 2021 e 2022, a Companhia apenas tem passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, nomeadamente "outros credores por operações de seguros e outras operações".

2.9. ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis da Companhia são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, englobando as despesas necessárias à sua entrada em funcionamento.

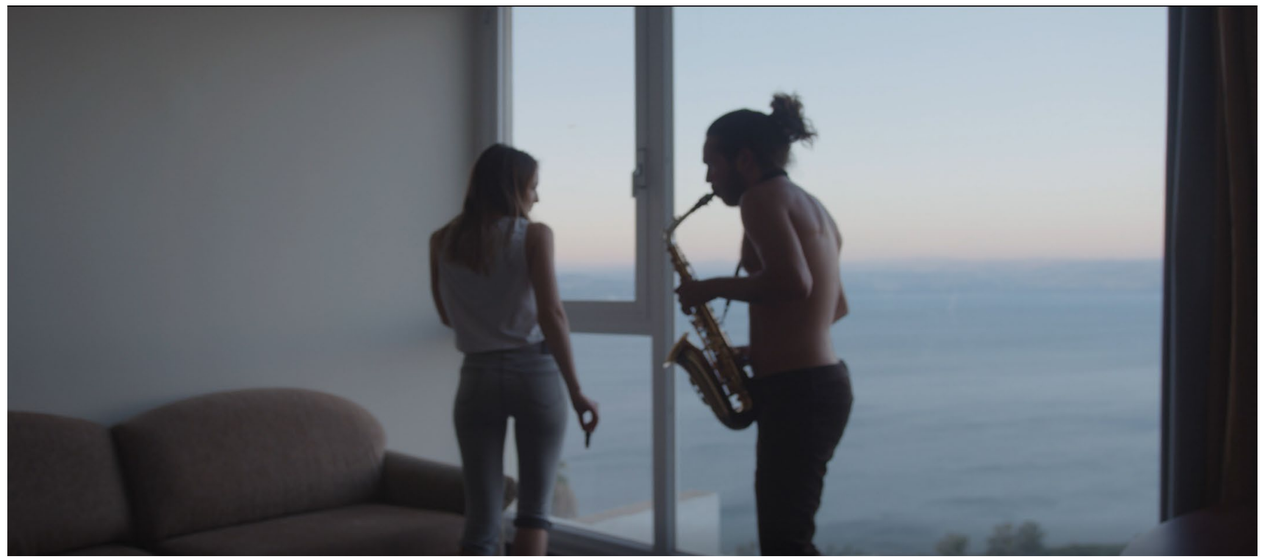
Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que refletem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,50%
Máquinas e ferramentas	20 a 25%
Equipamento informático	10 a 33,33%
Instalações interiores	10%
Material de transporte	25%
Outros Equipamentos	12,50%
Património Artístico	12,50%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.



A Companhia regista nesta rubrica as despesas com a fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as despesas com *software* adquirido.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software*, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que refletem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Despesas de constituição e instalação	33,33%
Despesas de investigação e desenvolvimento	33,33%
Despesas em edifícios arrendados	10%
Equipamento informático (software)	16,66% a 33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.11. LOCAÇÕES

A Companhia classifica as operações de locação no âmbito da IFRS 16, que inclui as locações de todos os ativos, com algumas exceções. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente) por um período em troca de um valor.

A IFRS 16 requere que os locatários contabilizem todos as locações com base num modelo único de reconhecimento no balanço (*on-balance model*) de forma similar como o tratamento que a IAS 17 dá às locações financeiras.

A norma reconhece duas exceções a este modelo:

(1) Locações de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e,

(2) Locações de curto prazo (i.e., com um período de locação inferior a 12 meses).

Na data de início da locação, o locatário vai reconhecer a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e. o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e. o direito de uso – "*right-of-use*" ou ROU).

Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do ROU.

Os locatários deverão ainda de remensurar o passivo da locação mediante a ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período do *leasing*, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos).

O locatário irá reconhecer montante da remensuração do passivo da locação como um ajustamento no ROU.

2.12. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

PENSÕES

Embora não sendo subscritora de Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) desde 2016 até 2022, a Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos mesmos termos que os estabelecidos nos IRCT aplicáveis ao sector segurador.

Em 2021, celebrou um Acordo de Empresa, publicado no BTE, n.º 29 de 22 de outubro de 2021, que veio formalizar os termos que vinha aplicando até então, mantendo-se assim a sua aplicação agora mediante um IRCT específico.

No que diz respeito aos benefícios pós-emprego, os trabalhadores estão abrangidos por um plano de contribuição definida, onde as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Assim, os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiam de um plano individual de reforma (PIR) em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela segurança social.

Este plano é alimentado por contribuições do empregador que vão sendo feitas em percentagem do ordenado base anual do trabalhador. Esta percentagem é de 3.25% desde 2017, sendo que o PIR tem capital garantido sobre as contribuições já realizadas. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos legais, pelo trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela segurança social, devendo pelo menos 2/3 ser convertido em renda vitalícia imediata mensal.

Para tal, a Companhia constituiu um seguro de vida de contribuição definida e com Capital Garantido junto da GamaLife – Companhia de seguros de vida S.A., efetuando contribuições anuais tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador, aplicando em 2022 os termos estabelecidos no Acordo de Empresa aplicável. A Companhia considera que transferiu a responsabilidade da garantia de capital do PIR para a referida entidade.

Relativamente aos benefícios pós-emprego dos trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 previamente existentes, tendo em consideração que o valor integralmente

financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores em 2011, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

Ainda relativamente a responsabilidades com pensões, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do Contrato de Sociedade aprovado em Conselho de Administração e em Assembleia Geral datada de 29 de Março de 2005, a Companhia deixou de ter responsabilidade com o plano de pensões dos Administradores por liquidação da responsabilidade e respetivo património, relativa aos dois únicos participantes existentes no ano precedente, responsabilidade essa, que é integralmente assumida por outro associado.

SEGURO DE VIDA

Os trabalhadores em efetividade de funções, bem como aqueles cujos contratos de trabalho estejam suspensos por motivo de doença ou de acidente de trabalho, têm direito a um seguro de vida que garanta o pagamento de um capital em caso de morte ou de reforma por invalidez nos termos a seguir indicados e de acordo com o respetivo fator gerador:

a) 100.000 € se resultar de acidente de trabalho ocorrido ao serviço da empresa, incluindo *in itinere*;

b) 75.000 € se resultar de outro tipo de acidente;

c) 50.000 € nos restantes casos.

BENEFÍCIOS DE SAÚDE

A Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo. O benefício está sob a forma de um seguro de saúde registado em custos do exercício.

Adicionalmente, a Companhia concedeu um benefício a título de complemento ao subsídio por doença, pagando ao trabalhador, quando doente, com incapacidade temporária para o trabalho certificada pelo Serviço Nacional de Saúde, um complemento do subsídio por doença de montante igual à diferença de valor entre a retribuição efetiva mensal correspondente aos dias subsidiados pela Segurança Social e o subsídio de doença que esta entidade lhe concede. O mesmo se aplicou aos casos de faltas para assistência a filhos ou enteados a cargo, menores de 12 anos de idade, ou independentemente da idade, a filhos com deficiência ou doença crónica.

PRÉMIO DE PERMANÊNCIA (BENEFÍCIO DE MÉDIO/LONGO PRAZO)

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS AOS EMPREGADOS

De acordo com a Política de Remunerações dos colaboradores e as disposições estatutárias, os acionistas podem aprovar anualmente em Assembleia-Geral um valor a ser distribuído aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pela Companhia aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

APOIO INFANTIL E ESCOLAR

Os trabalhadores do quadro efetivo, com filhos, enteados ou afilhados civis a seu cargo, matriculados/inscritos em creches ou infantários, estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico ou secundário, superior, politécnico ou universitário, da rede escolar autorizada pelo ministério competente, beneficiaram da Mudum Seguros de uma comparticipação anual nas despesas do educando, cujo valor anual foi atribuído em função do estabelecimento ou ano escolar em que o educando está matriculado/inscrito, nos seguintes termos:

a) Até ao 2.º ciclo do ensino básico (6.º ano): 100 €;

b) 3.º ciclo do ensino básico até ao ensino superior, politécnico ou universitário: 150 €

PRÉMIO DE NATALIDADE OU DE ADOÇÃO

Pelo nascimento ou adoção de filhos, os trabalhadores em efetividade de funções, bem como aqueles cujos contratos de trabalho estejam suspensos por motivo de doença ou de acidente de trabalho, beneficiaram de um prémio no valor do 450 € pago pela Mudum Seguros.

APOIO ÀS DESLOCAÇÕES – PASSE SOCIAL

A título de incentivo e apoio à utilização de transportes públicos, a Mudum Seguros concedeu o benefício de comparticipar na aquisição de título de transporte «passe social» efetuado pelos trabalhadores e destinado à sua utilização para deslocações, com o limite mensal de 40 €.

BENEFÍCIOS DE CESSAÇÃO DE EMPREGO

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando a Companhia cessa o emprego antes da data normal de reforma, ou quando um empregado aceita a cessação de emprego em troca destes benefícios. A Mudum Seguros reconhece a responsabilidade com benefícios de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas: na qual a Companhia deixa de poder retirar a oferta dos benefícios; ou na qual a Mudum Seguros reconhece os gastos de uma reestruturação, no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos há mais de 12 meses, após o final do período de reporte, são descontados para o seu valor presente.

2.13. IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados quando forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

O Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) é determinado com base em declaração de autoliquidação, elaborada de acordo com as normas fiscais vigentes, que fica sujeita a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior, contados a partir do exercício a que respeitam, doze anos para os exercícios de 2014 a 2016, cinco anos para os exercícios de 2017 a 2019, doze anos para os exercícios de 2020 e 2021 e cinco anos novamente para o exercício de 2022. A contagem do prazo aplicável aos prejuízos fiscais vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020 fica suspensa até ao fim do período de tributação seguinte, 2021. Desta forma, os prazos de reporte de prejuízos fiscais gerados até 2019 foram alargados em 2 anos.

Não se esperam ajustamentos às declarações já entregues.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro e a Companhia não controla a tempestividade da reversão das diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.14. OUTRAS PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável, mas não certa, a existência de um influxo económico futuro de recursos.

A respetiva mensuração é efetuada com base nos processos e a avaliação de probabilidade de condenação com base na informação dos Advogados que acompanham o processo, quer se trate de processos judiciais quer se trate de provisões gerais.

2.15. RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros ao justo valor através de reservas são reconhecidos nas rubricas de "Juros e proveitos similares" utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes em incumprimento e para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade de nível 3, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.16. DIVIDENDOS RECEBIDOS

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

2.17. CONTRATOS DE SEGURO

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros define que os prémios de seguro direto sejam considerados, na sua totalidade, como proveitos no momento da emissão ou renovação da respetiva apólice. Define também que os sinistros sejam considerados no momento da sua participação. Assim, no final de cada exercício são realizadas determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como se segue:

PRÉMIOS

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

CUSTOS DE AQUISIÇÃO

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS

A Provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes após a dedução dos custos de aquisição diferidos.

Nos contratos de resseguro cedido as provisões para prémio não adquiridos são registadas como proveito no exercício a que respeitam da mesma forma que a provisão para sinistros de seguro direto.

PROVISÃO PARA SINISTROS

A provisão para sinistros corresponde ao valor dos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2022 e ainda não participados (IBNR) e os custos diretos e indiretos associados com a regularização futura destes sinistros.

Esta provisão é calculada do seguinte modo:

a) Com base na análise efetuada aos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;

b) Pela aplicação de uma taxa, determinada individualmente para cada ramo através de estudos atuariais efetuados ao longo do exercício tendo por base as caraterísticas específicas de cada um, ao valor dos custos do exercício relativos a sinistros declarados de cada ramo, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício;

c) Pela projeção, dos custos associados à regularização dos sinistros já encerrados, aplicada aos sinistros em curso e à estimativa de sinistros ocorridos e ainda não participados.

PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte, sendo calculada em conformidade com os critérios estabelecidos pela ASF.

PROVISÃO PARA DESVIOS DE SINISTRALIDADE

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Esta provisão foi constituída para o risco de fenómenos sísmicos, calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

PROVISÃO PARA ENVELHECIMENTO

A provisão para envelhecimento destina-se a fazer face ao valor atuarial dos compromissos da Companhia no ramo Doença após dedução do valor atuarial dos prémios futuros.

Esta provisão, é calculada tendo por base as previsões de permanência dos segurados em carteira (tabelas de mortalidade e estudo de anulações) e os níveis de sinistralidade.

PROVISÕES PARA O RESSEGURO CEDIDO

Nas provisões calculadas para o resseguro cedido foram utilizados os critérios acima mencionados para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, assim como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

2.18. REPORTE POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

Os segmentos operacionais correspondem a componentes da Companhia:

a) Que prosseguem atividades de negócio das quais podem obter rendimentos e incorrer em gastos (incluindo rendimentos e gastos com transações com outros componentes da mesma Companhia);

b) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisão, de maneira a tomar decisões acerca dos recursos a serem alocados ao segmento e avaliar a sua performance; e

c) Para os quais existe informação financeira discreta disponível.

Os segmentos operacionais da Mudum Seguros são apresentados de forma consistente com o reporte apresentado internamente ao Conselho de Administração, sendo este responsável pela alocação de recursos e avaliação de performance dos segmentos operacionais.

A Companhia não adotou a IFRS 8, uma vez que não é uma entidade cotada, nem se encontra em processo de vir a ser cotada. A informação apresentada respeita aos requisitos de divulgação definidos pela ASF.

2.19. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Companhia não detinha ações próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida suscetíveis de originar o efeito de diluição.

2.20. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

2.21. RESERVA LEGAL

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa aplicável ao sector segurador, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

2.22. RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas aos ativos financeiros valorizado ao justo valor por reservas, bem como a respetiva provisão para perdas de crédito esperadas em instrumentos de divida valorizados ao justo valor através de reservas.

2.23. RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos financeiros valorizados ao justo valor por reservas, são posteriormente reconhecidos em resultados quando forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

2.24. CAPITAL SOCIAL

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.1. JULGAMENTOS

3.1.1 IFRS 9 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS, CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise de características dos fluxos de caixa contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do teste do modelo de negócio.

A companhia determina o modelo de negócio tendo em consideração a forma como os ativos financeiros são geridos para atingir um objetivo de negócio específico. Esta avaliação requer julgamento, na medida em que têm de ser considerados, entre outros, os seguintes aspetos: a forma como o desempenho dos ativos é avaliada; os riscos que afetam o desempenho dos ativos financeiros e a forma como esses riscos são geridos.

A Companhia monitoriza os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado e ao justo valor através de reservas que sejam desreconhecidos antes da sua maturidade, para perceber os motivos subjacentes à sua alienação e determinar se são consistentes com o objetivo do modelo de negócio definido para esses ativos. Esta monitorização insere-se no processo de avaliação contínua pela Companhia do modelo de negócio dos ativos financeiros que permanecem em carteira, para determinar se o mesmo é adequado e, caso não seja, se houve alteração do modelo de negócio e consequentemente uma alteração prospetiva da classificação desses ativos financeiros.

3.2. ESTIMATIVAS

3.2.1. IMPARIDADE DOS ATIVOS FINANCEIROS

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Administração avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. As principais estimativas relativamente à imparidade são: aumento significativo do risco de crédito; probabilidade de incumprimento e perda dado o incumprimento

3.2.2. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Seguradora, durante um período de quatro anos ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Mudum Seguros, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.2.3. PROVISÕES TÉCNICAS

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística, provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base vários pressupostos, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

NOTA 4 – REPORTE POR SEGMENTOS

SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Mudum Seguros opera nos ramos "Não-Vida", explorando os ramos "Riscos múltiplos habitação", "Automóvel", "Doença" e "Acidentes" no âmbito das autorizações concedidas pela Autoridade de supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designado por ASF).

A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal. Não existem transferências entre segmentos da companhia.

RELATO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO

Conta de Ganhos e Perdas

2022	Acidentes e Doença							
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais	Doença	Incendio e outros danos	Automóvel	Diversos	Não técnica	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	257 326	1 971 089	25 130 545	23 993 995	13 556 877	481	-	64 910 313
Prémios brutos emitidos	616 502	10 368 888	25 675 104	25 788 496	15 095 563	7 392	-	77 551 945
Prémios de resseguro cedido	(354 590)	(6 378 642)	(372 735)	(1 630 356)	(1 712 299)	(7 883)	-	(10 456 504)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(4 585)	(1 100 464)	(171 825)	(164 145)	173 613	971	-	(1 266 436)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	(918 693)	-	-	-	-	-	(918 693)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	**(117 323)**	**17 408**	**(21 650 518)**	**(15 634 172)**	**(11 393 189)**	**(9)**	**-**	**(48 777 802)**
Montantes pagos	(76 325)	(155 386)	(21 978 937)	(13 453 296)	(11 971 052)	(9)	-	(47 635 005)
Provisão para sinistros (variação)	(40 997)	172 794	328 419	(2 180 876)	577 863	-	-	(1 142 797)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	(12 308)	-	1 722 836	(311 678)	(1 045 328)	(731)	-	352 792
Custos e gastos de exploração líquidos	**(26 477)**	**1 513 212**	**(3 822 685)**	**(7 061 452)**	**(2 861 067)**	**(1 268)**	**-**	**(12 259 737)**
Custos de aquisição	(57 392)	(2 959 898)	(3 026 496)	(4 084 224)	(1 573 399)	(1 112)	-	(11 702 520)
Custos de aquisição diferidos (variação)	(949)	427 017	42 966	(3 004)	12 625	(146)	-	478 509
Gastos administrativos	(61 984)	(1 060 584)	(904 550)	(2 974 224)	(1 300 293)	(11)	-	(6 301 646)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	93 848	5 106 676	65 396	-	-	-	-	5 265 920
Rendimentos	**11 696,20**	**254 714,74**	**131 446,05**	**231 207,04**	**354 405,65**	**71,46**	**-**	**983 541**
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	11 460	249 572	128 792	226 539	347 250	70	-	963 684
De outros	236	5 143	2 654	4 668	7 155	1	-	19 857
Gastos financeiros	(4 814)	(103 838)	(61 723)	(87 863)	(145 184)	(26)	-	(403 448)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	(1 311)	(28 548)	(14 732)	(25 914)	(39 722)	(8)	-	(110 235)
De outros	(3 503)	(75 290)	(46 991)	(61 949)	(105 462)	(18)	-	(293 213)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	(227 585)	(117 445)	(206 581)	(316 657)	(64)	-	(868 332)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e	-	(205 690)	(106 147)	(186 707)	(286 193)	(58)	(173)	(784 968)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	**-**	**6 888**	**3 554**	**6 252**	**9 583**	**2**	**7 149**	**33 428**
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	(1 829)	(944)	(1 661)	(2 545)	(1)	-	(6 980)
De ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	8 553	4 414	7 764	11 901	2	-	32 634
De outros	-	164	85	149	228	0	7 149	7 775
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	-	696 218	359 284	631 963	968 705	195	-	2 656 366
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(25)	(413)	(1 023)	(1 027)	(601)	(0)	-	(3 089)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	-	928 071	928 071
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	108 077	3 922 003	1 588 125	1 373 938	(1 158 649)	(1 407)	935 047	6 767 135
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(22 810)	(827 741)	(335 175)	(289 970)	244 533	297	(197 342)	(1 428 207)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	(1 923)	(69 774)	(28 253)	(24 443)	20 613	25	(16 635)	(120 390)
Resultado líquido do exercício	**83 344**	**3 024 489**	**1 224 697**	**1 059 525**	**(893 502)**	**(1 085)**	**721 070**	**5 218 538**

2021	Acidentes e Doença							
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais	Doença	Incendio e outros danos	Automóvel	Diversos	Não técnica	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	216 385	1 253 535	24 563 127	24 001 292	14 255 323	5 608	-	64 295 270
Prémios brutos emitidos	544 051	9 328 571	24 877 629	25 599 378	15 752 255	13 135	-	76 115 017
Prémios de resseguro cedido	(313 752)	(6 930 009)	(328 096)	(1 580 605)	(1 676 275)	(10 226)	-	(10 838 963)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(13 914)	(848 100)	13 594	(17 481)	179 344	2 699	-	(683 858)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	(296 927)	-	-	-	-	-	(296 927)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	**(73 864)**	**(74 257)**	**(20 788 919)**	**(13 982 805)**	**(8 679 366)**	**(15)**	**-**	**(43 599 226)**
Montantes pagos	(53 219)	(71 017)	(21 005 279)	(15 016 284)	(10 498 919)	(15)	-	(46 644 734)
Provisão para sinistros (variação)	(20 645)	(3 240)	216 360	1 033 479	1 819 552	-	-	3 045 507
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	73 993	-	(1 600 500)	(296 992)	(328 442)	-	-	(2 151 941)
Custos e gastos de exploração líquidos	**(3 194)**	**2 151 799**	**(3 396 932)**	**(6 381 953)**	**(2 686 548)**	**(2 399)**	**-**	**(10 319 227)**
Custos de aquisição	(57 602)	(2 598 999)	(2 761 851)	(4 138 393)	(1 555 645)	(1 975)	-	(11 114 465)
Custos de aquisição diferidos (variação)	1 635	382 003	60 388	231 918	(23 687)	(406)	-	651 850
Gastos administrativos	(48 226)	(780 639)	(765 965)	(2 475 477)	(1 107 216)	(18)	-	(5 177 540)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	100 999	5 149 434	70 496	-	-	-	-	5 320 928
Rendimentos	**9 621**	**229 812**	**141 172**	**182 740**	**325 765**	**66**	**-**	**889 176**
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	9 006	215 135	132 156	171 069	304 959	62	-	832 387
De outros	614	14 677	9 016	11 671	20 805	4	-	56 788
Gastos financeiros	(4 486)	(100 436)	(61 229)	(83 212)	(146 291)	(35)	-	(395 689)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	(1 245)	(29 743)	(18 271)	(23 651)	(42 161)	(9)	-	(115 079)
De outros	(3 241)	(70 693)	(42 958)	(59 561)	(104 130)	(27)	-	(280 610)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	25 154	15 452	20 002	35 657	7	-	96 273
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e	-	379 946	233 398	302 122	538 584	110	-	1 454 159
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	**(230)**	**(11 430)**	**(7 021)**	**(9 088)**	**(16 202)**	**(3)**	**(15 484)**	**(59 457)**
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	(1 643)	(1 009)	(1 307)	(2 329)	(0)	-	(6 288)
De ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	(9 573)	(5 880)	(7 612)	(13 569)	(3)	-	(36 637)
De outros	(230)	(214)	(131)	(170)	(303)	(0)	(15 484)	(16 532)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	-	(266 587)	(163 762)	(211 982)	(377 894)	(77)	-	(1 020 303)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	130	2 236	5 963	6 136	3 776	3	-	18 245
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	-	215 811	215 811
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	218 356	3 589 772	(1 059 251)	3 546 260	2 924 361	3 265	200 327	9 423 090
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(54 488)	(895 790)	264 325	(884 932)	(729 743)	(815)	(49 990)	(2 351 432)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	613	10 079	(2 974)	9 957	8 211	9	562	26 457
Resultado líquido do exercício	**164 481**	**2 704 062**	**(797 901)**	**2 671 285**	**2 202 828**	**2 460**	**150 900**	**7 098 115**

Demonstração da posição financeira

2022							
		Acidentes e Doença					
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais	Doença	Incendio e outros danos	Automóvel	Diversos	Não técnica	Total
ATIVO								
Caixa e seus equivalentes	49 789	563 073	290 575	511 107	783 450	158	-	2 198 152
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	23 630 222	12 194 424	21 449 381	32 878 678	6 630	-	90 159 335
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	1 793 438	925 507	1 627 921	2 495 358	503	-	6 842 727
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	832 893	429 816	756 025	1 158 872	234	-	3 177 840
Provisões técnicas de resseguro cedido	74 793	10 199 287	-	28 000	2 129 085	-	-	12 431 165
PASSIVO								
Provisões Técnicas	986 130	21 475 491	11 082 471	19 493 512	29 880 623	6 026	-	82 924 252

2021							
		Acidentes e Doença					
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais	Doença	Incendio e outros danos	Automóvel	Diversos	Não técnica	Total
ATIVO								
Caixa e seus equivalentes	49 789	852 670	523 788	678 019	1 208 683	246	-	3 313 196
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	26 116 589	16 043 221	20 767 177	37 021 002	7 550	-	99 955 538
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	2 329 837	1 431 201	1 852 621	3 302 610	673	-	8 916 944
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	2 363 348	1 451 786	1 879 268	3 350 112	683	-	9 045 197
Provisões técnicas de resseguro cedido	33 796	10 787 808	-	28 659	2 539 971	-	-	13 390 234
								-
PASSIVO								
Provisões Técnicas	886 294	21 170 853	13 005 094	16 834 467	30 010 282	6 120	-	81 913 110

A repartição dos ativos e passivos por segmentos é feita de acordo com o volume das carteiras de investimentos e passivos e provisões técnicas, respetivamente. O segmento "não técnico" diz respeito aos ativos e passivos não relacionados diretamente com produtos.

NOTA 5 – PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2022	2021
Prémios brutos emitidos	77 551 945	76 115 017
Prémios de resseguro cedido	(10 456 504)	(10 838 963)
Prémios líquidos de resseguros	67 095 441	65 276 054
Variação da provisão para prémios não adquiridos (líquida de resseguro)	(2 185 129)	(980 785)
Prémios líquidos de resseguro	64 910 313	64 295 270

No anexo 4 estão discriminados por ramos os prémios emitidos e os prémios brutos adquiridos.

NOTA 6 – CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2022	2021
Seguro direto		
Montantes pagos	40 083 512	40 545 901
Custos imputados à função sinistros (Nota 10)	9 033 706	7 454 973
Variação da provisão para sinistros	576 234	(3 844 669)
Resseguro cedido		
Montantes pagos	1 482 212	1 356 140
Variação da provisão para sinistros	(566 563)	(799 161)
	915 649	556 979
	48 777 802	**43 599 226**

O valor dos montantes pagos, apresentado acima, é líquido de reembolsos no montante de 3.310.579€ (em 2021: 3.073.705€).

No anexo 3 estão discriminados os custos com sinistros por ramos.

NOTA 7 – OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)

As outras provisões técnicas líquidas de resseguro são analisadas como segue:

	2022	2021
Provisão para desvios de sinistralidade	311 678	296 992
Provisão para riscos em curso	1 335 530	1 854 949
Outras provisões técnicas	(2 000 000)	-
	(352 792)	**2 151 941**

A redução das Outras provisões técnicas em 2022 diz respeito ao desreconhecimento da Provisão para Envelhecimento dado que já não se encontram válidos os motivos que levaram à criação da mesma.

Ver adicionalmente a nota 23.

NOTA 8 – CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2022	2021
Custos de aquisição	11 702 520	11 114 465
Comissões por intermediação de produtos de seguro direto	9 687 281	9 637 149
Custos imputados à função aquisição (nota 10)	2 015 239	1 477 316
Custos de aquisição diferidos (variação)	(478 509)	(651 850)
Custos imputados à função administrativa (nota 10)	6 301 646	5 177 540
Comissões e participação nos resultados de resseguro	5 265 920	5 320 928
Comissões de resseguros cedido	3 914 078	3 924 585
Participação nos resultados de resseguro	1 351 843	1 396 343
	12 259 737	**10 319 227**

NOTA 9 – RENDIMENTOS

Rendimentos por categoria de investimento

Os rendimentos por categoria dos ativos financeiros são analisados como segue:

	2022	2021
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	963 649	832 387
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	35	-
Rendimentos de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	19 857	56 788
	983 541	**889 176**

NOTA 10 – CUSTOS POR NATUREZA IMPUTADOS

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue:

	2022	2021
Custos com sinistros (ver Nota 6)	9 033 706	7 454 973
Custos de aquisição (ver Nota 8)	2 015 239	1 477 316
Custos administrativos (ver Nota 8)	6 301 646	5 177 540
Custos de gestão de investimentos	293 213	280 610
	17 643 804	**14 390 440**

A sua desagregação por natureza é analisada como segue:

	2022	2021
Custos com pessoal	5 302 544	4 835 567
Fornecimentos e serviços externos	11 417 735	8 994 411
Impostos e taxas	297 558	297 643
Depreciações e amortizações do exercício (ver notas 20 a 22)	515 737	156 650
Outras provisões	(159 480)	(116 236)
Juros suportados	52 483	-
Comissões	217 227	222 405
	17 643 804	**14 390 440**

Gastos com pessoal:

Número médio de trabalhadores

Durante os exercícios de 2022 e 2021, o número médio de Colaboradores pertencentes ao quadro efetivo ao serviço da Companhia, por categorias profissionais, foi o seguinte:

	2022	2021
Diretor	7	6
Técnico	33	30
Coordenador Operacional	4	4
Gestor Operacional	2	2
Gestor Técnico	12	6
Especialista Operacional	26	25
	84	**73**

Despesas com o pessoal

O montante dos gastos com o pessoal no exercício foi o seguinte:

	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	116 662	287 599
Remunerações do pessoal	4 027 218	3 314 669
Encargos sobre remunerações	818 056	789 400
Benefícios pós-emprego	-	-
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	39 451	36 125
Seguros obrigatórios	42 843	38 785
Gastos de ação social	154 710	138 716
Outros gastos com o pessoal	103 604	230 275
	5 302 544	**4 835 567**

ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

O montante das despesas com os órgãos sociais no exercício foi o seguinte:

	2022	2021
Conselho de Administração		
Remunerações e outros benefícios	116 662	287 599
Encargos sobre remunerações	27 267	133 776
	143 930	**421 375**

Os "Fornecimentos e serviços externos" são analisados como segue:

	2022	2021
Combustíveis	9 556	5 394
Impressos	2 731	9 309
Material de escritório	23 790	24 139
Livros e Documentação Técnica	91	264
Conservação e Reparação	1 582 299	1 570 914
Rendas e Alugueres	200 959	360 709
Despesas de representação	731	1 127
Comunicação	901 239	712 608
Deslocações e Estadas	50 592	14 865
Seguros	24 965	3 746
Gastos com Trabalho Independente	11 788	29 297
Publicidade e Propaganda	8 574	(39 558)
Limpeza, Higiene e Conforto	3 678	11 433
Contencioso e notariado	1 546	3 496
Vigilância e segurança	966	102
Trabalhos Especializados	8 352 566	6 065 459
Quotizações (Actividade)	60 005	42 621
Gastos com Cobrança de Prémio	51 956	50 626
Despesas de Condomínio	42 408	10 602
Despesas Bancárias - Comissões	39 215	39 815
Outros Fornecedores e Serviços	36 282	77 444
	11 417 735	**8 994 411**

A rubrica de "Gastos com cobrança de prémios" compreende os custos associados às cobranças SEPA.

A rubrica de "trabalhos especializados" inclui o montante de 2.707.455€, respeitante a gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença (2.578.768€ em 2021) e 8.146.135€ relativos a "consultadoria e trabalhos executados no exterior" (5.706.691€ em 2021), esta variação (aumento), tal como a da rubrica "conservação e reparação", é explicado essencialmente por novos investimentos relacionados com a "autonomização" e modernização da Companhia.

Esta rubrica inclui ainda os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas da Companhia, que são analisados como segue:

	2022	2021
Revisão legal das contas	79 833	69 618
Serviços distintos da auditoria, exigidos pela legislação	27 903	24 662
	107 736	**94 280**

A faturação da PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., em 2022 ascendeu a 43.680€ e em 2021 a 122.277€, dos quais 31.119€ e 24.662€ respetivamente em 2022 e 2021, dizem respeito a serviços distintos de auditoria.

NOTA 11 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Conforme referido na Nota 2.12., a companhia deixou de ter responsabilidades com o plano de pensões dos administradores por liquidação da responsabilidade e respetivo património, bem como com quaisquer benefícios definidos aos trabalhadores.

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Conforme referido na Nota 2.12., o Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros de 23 de Dezembro de 2011 alterou um conjunto de benefícios anteriormente definidos designadamente no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida que companhia contratou junto da GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA através da participação no Fundo de Pensões Multireforma Capital Garantido.

Para os restantes benefícios e no quadro de um plano de contribuição a Companhia constituiu um seguro de vida de contribuição definida e com capital garantido (Plano Poupança Empresa) junto da GamaLife – Companhia de seguros de vida S.A., efetuando contribuições anuais tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador, aplicando os termos estabelecidos na regulamentação coletiva de trabalho (de 2016) aplicável ao sector segurador.

Contribuição anual para o Plano Individual de Reforma (Plano Poupança Empresa):

	2022	2021
Plano Individual de Reforma - Contribuição	39 451	36 125

NOTA 12 – GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os Ganhos e perdas de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2022		
	Proveitos	Custos	Total
Por alienação dos ativos e passivos valorizados ao justo valor através de reservas	29 795	898 126	(868 332)
	29 795	898 126	(868 332)

	2021		
	Proveitos	Custos	Total
Por alienação dos ativos e passivos valorizados ao justo valor através de reservas	99 514	3 241	96 273
	99 514	3 241	96 273

NOTA 13 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os Ganhos e perdas de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor em 2022 são analisados como segue:

	2022	2021
Por Alienação - Unidades de Participação em Fundos de Investimento	1 871 571	433 856
Por Variação do Justo Valor - Unidades de Participação em Fundos de Investimento	(2 656 366)	1 020 303
	(784 794)	**1 454 159**

Esta rúbrica inclui 2.656.366€, relativas à variação de justo valor de ativos valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas (Unidades de Participação em Fundos de Investimento) que é objeto de ajustamento na conta de ganhos perdas (Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição – *overlay approach*).

Ver adicionalmente a nota 30.

NOTA 14 – PERDAS DE IMPARIDADE LÍQUIDAS DE REVERSÃO

As perdas de imparidade líquidas de reversão de ativos financeiros, são analisadas como segue:

	2022		
	Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas			
Obrigações de emissores públicos	(2 172)	-	-
Obrigações outros emissores	(4 808)	-	-
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	32 634	-	-
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7 775	-	-
	33 428	-	-

	2021		
	Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas			
Obrigações de emissores públicos	(9 197)	-	-
Obrigações outros emissores	2 908	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	137 426	-
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	(36 637)		-
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	(16 532)	-	-
	(59 457)	137 426	-

Ver adicionalmente a nota 16, 18 e 19.

NOTA 15 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS E NÃO TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os outros rendimentos e gastos são analisados como segue:

	2022		2021	
	Técnica	Não Técnica	Técnica	Não Técnica
Outros rendimentos e ganhos (gastos e perdas) financeiros		807		15.411
Outros rendimentos/(gastos)	(3 089)	927 264	18 245	200 400
	(3 089)	**928 071**	**18 245**	**215.811**

NOTA 16 – CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado como segue:

	2022			2021		
	Bruto	Imparidade	Total	Bruto	Imparidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem						
Caixa	31	-	31	29	-	29
Depósitos à ordem	2 213 454	(15 334)	2 198 121	3 336 275	(23 108)	3 313 167
	2 213 486	**(15 334)**	**2 198 152**	**3 336 304**	**(23 108)**	**3 313 196**

Os saldos de depósitos à ordem estão no Grupo Novo Banco e na Caixa Geral de Depósitos. A Mudum Seguros não tem depósitos em moeda estrangeira.

NOTA 17 – ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado como segue:

	2022	2021
Outros títulos de rendimento variável	6 842 727	8 916 944
Valor de balanço	6 842 727	8 916 944
Valor de aquisição	7 399 608	6 840 212

No ano de 2022, estes foram os ativos financeiros aos quais a seguradora aplicou a abordagem da sobreposição (*Overlay Approach* – ver nota 30).

Durante o ano de 2021 a Companhia assumiu o compromisso de investimento num fundo de investimento imobiliário no valor de 1.000.000€. Em 2022 foi chamado a totalidade do capital subscrito neste fundo.

NOTA 18 – ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESERVAS

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado como segue:

	2022							
	Custo Amortizado	Reserva de justo valor Positiva	Reserva de justo valor Negativa	Imparidades Nivel 1 e Nivel 2	Imparidades Nivel 3	Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo								
De emissores públicos	19 376 954	-	(1 793 342)	14 529	-	17 598 140	145 428	17 743 568
De outros emissores	79 893 679	13 914	(7 904 523)	39 944	-	72 043 014	372 753	72 415 767
Saldo em 31 de dezembro de 2022	99 270 633	13 914	(9 697 865)	54 472	-	89 641 154	518 181	90 159 335

	2021							
	Custo Amortizado	Reserva de justo valor Positiva	Reserva de justo valor Negativa	Imparidades Nivel 1 e Nivel 2	Imparidades Nivel 3	Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo								
De emissores públicos	14 091 034	473 063	(10 470)	12 357	-	14 565 985	129 552	14 695 536
De outros emissores	83 888 017	1 252 661	(204 543)	35 135	-	84 971 270	288 731	85 260 002
Saldo em 31 de dezembro de 2021	97 979 051	1 725 724	(215 013)	47 492	-	99 537 255	418 283	99 955 538

NOTA 19 – ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO CUSTO AMORTIZADO

A rubrica de "Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado" é analisada como segue:

	2022		
	Bruto	Imparidades nível 1 e 2	Total
Depósitos a prazo - Capital	3 200 009	(22 169)	3 177 840
Depósitos a prazo - Juro decorrido	-	-	-
	3 200 009	(22 169)	3 177 840

	2021		
	Bruto	Imparidades nível 1 e 2	Total
Depósitos a prazo - Capital	9 100 000	(54 803)	9 045 197
Depósitos a prazo - Juro decorrido		-	-
	9 100 000	(54 803)	9 045 197

NOTA 20 – TERRENOS E EDIFÍCIOS

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 é analisado como segue:

	2022	2021
Ativos Tangíveis – Edifícios de Uso Próprio		
Edifícios em locação financeira	2 679 997	-
	2 679 997	-
Depreciação acumulada	(191 045)	-
	2 488 952	-

A Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2022 em substituição da IAS 17 – Locações. Decorrente deste novo normativo, reconhece-se um ativo sob direito de uso de imóveis e um passivo de locação na data de início da locação.

O passivo de locação foi inicialmente mensurado ao valor atual dos pagamentos de locação, que ascendem a 2.669.313€. A 31 de dezembro 2022 o valor atual ascende a 2.415.010€.

O ativo sob direito de uso é registado inicialmente ao custo, pelo montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso. Adicionalmente, e caso seja aplicável, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam.

O movimento ocorrido nas rubricas de "Terrenos e Edifícios" é analisado como segue:

Ativos Tangíveis – Edifícios de Uso Próprio	
Saldo liquido a 1 de janeiro de 2021	-
Adições	-
Depreciações do exercício	-
Saldo liquido a 31 de dezembro de 2021	-
Adições	2 679 997
Depreciações do exercício	(191 045)
Saldo liquido a 31 de dezembro de 2022	**2 488 952**

NOTA 21 – OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado como segue:

	2022	2021
Equipamento		
Equipamento informático	719 904	738 915
Equipamento Administrativo	381 114	272 848
Instalações interiores	813 628	95 295
Máquinas e ferramentas	119 633	59 096
Outros	43 288	27 002
	2 077 567	1 193 155
Depreciação acumulada	(1 068 749)	(1 067 243)
	1 008 818	**125 912**

O modelo de valorização aplicado aos ativos tangíveis está especificado na nota 2.9.

Durante o exercício de 2022 não foi registada qualquer perda por imparidade nos ativos tangíveis.

O movimento ocorrido nas rubricas de "Ativos tangíveis" é analisado como segue:

	Equipamento
Saldo liquido a 1 de janeiro de 2021	174 357
Aquisições	44 730
Depreciações do exercício	(93 175)
Saldo liquido a 31 de dezembro de 2021	125 912
Aquisições	1 010 817
Desreconhecimento (abate / alienação)	(1 448)
Depreciações do exercício	(126 464)
Saldo liquido a 31 de dezembro de 2022	1 008 818

NOTA 22 – ATIVOS INTANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado como segue:

	2022	2021
Software	12 180 864	11 728 055
Ativos intangíveis em curso	-	405 700
Despesas em edifícios arrendados	-	650 596
Despesas de investigação e desenvolvimento	-	20 216
Patentes, Marcas e Alvarás	385	385
	12 181 249	12 804 952
Amortizações acumuladas	(11 836 007)	(12 308 591)
	345 242	**496 361**

O modelo de valorização aplicado aos ativos intangíveis foi especificado no ponto 2.10.

O movimento ocorrido nas rubricas de "Ativos intangíveis" foi o seguinte:

Saldo liquido a 1 de janeiro de 2021	366 210
Aquisições	193 627
Amortizações do exercício	(63 476)
Saldo liquido a 31 de dezembro de 2021	496 361
Aquisições	47 109
Amortizações do exercício	(198 228)
Saldo liquido a 31 de dezembro de 2022	345 242

NOTA 23 – PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS COM SINISTROS

PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido são analisadas como segue:

	2022			2021		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	43 354 105	(21 964 445)	21 389 660	42 087 669	(22 883 138)	19 204 531
Custos de aquisição diferidos	(8 064 612)	13 134 836	5 070 224	(7 586 103)	13 661 024	6 074 921
Provisão para sinistros	37 630 931	(3 601 557)	34 029 375	37 054 924	(4 168 120)	32 886 805
Provisão para desvios de sinistralidade	3 989 781		3 989 781	3 678 103		3 678 103
Provisão para riscos em curso	6 014 047		6 014 047	4 678 517		4 678 517
Provisão para envelhecimento	-		-	2 000 000		2 000 000
	82 924 252	**(12 431 165)**	**70 493 087**	**81 913 110**	**(13 390 234)**	**68 522 877**

A provisão para sinistros inclui uma provisão de 18.895.307€ (em 2021: 19.141.270€) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2022 e ainda não participados ou insuficientemente conhecidos. Adicionalmente, inclui uma estimativa de 3.870.262€ (em 2021: 3.518.521€) de encargos futuros de gestão associados à regularização de sinistros pendentes e aos não declarados até 31 de dezembro de 2022. Atendendo às intempéries do final do ano, a provisão para sinistros, nomeadamente nas reservas casuísticas, e para o ramo multirriscos (habitação e comercial), tem uma variação de 2 234 496,17€ (em 2021: -891 487,07€).

Em 2022 a Companhia descontinuou a provisão para envelhecimento até então existente. Esta provisão foi constituída para ser um complemento à evolução dos futuros sinistros nos seguros de saúde, tendo em conta a natureza do seguro de saúde e o facto de a tarifa não acompanhar a expectativa de aumento dos custos.

A manutenção da provisão desde então assentou no pressuposto de que a companhia não aumentaria significativamente a tarifa por forma a compensar este custo.

Em 2020, o MUDUM lançou uma nova oferta de seguro de saúde que já inclui uma evolução mais equilibrada do ponto de vista técnico em anos em que se preveem custos mais elevados. Em 2020 e 2021, a constituição da nova carteira de ofertas foi gradual (influenciada pelo contexto da COVID19), mas em 2022 já houve um importante crescimento no volume de vendas e na carteira de seguros de saúde.

Esta situação permite que o peso relativo da nova oferta no total da carteira de seguros de saúde seja mais relevante, atenuando assim o efeito de um menor equilíbrio da carteira antiga.

Espera-se que no próximo ano e nos anos seguintes isto continue anulando o efeito que as potenciais perdas futuras da carteira antiga podem ter em toda a carteira de seguros de saúde.

A Companhia considera, pois, que os argumentos inicialmente existentes para a constituição da reserva de envelhecimento não são verificados, justificando assim a sua descontinuação.

Desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos.

A evolução das provisões para sinistros é apresentada como segue:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Estimativa inicial dos custos com sinistros	37 246 826	34 238 300	32 992 169	35 648 244	32 738 408	35 324 246	37 945 920	41 273 123	40 899 593	37 054 924	37 630 931
Pagamentos acumulados											
Um ano depois	13 741 017	10 482 867	9 686 894	10 536 532	9 444 862	14 562 673	14 062 709	15 477 943	12 981 586	13 485 801	
Dois anos depois	16 364 487	12 213 843	12 894 987	13 062 359	14 374 159	18 885 260	18 551 359	18 803 531	17 073 919		
Três anos depois	17 319 581	14 492 611	14 451 761	17 321 540	17 691 512	22 427 678	20 858 733	21 354 713			
Quatro anos depois	19 274 572	15 677 348	18 332 464	20 355 443	20 398 694	24 088 855	22 753 089				
Cinco anos depois	20 090 978	18 801 960	22 189 385	22 344 850	21 823 180	25 765 333					
Seis anos depois	22 883 187	21 955 207	23 254 601	23 528 294	23 096 028						
Sete anos depois	25 405 907	22 695 393	24 423 358	24 651 056							
Oito anos depois	26 140 163	23 792 457	25 383 131								
Nove anos depois	26 997 011	24 466 761									
Dez anos depois	27 670 534										
Estimativa final dos custos com sinistros											
Um ano depois	30 672 882	28 326 749	31 022 504	28 471 357	28 729 326	34 123 244	35 598 960	35 376 772	27 698 955	27 942 546	
Dois anos depois	28 783 442	26 916 364	26 441 048	26 883 821	28 180 616	35 092 126	31 041 230	28 110 640	25 764 620		
Três anos depois	29 034 186	23 952 212	25 087 745	27 657 699	29 561 302	31 955 551	28 607 184	28 142 034			
Quatro anos depois	26 812 436	22 952 629	26 405 194	28 784 604	27 948 258	31 057 539	28 050 183				
Cinco anos depois	26 196 214	25 424 480	27 908 523	28 408 336	27 470 024	30 547 805					
Seis anos depois	28 910 629	26 382 342	28 215 806	27 954 698	27 039 789						
Sete anos depois	29 294 206	26 970 651	28 094 768	27 697 383							
Oito anos depois	30 020 082	26 828 906	28 060 862								
Nove anos depois	29 923 312	26 924 992									
Dez anos depois	30 056 141										
Excedente/(défice) acumulado	**7 190 685**	**7 313 308**	**4 931 307**	**7 950 861**	**5 698 619**	**4 776 441**	**9 895 736**	**13 131 090**	**15 134 973**	**9 112 379**	

Nos ramos Automóvel, Saúde e Acidentes de Trabalho, o desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em anos anteriores mais recentes é devido, em grande parte, a um significativo nível de prudência na avaliação das estimativas das responsabilidades com sinistros ocorridos e não participados. A manutenção de uma abordagem prudente, tem reflexo, também, no nível de provisionamento do último ano, não relevando nos seus modelos os efeitos atípicos de menor sinistralidade.

NOTA 24 – OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo de outros devedores por operações de seguros e outras operações em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado como segue:

	2022	2021
Contas a receber por operações de seguro directo		
Tomadores de seguro	710 646	64 110
Contas a receber por operações de resseguro		
Resseguradores	1 474 423	1 168 056
Contas a receber por outras operações		
Outros devedores	513 150	1 188 779
	2 698 220	**2 420 946**

NOTA 25 – ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2022 e 2021 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, mais derrama municipal de 1,5% e mais derrama estadual cuja taxa poderá ir até 9%, consoante o lucro tributável.

As declarações de autoliquidação da Seguradora, ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Mudum Seguros que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

No exercício de 2022, foram reconhecidos 825.000€ relativos ao benefício fiscal do sistema de incentivos fiscais à investigação e desenvolvimento empresarial (SIFIDE), decorrente do investimento de 1.000.000€ no Fundo IBERIS BLUETECH FUND II, FCR, durante o exercício de 2020.

Este reconhecimento foi realizado através da respetiva substituição da declaração de autoliquidação Modelo 22 de IRC relativa ao ano fiscal de 2020, aquando da aprovação da respetiva candidatura pela Agência Nacional de Inovação, S.A.

ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os ativos e passivos por impostos correntes, dizem respeito ao imposto (corrente) sobre o rendimento do exercício, deduzido do Pagamentos Por Conta e do Pagamento Adicional por Conta, e a outros impostos e taxas que incidem sobre a atividade de seguros não vida.

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 2022 e 2021 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos	
	2022	2021	2022	2021
Impostos sobre rendimentos	625 230	-	-	350 726
Outros impostos e taxas	92 583	93 214	699 426	882 057
Total	**717 813**	**93 214**	**699 426**	**1 232 783**

Os movimentos da rubrica de "Impostos sobre rendimentos" são analisados da seguinte forma:

Saldo a 1 de janeiro de 2021	107 481
Montantes registados nos resultados	(2 351 432)
Pagamentos efectuados	1 893 430
Excesso / insuficiência de estimativa	(205)
Saldo a 31 de dezembro 2021	(350 726)
Montantes registados nos resultados	(1 428 207)
Pagamentos efectuados	2 402 887
Excesso / insuficiência de estimativa	1 276
Saldo a 31 de dezembro 2022	625 230

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2022 e 2021 podem ser analisados da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Pensões	-	4 344	-	-	-	4 344
Investimentos Financeiros	2 838 562	281 000	13 618	908 711	2 824 944	(627 712)
Provisões / Acréscimos	371 869	479 558	-	-	371 869	479 558
Imposto diferido ativo/(passivo)	3 210 430	764 902	13 618	908 711	3 196 812	(143 810)
	3 210 430	764 902	13 618	908 711	3 196 812	(143 810)

O movimento do imposto diferido de balanço em 2022 e 2021 explica-se como segue:

	2022		2021	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Ativos financeiros	(8 357)	3 461 012	14 864	178 608
Pensões	(4 344)	-	(2 728)	-
Provisões / Acréscimos	(107 689)	-	14 321	-
	(120 390)	**3 461 012**	**26 457**	**178 608**

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos contabilísticos e os respetivos montantes para efeitos de tributação. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis e impostos diferidos passivos para as diferenças tributáveis. Tendo em conta as expectativas de lucros futuros e a data da sua reversibilidade, a taxa de imposto diferido utilizada foi de 25%.

PRINCIPAIS COMPONENTES DO GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2022 e 2021 explica-se como segue:

	2022	2021
Imposto corrente	1 428 207	2 351 432
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	120 390	(26 457)
Total do imposto registado em resultados	1 548 597	2 324 975

RELACIONAMENTO ENTRE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS E LUCRO CONTABILÍSTICO

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	2022	2021
Resultado antes de impostos	6 767 135	9 423 090
Taxa de imposto nominal	21,0%	21,0%
Imposto Apurado com Base na Taxa Oficial	-1 421 098	-1 978 849
Imparidades e provisões não aceites fiscalmente	40 511	80 577
Outros proveitos e custos excluídos de tributação / diferença de taxa ID´s	3 681	-20 654
Imposto Autónomo	-28 453	-24 676
Benefícios fiscais	10 266	6 181
Insuficiência / Excesso Estimativa de Imposto	176 843	-12 959
Derramas (Municipal e Estadual)	-209 957	-401 051
Impostos Diferidos	-120 390	26 457
Imposto Reconhecido nos Resultados	-1 548 597	-2 324 975
Taxa de Imposto Efetiva	22,9%	24,7%

NOTA 26 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (ATIVO)

O saldo desta rubrica (Ativo) em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado como segue:

	2022	2021
Gastos diferidos	339 368	350 515

NOTA 27 – OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo de outros credores por operações de seguros e outras operações em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado como segue:

	2022	2021
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro	1 279 312	1 327 371
Contas a pagar por operações de resseguro		
Resseguradores	1 942 472	1 256 627
Contas a pagar por outras operações	281 516	385 243
	3 503 299	**2 969 241**

NOTA 28 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (PASSIVO)

O saldo desta rubrica (Passivo) em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado como segue:

	2022	2021
Remunerações e respectivos encargos a liquida	1 742 501	1 507 416
Outros acréscimos de gastos	10 154 180	10 531 943
	11 896 681	**12 039 359**

A rubrica "Remunerações e Respetivos encargos a liquidar" diz respeito a férias e respetivos subsídios vencidos no exercício e a liquidar no ano seguinte, conforme referido na nota 2.4.

A rubrica "Outros acréscimos de gastos" inclui o montante de 5.657.825€ (2021: 5.344.626€) relativos a comissões por intermediação de produtos de seguros e incentivos à produção.

NOTA 29 – OUTRAS PROVISÕES

As outras provisões são analisadas como segue:

	Outras Provisões
Saldo a 1 de janeiro de 2021	1 152 635
Saldo a 31 de dezembro de 2021	709 480
Saldo a 31 de dezembro de 2022	550 000

Em 2022 foram revertidos 500.000€ da provisão para fazer face a custos de natureza expectável, mas incerta com a reorganização da Companhia e "*carve-out*" tecnológico com a GamaLife e Novo Banco, no âmbito do processo de autonomização e reorganização.

Foi ainda constituída uma provisão adicional, no montante de 340.520€, por via de potenciais novas contingências fiscais.

NOTA 30 – CAPITAL PRÓPRIO

ESTRUTURA ACIONISTA

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social autorizado da Mudum - Companhia de Seguros, S.A. encontrava-se representado por 3.000.000 (três milhões) de ações, com um valor nominal de 5 euros cada, subscritas e realizadas na totalidade.

Estrutura Acionista a 31 de dezembro de 2022:

	% Capital	
	2022	2021
Crédit Agricole Assurances, S.A.	100%	100%
	100%	100%

RESERVA LEGAL

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa aplicável ao sector segurador, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, bem como a respetiva provisão para perdas de crédito esperadas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas.

Ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a reserva de justo valor, outras reservas e resultados transitados, podem ser analisados como segue:

	Reserva de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de janeiro de 2021	3 292 938	(1 087 319)	9 678 027	5 913 920
Aplicação de resultados	-	-	618 408	(1 934 331)
Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capit	-	-	-	-
Alterações de justo valor	(1 734 735)	178 608	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1 558 204	(908 711)	10 296 435	3 979 590
Aplicação de resultados	-	-	709 812	(3 931 697)
Alterações de justo valor	(11 187 683)	3 461 012	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(9 629 479)	2 552 301	11 006 247	47 893

DIVIDENDOS

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A quantia de dividendos reconhecida como distribuições aos detentores de capital, durante 2022 e 2021, é analisada da seguinte forma:

	2022	2021
Crédit Agricole Assurances, S.A.	10 320 000	7 500 000
	10 320 000	7 500 000

Abordagem da Sobreposição (OVERLAY APPROACH)

NOTA 31 – GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

Tendo em consideração que o risco está intrinsecamente ligado ao negócio segurador e ao modo como a Companhia cria valor, torna-se essencial gerir e monitorizar os riscos a que se encontra exposta.

Dada a natureza, dimensão e complexidade das suas atividades e cumprindo os requisitos legais e regulamentares aos quais está sujeita, a Mudum Seguros tem implementado um sistema de governo que inclui uma estrutura organizacional adequada à sua dimensão, com responsabilidades claramente atribuídas e devidamente segregadas, complementada por uma estrutura de comités de suporte e validação, por funções-chave e por políticas.

Este sistema de governo e de gestão de riscos e de controlo interno, tem por finalidade última gerir e monitorizar adequadamente todas as atividades e os riscos subjacentes de forma a criar valor para os seus acionistas, valorizar os colaboradores e disponibilizar produtos e serviços integradores de valor acrescentado para os clientes e que seja por estes percecionado.

A estrutura organizacional implementada serve de suporte ao desenvolvimento do sistema de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, que assenta no modelo das 3 linhas de defesa.

A Companhia aplica a abordagem da sobreposição (*overlay approach*) tendo afetado as seguintes rúbricas:

	2022	2021
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (*Overlay Approach*)	(579 724)	2 076 642
Imposto	144 931	(519 161)
Impacto Líquido	**(434 793)**	**1 557 482**

A 1ª linha de defesa é representada pelos Departamentos/ Unidades Operacionais da Companhia, que são as áreas responsáveis pela operacionalização da gestão de risco e respetivos controlos, no terreno, dia-a-dia.

A 2ª linha de defesa detém uma função de supervisão, sendo representada pela Direção de Risco, Compliance e Segurança, pela Função Atuarial, pelo Comité de Risco e Compliance e pelo Comité de Controlo Interno, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas e políticas, o acompanhamento da implementação e a monitorização do sistema de gestão de risco e controlo interno.

A 3ª linha de defesa assenta numa função de auditoria independente, executada pelo Departamento de Auditoria, apoiada pela Direção de Auditoria do Grupo e reportando os resultados em Comité de Controlo Interno, tendo como principal objetivo avaliar a efetividade dos controlos e do sistema de controlo interno implementado.

Com o objetivo de fortalecimento do Sistema de Governo, a Companhia tem nos seus Comités uma componente essencial a este sistema, visando uma dupla função: i) partilha e difusão de informação sobre os temas relevantes da atividade da empresa; ii) tomada colegial de decisão, visando que a mesma possa ser adequadamente fundamentada no contributo dos *stakeholders* relevantes, em função da matéria sob apreciação.

Neste sentido, o regulamento de funcionamento dos comités explicita claramente as matérias em que o comité assume função deliberativa e os requisitos qualitativos que têm de estar preenchidos para que a decisão possa ser tomada.

Tendo em conta a regulamentação sobre Solvência II, considerando a estrutura existente e a aplicação de forma proporcional à natureza, dimensão e complexidade dos riscos inerentes à atividade da empresa, a Mudum Seguros identificou as pessoas responsáveis pelo exercício das Funções-Chave "Gestão de Riscos", "Atuarial", "Compliance" e "Auditoria interna", consideradas essenciais para gerir e controlar os riscos.

Outro dos pilares relevantes ao modelo de governo da Mudum Seguros é a existência de políticas que suportem o funcionamento adequado da organização, da monitorização e gestão dos riscos.

Paralelamente às políticas associadas às várias vertentes do negócio (Subscrição, Provisionamento, Resseguro, Investimentos, etc), encontram-se também definidas e implementadas um conjunto de políticas que visa orientar e garantir princípios de atuação e monitorização adequados do risco, como são exemplo a Política de Avaliação Interna do Risco e da Solvência e a Política de Apetite ao Risco, cujo objetivo consiste em garantir que o risco que a Companhia está exposta está alinhado com o risco que está disposta a aceitar.

Na gestão dos riscos, estão presentes os seguintes objetivos:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adotando progressivamente princípios e metodologias uniformes e coerentes em todas as unidades da Companhia;
- Gestão pró-ativa de controlos e processos que permitam antecipar potenciais situações de risco;
- Utilização de ferramentas de gestão de risco apropriadas (indicadores de risco, bases de dados de perdas, e testes de stress e cenários), suporte à gestão do risco, nomeadamente ao reporte, tomada de decisões e mensuração dos requisitos de capital e capital disponível;
- Implementação das diversas políticas;
- Promoção da gestão do risco por todos os colaboradores, aos diferentes níveis, em linha com as funções e responsabilidades definidas na política de gestão de risco.

Dos vários riscos a que a Companhia se encontra exposta, destacam-se os seguintes:

RISCO ESTRATÉGICO

O risco estratégico assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia em que as principais decisões são acompanhadas por certos limites de risco.

Os fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta

pode envolver. A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade.

Este risco tem por base decisões que podem construir ou destruir o negócio. Na gestão deste tipo de risco, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível dos seus Órgãos de Administração.

RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS

Em relação ao risco específico de seguros, este corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Os mecanismos de mitigação deste risco mantiveram na sua essência, os mesmos conceitos e práticas reportadas no relatório anterior:

1) DESENHO E TARIFAÇÃO

A Companhia tem como objetivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos.

Neste sentido:

- A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em tarifas construídas com base em princípios atuariais e sujeitas a revisão periódica;
- É efetuada uma análise por parte do Comité Técnico, que valida e emite recomendações sobre as matérias analisadas;
- O lançamento ou alteração de produtos é analisado e validado no Comité de Novos Produtos e Atividades (NAP), o qual deverá validar todos os requisitos, procedimentos e processos referentes à implementação e lançamento de novos produtos e atividades, por parte de representantes de várias funções da Companhia. Este Comité é constituído por três fases distintas (definição, validação e monitorização) que visam assegurar a total conformidade (ao nível de legislação, adequação aos segmentos-alvo, desenho de produto, materiais de suporte à comercialização, proteção de dados, etc.) dos novos produtos e atividades após todas as diligências efetuadas para o seu lançamento ou alteração;
- A adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de *cash-flows* baseadas em princípios atuariais. Posteriormente, é feito um acompanhamento do produto, das vendas, características dos riscos subscritos, sinistralidade e margem técnica. Regularmente são elaborados relatórios com indicadores de gestão referentes a todos os produtos.

2) SUBSCRIÇÃO

A aceitação dos riscos é condicionada à Política de Subscrição (coberturas definidas e processos de aceitação condicionada) embebida nos sistemas da Companhia após formalmente aprovada.

A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em padrões técnicos rigorosos, existindo alguns instrumentos auxiliadores: tarifas, manuais de produto e subscrição, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos. Os produtos são criados de forma simples, padronizada e transparente. Quando existem riscos não enquadráveis nesta política a sua aceitação é condicionada, sendo necessária uma análise específica.

As regras definidas são parametrizadas no sistema informático de suporte e são definidos mecanismos de impedimento ou de alerta para quando alguma das regras não é cumprida.

De acordo com o risco de subscrição de cada situação em concreto, o processo de aceitação obedece a determinados perfis integrados no sistema que limitam a decisão sobre o processo de aceitação a algumas unidades operacionais ou colaboradores.

Em termos de definição e implementação de procedimentos de resolução de reclamações, a Companhia dispõe de uma área específica para a gestão de reclamações e um regulamento interno que define prazos para o processamento e resposta de reclamações, disponibilizando aos clientes no momento de subscrição informação sobre a gestão de reclamações, tal como previsto na legislação em vigor.

A Companhia disponibiliza ainda aos reclamantes o acesso a um serviço de Provedoria do Cliente, que exerce as competências definidas nos normativos aplicáveis.

3) PROVISIONAMENTO

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia tem por base o princípio de prudência e utiliza métodos actuarialmente reconhecidos, cumprindo a legislação em vigor. O objetivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afetar os valores reportados por isso. Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos;

O valor das provisões a constituir é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros. São efetuadas análises regulares sobre a suficiência do provisionamento da Companhia através de métodos estatísticos, adequados à natureza dos riscos, para determinação da *Best Estimate*. Para além da monitorização feita em sede de Comité Técnico, o cálculo do provisionamento é revisto e monitorizado pelo responsável pela função atuarial e, pelo menos anualmente, por uma entidade externa independente.

4) GESTÃO DE SINISTROS

O risco associado à gestão de processos de sinistros advém da possibilidade de ocorrer uma variação das responsabilidades, por insuficiência ou deficiente qualidade dos dados utilizados no processo de provisionamento, ou um aumento das despesas de gestão e de litígios, devido a uma insuficiente gestão dos referidos processos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração.

Regularmente é efetuado um acompanhamento e monitorização de indicadores específicos sobre os sinistros geridos pela Companhia, que permite analisar a evolução destas rubricas, detetar tendências e equacionar estratégias futuras, quer seja ao nível da tarifação, do provisionamento ou do resseguro.

Esta análise é efetuada para cada um dos produtos em comercialização e é reportada regularmente aos vários Departamentos da Companhia e ao Comité de Direção Geral.

5) RESSEGURO

A Companhia definiu e implementou uma política de resseguro que tem como objetivo primordial a proteção ao impacto de grandes sinistros ou de eventos catastróficos, mitigando o risco, reduzindo a necessidade de capital e protegendo os interesses dos seus clientes, outros beneficiários de seguros, acionistas e colaboradores.

Para a sua prossecução, a companhia contrata o tipo de resseguro mais adequado à mitigação dos riscos aceites, efetuada principalmente através de programas de resseguro específicos e adequados a cada tipo de risco, existindo um elevado nível de exigência em relação aos resseguradores que integram os tratados, tendo em consideração o seu rating, solvência financeira e capacidade de prestação de serviços. Os tratados existentes na Companhia são do tipo "Não Proporcionais" – *Excess of Loss* – e Proporcionais – *Quota Share*. O risco catastrófico (fenómenos sísmicos e catástrofes naturais) está coberto por um tratado de excedente de perdas, sendo a sua retenção determinada pela capacidade financeira da Companhia e o seu limite máximo analisado em função da frequência deste tipo de eventos e do seu impacto nos capitais da Companhia.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

	2022	2021
Aumento de 5% nos custos com sinistros, líquidos de resseguro	(2 438 890)	(2 179 961)
Aumento de 10% nos custos com sinistros, líquidos de resseguro	(4 877 780)	(4 359 923)
Aumento de 5% nos custos e gastos de exploração, líquidos de resseguro	(612 987)	(515 961)
Aumento de 10% nos custos e gastos de exploração, líquidos de resseguro	(1 225 974)	(1 031 923)

Os valores apresentados representam apenas o efeito direto e linear no RAI

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

RISCO DE MERCADO

O Risco de Mercado representa, genericamente, a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e volatilidade dos preços de mercado em geral.

A gestão de risco de mercado é monitorizada pelo Comité Financeiro. Este órgão é responsável pela decisão sobre políticas de afetação e estruturação do balanço, bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

A política de investimentos da Companhia tem sido conservadora, mantendo uma prudente diversificação, não só como fator de mitigação do risco, mas também para cumprir as regras de diversificação necessárias para que os ativos possam representar as provisões técnicas.

1) RISCO DE VARIAÇÃO DE PREÇOS DE MERCADO DE CAPITAIS, CAMBIAL, DE TAXA DE JURO, IMOBILIÁRIO E DE SPREAD

- Risco de variação de preços no mercado de capitais: Risco que resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado, e está definido na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro. A mitigação deste risco na Companhia realiza-se através da formalização na política de investimentos de um conjunto de limites de exposição máxima permitida por emitentes e por classe de ativos.

- Risco Cambial: Os ativos e passivos encontram-se denominados em determinada moeda, sendo este risco resultado das variações dessas denominações face a possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência. A gestão do risco cambial através do estabelecimento de limites para a sua exposição está definida na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizadas regularmente ao nível do Comité Financeiro.

- Risco de Variação das taxas de juro: As operações da Companhia encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os ativos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes. A gestão do risco da taxa de juro está definida na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

- Risco de Imobiliário: Risco que resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado, e está definido na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro. A mitigação deste risco na Companhia realiza-se através da formalização na política de investimentos de limite de exposição e por analise especifica e *ad-hoc* para cada novo investimento direto ou indireto em ativos expostos ao risco imobiliário.

- Risco de *Spread*: Parte do risco dos ativos que é explicada pela volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Este risco está definido na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade, e os respetivos impactos no capital próprio e resultados (líquidos de imposto):

Valores em milhares de euros

	2022	
	Capital Próprio	Ganhos e Perdas
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	(2 591)	3
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	2 591	-
Valorização de 10% no valor de mercado de ações	512	-
Desvalorização de 10% no valor de mercado de ações	(512)	-

	2021	
	Capital Próprio	Ganhos e Perdas
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	(2 972)	8
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	2 980	-
Valorização de 10% no valor de mercado de ações	669	-
Desvalorização de 10% no valor de mercado de ações	(669)	-

2) RISCO DE USO DE PRODUTOS DERIVADOS E SIMILARES

A gestão do risco de produtos derivados está definida na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Na Política de Investimentos encontram-se identificados os objetivos e estratégias inerentes ao uso de produtos derivados e similares, bem como a necessidade de aprovação de qualquer transação ou estratégia previamente à sua execução.

Contudo a Companhia durante o ano de 2022, há semelhança do verificado em exercícios anteriores, não se encontrou exposta ao risco de produtos derivados e similares, dado que não utilizou instrumentos derivados.

3) RISCO ALM

O risco ALM não é muito relevante para a atividade Não Vida. A gestão do risco de ALM está definida na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

NÍVEIS HIERÁRQUICOS

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação, os ativos financeiros disponíveis para venda, os ativos financeiros ao justo valor através de reservas e os ativos financeiros ao justo valor através de resultados podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

NÍVEL 1 – quando são valorizados de acordo com cotações disponíveis em mercados ativos;

NÍVEL 2 – quando são valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

NÍVEL 3 – quando são valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas, um peso significativo na valorização obtida.

A Companhia classifica os seus ativos de acordo com as IFRS13 bem como de acordo com as políticas definidas pelos seus acionistas. Utilizando regras ou modelos com suporte em variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

O escalonamento dos ativos financeiros, por níveis hierárquicos, é analisado da seguinte forma:

	2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	90 159 334	-	1	90 159 335
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	17 743 568	-	-	17 743 568
De outros emissores	72 415 766	-	1	72 415 767
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	6 842 727	-	-	6 842 727

	2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	99 955 537	-	1	99 955 538
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	14 695 536	-	-	14 695 536
De outros emissores	85 260 001	-	1	85 260 002
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	8 916 944	-	-	8 916 944

Justo valor de ativos e passivos não mensurados ao justo valor:

	2022	
	Valor de balanço	Justo valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 198 152	2 198 152
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	3 177 840	3 177 840
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 698 220	2 698 220
Ativos financeiros ao justo valor	8 074 211	8 074 211
Outros credores por operações de seguro e outras operações	3 503 299	3 503 299
Passivos financeiros ao justo valor	3 503 299	3 503 299

	2021	
	Valor de balanço	Justo valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 313 196	3 313 196
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	9 045 197	9 045 197
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 420 946	2 420 946
Ativos financeiros ao justo valor	14 779 339	14 779 339
Outros credores por operações de seguro e outras operações	2 969 241	2 969 241
Passivos financeiros ao justo valor	2 969 241	2 969 241

A Companhia entende que para estes ativos e passivos o seu justo valor aproxima-se do seu valor de balanço essencialmente devido à sua curta maturidade.

4) RISCO DE CRÉDITO

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais, ou seja, traduz-se na maior ou menor capacidade dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta, não conseguirem efetuar o cumprimento das suas obrigações, devido a alterações da sua situação creditícia.

Na Companhia o risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos, clientes e resseguro (risco de contraparte).

A Companhia continua a praticar as medidas de mitigação de risco mencionadas em anos anteriores, nomeadamente:

- Clientes: Devido à configuração específica da atividade, *bancassurances*, a Companhia utiliza como regra de cobrança de prémios o débito em conta, o que reduz substancialmente o risco de crédito.
- Resseguro: Ao nível do resseguro o risco de crédito é mitigado pelo estabelecimento de contratos nesta matéria, essencialmente com os líderes mundiais, existindo uma seleção de Resseguradores de acordo com níveis mínimos de *rating*, efetuando a Companhia um acompanhamento regular da sua evolução.
- Investimentos: As regras definidas na política de investimentos da Companhia procuram mitigar este risco considerando as regras de diversificação, limites setoriais e o rating das entidades envolvidas (em vigor neste momento a regra prudencial de Solvência II: o segundo melhor rating entre as quatro mais conhecidas empresas de notações).

Relativamente ao risco de crédito a 31 de dezembro de 2022 e 2021, é analisado como segue:

	2022						
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	2 198 121	31	2 198 152
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	4 136 027	29 198 858	34 286 605	22 537 844	-	1	90 159 335
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	6 842 727	6 842 727
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	-	3 177 840	-	3 177 840
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	-	1 117 629	356 795	-	-	1 223 796	2 698 220
Total	**4 136 027**	**30 316 487**	**34 643 400**	**22 537 844**	**5 375 961**	**8 066 555**	**105 076 273**

	2021						
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	3 313 167	29	3 313 196
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	3 590 977	27 499 357	41 407 135	27 458 069	-	1	99 955 538
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	8 916 944	8 916 944
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	-	9 045 197	-	9 045 197
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	-	955 077	212 979	-	-	1 252 889	2 420 946
Total	**3 590 977**	**28 454 434**	**41 620 114**	**27 458 069**	**12 358 364**	**10 169 863**	**123 651 820**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a exposição à dívida pública por País é analisada como se segue:

2022		
País emissor	Valor de Balanço	Percentagem
Áustria	767 638	4,33%
Bélgica	766 399	4,32%
Alemanha	794 700	4,48%
Espanha	2 538 484	14,31%
França	6 586 563	37,12%
Islândia	1 320 468	7,44%
Polónia	513 709	2,90%
Portugal	4 455 608	25,11%
Total	**17 743 568**	**100,00%**

2021		
País emissor	Valor de Balanço	Percentagem
França	4 096 067	27,87%
Portugal	4 356 302	29,64%
Espanha	2 495 743	16,98%
Islândia	1 507 363	10,26%
Áustria	853 294	5,81%
Bélgica	839 199	5,71%
Polónia	547 569	3,73%
Total	**14 695 536**	**100,00%**

A Companhia considera a probabilidade de incumprimento com o reconhecimento inicial do ativo e consoante a ocorrência de aumentos significativos do risco de crédito de forma contínua em cada período de reporte. De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, a Companhia compara o risco de incumprimento ocorrer por referência à data de relato, com o risco de incumprimento avaliado por referência à data de reconhecimento inicial.

Adicionalmente e para instrumentos financeiros com *rating* de boa qualidade ("*investment grade*") a companhia considera que apenas existe um aumento significativo do risco de crédito com um "*downgrade*" do instrumento para *rating* inferior a "*investment grade*".

Considera-se informação prospetiva razoável e devidamente suportada. Os seguintes indicadores são incorporados:

- Risco de crédito externo / Risco de crédito interno;
- Sector de atividade do emitente;
- País de risco do emitente;
- Aumentos significativos no risco de crédito dos outros instrumentos financeiros do devedor;
- Alterações significativas na performance e comportamento expectável do devedor;

- Informações macroeconómicas (tais como taxas de juro de mercado ou taxas de crescimento) são incorporadas no modelo de crédito interno.

RISCO DE CONCENTRAÇÃO

O risco de concentração é o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos, com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou solvência da Companhia.

A gestão deste risco relativamente aos ativos está definida na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A sua mitigação, para a Companhia, consubstancia-se na referida Política, através da definição de limites de exposição por emitentes, por *rating*, por classe de ativos (*asset allocation*) e por setor.

A diversificação dos ativos financeiros por setores de atividade, como forma de mitigar a concentração do risco de crédito, pode ser analisada para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme se segue:

	2022					
	Justo valor através de Ganhos e Perdas	Justo valor através de Reservas		Custo Amortizado		Total Geral
		Bruto	Imparidades	Bruto	Imparidades	
Dívida Pública	-	17 758 097	(14 529)	-	-	17 743 568
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	-	1 464 322	(1 029)	-	-	1 463 293
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	-	477 788	(285)	-	-	477 503
Atividades de informação e de comunicação	-	4 335 845	(2 691)	-	-	4 333 154
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	6 820 124	3 309 442	(627)	3 200 009	(22 169)	13 306 779
Atividades financeiras e de seguros	22 603	31 499 716	(19 225)	-	-	31 503 094
Atividades imobiliárias	-	3 890 775	(2 775)	-	-	3 888 000
Alojamento, restauração e similares	-	385 336	(124)			385 212
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	-	2 067 336	(1 325)	-	-	2 066 011
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	4 087 684	(3 470)	-	-	4 084 214
Indústrias extrativas	-	282 740	(576)	-	-	282 164
Indústrias transformadoras	-	18 023 277	(7 217)	-	-	18 016 060
Transportes e armazenagem	-	2 631 449	(598)	-	-	2 630 851
	6 842 727	**90 213 807**	**(54 472)**	**3 200 009**	**(22 169)**	**100 179 901**

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando não há expectativa real de recuperação.

	2021					
	Justo valor através de Ganhos e Perdas	Justo valor através de Reservas		Custo Amortizado		Total Geral
		Bruto	Imparidades	Bruto	Imparidades	
Dívida Pública	-	14 707 893	(12 357)	-	-	14 695 536
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	-	1 662 599	(681)	-	-	1 661 918
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	-	512 679	(177)	-	-	512 502
Atividades de informação e de comunicação	-	6 552 847	(2 631)	-	-	6 550 216
Atividades de saúde humana e apoio social	-	-	-	-	-	-
Atividades financeiras e de seguros	8 916 944	32 808 211	(18 851)	9 100 000	(54 803)	50 751 501
Alojamento, restauração e similares	-	407 279	(75)	-	-	407 204
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos		2 685 114	(967)			2 684 147
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	2 917 129	(1 357)	-	-	2 915 772
Indústrias extrativas	-	309 490	(374)	-	-	309 116
Indústrias transformadoras	-	25 405 279	(6 734)	-	-	25 398 544
Transportes e armazenagem	-	3 833 008	(1 059)	-	-	3 831 949
Atividades imobiliárias	-	3 362 632	(1 319)	-	-	3 361 313
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-	4 310 467	(732)	-	-	4 309 735
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	-	528 402	(177)	-	-	528 225
	8 916 944	**100 003 029**	**(47 492)**	**9 100 000**	**(54 803)**	**117 917 679**

Considerando que os produtos que a Mudum Seguros comercializa se dirigirem, de uma forma geral, a todos os clientes da rede de distribuição da Companhia (Bancos do Grupo Novo Banco) e atendendo ao modo como esta se encontra distribuída pelo País, entende-se que ao nível dos passivos se verifica uma distribuição que evita a concentração numa única fonte de risco (clientes ou regiões).

RISCO DE LIQUIDEZ

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de satisfazer as responsabilidades exigidas à medida que estas se vençam e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas e inaceitáveis ao alienar investimentos ou outros ativos de forma não programada.

A gestão do risco de liquidez está definida na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A maturidade dos ativos é como segue:

	2022					
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Sem maturidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 198 152			-		2 198 152
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	13 772 286	22 049 410	20 416 982	33 920 657		90 159 335
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	6 842 727	6 842 727
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	3 177 840		-	-	-	3 177 840
Provisões técnicas de resseguro cedido	12 431 165	-	-	-	-	12 431 165
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 698 220	-	-	-	-	2 698 220
Total de Ativos	31 099 823	22 049 410	20 416 982	33 920 657	6 842 727	117 507 438
Provisões Técnicas	68 467 517	7 669 424	2 004 849	4 782 463	-	82 924 252
Outros Credores por operações de seguros e outras operações	3 503 299	-	-	-	-	3 503 299
Total de Passivos	**71 970 816**	**7 669 424**	**2 004 849**	**4 782 463**	**-**	**86 427 551**

	2021					
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Sem maturidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 313 196			-		3 313 196
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	6 704 944	27 458 585	30 722 783	35 069 226		99 955 538
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					8 916 944	8 916 944
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	9 045 197	-	-	-	-	9 045 197
Provisões técnicas de resseguro cedido	13 390 234	-	-	-	-	13 390 234
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 420 946	-	-	-	-	2 420 946
Total de Ativos	34 874 516	27 458 585	30 722 783	35 069 226	8 916 944	137 042 054
Provisões Técnicas	65 195 741	6 968 918	2 101 608	7 646 844	-	81 913 110
Outros Credores por operações de seguros e outras operações	2 969 241	-	-	-	-	2 969 241
Total de Passivos	**68 164 982**	**6 968 918**	**2 101 608**	**7 646 844**	**-**	**84 882 351**

A gestão da liquidez na Companhia tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. A liquidez também é gerida numa ótica que permita responder de uma forma satisfatória a situações de stresse de liquidez.

Assim a Companhia tem em vigor um conjunto de limites que considera importantes que sejam mantidos de forma a garantir os seus objetivos.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional traduz-se, genericamente, pelo risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos operacionais, mas tem vindo progressivamente a desenvolver um trabalho que visa assegurar a identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Como medidas de mitigação existentes na Companhia face aos riscos atrás identificados, destacam-se as seguintes:

- Implementação do código de conduta;
- Existência de normativo interno e manuais de procedimentos e delegação de competências atualizada;
- Implementação de políticas e risco operacional e prevenção da fraude;
- Existência de segregação de funções, incluindo as autorizações e competências para transações e pagamentos;

- Monitorização da conformidade com legislação emanada pelo regulador, leis, regulamentos e outras exigências legais;
- Documentação dos controlos e procedimentos;
- Reporte de perdas operacionais e proposta de planos de ação para mitigar perdas registadas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócio;
- Formação de colaboradores.

Os Comités existentes e diretamente relacionados com gestão de risco, controlo e *compliance*, contribuem para a mitigação deste risco funcionando como facilitadores no processo de identificação, avaliação, quantificação de risco e monitorização de recomendações.

Existe também na Companhia um Comité de Segurança com objetivo de assegurar que a segurança informática, de pessoas e bens e a continuidade de negócio são garantidas por recursos adequados e estão formalmente definidas e regulamentadas.

Com o objetivo de mitigar o risco de *outsourcing*, a Companhia dispõe de uma política de contratação, bem como de procedimentos de avaliação de fornecedores (*compliance* com sanções internacionais, análise de *adverse media*) que procuram assegurar o cumprimento de todos os requisitos e formalidades respeitantes à celebração de contratos com entidades consideradas relevantes ao desenvolvimento e sucesso do negócio.

RISCO REPUTACIONAL

O risco reputacional pode ser definido como o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais do que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como do nome que lhe está associado, sendo a gestão deste risco efetuada de uma forma regular, que pode ser exemplificada com as medidas implementadas nos últimos anos, tais como:

- A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social, utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária / comercial;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor do cliente;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Avaliação regular do risco de reputação através dos processos de "*assessment*" (matrizes de gestão de risco).

NOTA 32 – REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA

No regime de Solvência II, aplicável ao sector segurador, destacam-se a avaliação dos ativos e passivos, baseada em princípios económicos assim como o alinhamento dos requisitos de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas e a existência de um modelo de negócio e uma cultura de gestão (e de supervisão) baseada nos riscos.

No que se refere aos objetivos em matéria de requisitos de capital, eles foram definidos na política de apetite ao risco e mantém-se em linha com o estabelecido anteriormente, ou seja, a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

Ao longo do exercício a Mudum Seguros procedeu à avaliação regular dos requisitos de solvência e dos fundos próprios disponíveis, efetuando os reportes regulamentares previstos.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2022. Os elementos finais e auditados serão divulgados no Relatório de Solvência e Situação financeira até ao próximo dia 7 de abril de 2023.

NOTA 33 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Operações Intra-Grupo

Os saldos apresentados resultam das operações realizadas com entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas. Estas operações inserem-se no normal desenvolvimento da atividade da Companhia.

	31/12/2022				31/12/2021			
	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS
Crédit Agricole Assurances Solutions	72 000	-	(3 051)	-	11 439	-	19 926	-
Acréscimos e diferimentos	72 000	-	-	-	11 439	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	(3 051)	-	-	-	19 926	-
Crédit Agricole S.A.	601 272	15 834	15 834	14 494	644 304	9 396	1 325	14 488
Ativos financeiros	601 272	-	0	14 494	644 304	-	271	14 488
Acréscimos e diferimentos	-	15 834	-	-	-	9 396	-	-
Prestação de serviços	-	-	15 834	-	-	-	1 054	-
Crédit Agricole Vita, S.p.A.	-	-	11 224	-	-	-	10 224	-
Prestação de serviços	-	-	11 224	-	-	-	10 224	-
Credibom	-	172 689	77 868	-	-	94 821	107 286	-
Comissões	-	172 689	77 868	-	-	94 821	107 286	-
CACI Reinsurance	872 547	-	(170 058)	409 455	250 021	-	(226 479)	21 223
Outros credores / Resseguro	872 547	-	-	-	250 021	-	-	-
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	480 015	-	-	-	(725 664)
Comissões participação resultados resseguro cedido	-	-	-	(70 560)	-	-	-	746 887
Custos com sinistros / Parte dos resseguradores	-	-	(170 058)	-	-	-	(226 479)	-
	1 545 820	**188 524**	**(68 183)**	**423 949**	**905 764**	**104 217**	**(87 717)**	**35 712**

É convicção da Administração que todas as operações realizadas com empresas associadas e relacionadas foram efetuadas a preços de mercado, idênticos aos preços praticados em transações semelhantes com outras entidades.

Para os efeitos da presente nota, entendemos que são relevantes, como elementos responsáveis pela gestão conforme enquadrado na IAS 24, os membros dos órgãos de administração.

As remunerações e outros benefícios dos membros dos órgãos de administração estão divulgadas no capítulo "Politica de Remuneração" incluído no ponto 1.1 Estrutura e Práticas de Governo Societário do Relatório de Gestão e na nota 10.

Durante os exercícios de 31 de dezembro de 2022 e 2021, não se registaram quaisquer transações adicionais com partes relacionadas entre a Companhia e os seus Acionistas, excetuando a distribuição de dividendos, de acordo com a nota 30.

NOTA 34 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

1. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO:

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2022.

Nenhuma das emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2022 e abaixo discriminadas tem impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 16 (ALTERAÇÃO)

'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021'. A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022, permitindo registar as rendas bonificadas no âmbito da COVID-19 como pagamentos de locação variáveis, e não como uma modificação à locação. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que a extensão do expediente prático apenas pode ser aplicada pelos locatários que aplicaram o expediente prático anterior.

A aplicação prática desta medida foi efetivada em 2022.

IAS 16 (ALTERAÇÃO)

'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento'. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospetiva, sem reexpressão dos comparativos.

IAS 37 (ALTERAÇÃO)

Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato'. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente

relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.

IFRS 3 (ALTERAÇÃO)

'Referências à Estrutura conceptual'. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar, relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva.

IFRS 1 (MELHORIA)

'Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez'. Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras pode ser efetuada pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, com base na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.

IFRS 9 (MELHORIA)

'Desreconhecimento de passivos – custos incorridos a incluir no teste dos 10% de variação'. Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, o mutuário deve determinar o valor líquido entre honorários pagos e honorários recebidos considerando apenas os honorários pagos ou recebidos entre o mutuário e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos, por qualquer uma das entidades em nome da outra.

IFRS 16 (MELHORIA)

'Incentivos à locação'. Esta melhoria refere-se à alteração do Exemplo ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16, para eliminar inconsistências no tratamento contabilístico de incentivos à locação, atribuídos pelo locador.

IAS 41 (MELHORIA)

'Tributação e mensuração do justo valor'. Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios da IFRS 13 – 'Justo valor'.

2. NORMAS (NOVAS E ALTERAÇÕES) PUBLICADAS, CUJA APLICAÇÃO É OBRIGATÓRIA PARA PERÍODOS ANUAIS QUE SE INICIEM EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2023, JÁ ENDOSSADAS PELA UNIÃO EUROPEIA:

IAS 1 (ALTERAÇÃO)

'Divulgação de políticas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2 foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas.

IAS 8 (ALTERAÇÃO)

'Divulgação de estimativas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.

IFRS 17 (NOVA E ALTERAÇÃO)

'O IASB emitiu em 18 de maio de 2017 uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurado e apresentado a performance dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023.

A IFRS17 estabelece os princípios de reconhecimento, mensuração e divulgação dos contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Neste sentido, os contratos de investimento sem participação nos resultados e contratos de unit linked não são avaliados de acordo com os princípios da IFRS 17 e serão considerados no âmbito da IFRS 9, em linha com a abordagem considerada em ambiente de IFRS 4 / IAS 39.

De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de agrupar os contratos de seguro com riscos similares e geridos em conjunto (unidades de conta). Decorrente da análise às carteiras de contratos de seguro, as unidades de conta para o ramo Não Vida foram definidas com base na visão de risco, o que implica a separação das componentes de seguro dos contratos. As unidades de conta para o ramo Vida foram definidas com base nas características implícitas aos contratos, nomeadamente, a tipologia de risco e a sua gestão. Para resseguro, o nível de agregação foi definido ao nível do tratado de resseguro.

De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A onerosidade foi definida ao nível da unidade de conta sendo que cada uma é considerada onerosa ou rentável.

A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou "General measurement model" ("GMM"); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou "Premium allocation approach" ("PAA"); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou "Variable fee approach" ("VFA").

Considerando a definição de contrato de seguro, todos os contratos existentes na Companhia estão avaliados conforme a IFRS 17. Não existem na Companhia contratos de seguro e/ou resseguro que tenham de ser avaliados de forma combinada, e não existem componentes a ser separadas aquando da mensuração contabilísticas dos produtos onde estão inseridas.

Relativamente ao método considerado na mensuração destes produtos, todos os contratos de Seguro Direto e Resseguro da Companhia são mensurados segundo a abordagem de imputação dos prémios (PAA). Este método de mensuração é aplicável a todo o portfolio Mudum, considerando os critérios de elegibilidade definidos no normativo. Considerando que todos os produtos da Companhia são mensurados através do PAA, na transição para a IFRS 17, foi considerada a Abordagem Retrospetiva Integral.

Os impactos mais significativos da alteração entre normas contabilísticas são derivados do efeito temporal do dinheiro (ainda que com um impacto reduzido), da componente de ajustamento de risco (que não existia anteriormente) e, finalmente, do conceito de custos atribuíveis a grupos de contratos.

IAS 12 (ALTERAÇÃO)

'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação retrospetiva.

3. NORMAS (NOVAS E ALTERAÇÕES) PUBLICADAS, CUJA APLICAÇÃO É OBRIGATÓRIA PARA PERÍODOS ANUAIS QUE SE INICIEM EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2023, MAS QUE A UNIÃO EUROPEIA AINDA NÃO ENDOSSOU:

IAS 1 (ALTERAÇÃO)

'Passivos não correntes com "covenants"' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarifica que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Esta alteração é de aplicação retrospetiva.

IFRS 16 (ALTERAÇÃO)

'Passivos de locação em transações de venda e relocação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospetiva.

NOTA 35 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Nada a assinalar.

Lisboa, 30 de março de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Anexo 1

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
						Unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
ACAFP 2 3/8 05/20/24		600 000	1,00		599 572	1,00	601 272
Sub-total					599 572		601 272
Total					599 572		601 272
2 - OUTROS TÍTULOS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 Instrumentos de Capital e unidades de participação							
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
IBERIS BLUETECH FUND II, FCR - A	1 000			1 000	1 000 000	969,02	969 020
Sub-total	1 000				1 000 000		969 020
2.1.2 Títulos de dívida							
2.1.2.1 De dívida pública							
PGB 0.3 10/17/31		500 000	0,94		467 695	0,76	381 313
PGB 1.65 07/16/32		500 000	1,00		498 034	0,86	428 832
PGB 1.95 06/15/29		450 000	1,04		468 647	0,94	423 023
PGB 3 7/8 02/15/30		1 000 000	1,22		1 217 371	1,07	1 072 166
PGB 4 1/8 04/14/27		2 000 000	1,12		2 236 111	1,08	2 150 273
Sub-total					4 887 859		4 455 608
Total	1 000				5 887 859		5 424 628
2.2 Titulos Estrangeiros							
2.2.1 Instrumentos de Capital e unidades de participação							
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
EIPF - European Impact Property Fund S.C.A.	9 533			105	1 000 000	104,71	998 186
ISHARES CORE MSCI JP - EURHA	98 715			6	577 779	6,06	598 549
ISHARES CORE MSCI WORLD	5 389			74	400 092	68,30	368 069
ISHARES EDGE MSCI WRLD VALUE	39 100			34	1 328 652	31,88	1 246 508
ISHARES MSCI WORLD EUR-H	17 511			73	1 277 617	63,68	1 115 100
SPDR MSCI ACWI EUR-H	106 846			17	1 815 468	14,27	1 524 692
Sub-total	277 094				6 399 608		5 851 104

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
						Unitário	Total
2.2.2 Títulos de dívida							
2.2.2.1 De dívida pública							
BGB 0.8 06/22/25		800 000	1,01		804 331	0,96	766 399
BTF 0 03/22/23		1 900 000	1,00		1 893 035	1,00	1 892 913
DBR 0 02/15/32		1 000 000	0,90		902 728	0,79	794 700
FRTR 0 05/25/32		1 600 000	0,89		1 416 361	0,75	1 202 720
FRTR 0 1/2 05/25/26		2 000 000	1,00		1 990 053	0,93	1 856 147
FRTR 2 11/25/32		1 800 000	0,98		1 761 746	0,91	1 634 783
ICELND 0 04/15/28		500 000	0,99		496 946	0,83	414 955
ICELND 0 5/8 06/03/26		1 000 000	1,00		998 662	0,91	905 513
ICO 0 3/4 10/31/23		1 000 000	1,00		999 832	0,98	983 573
POLAND 3 01/15/24		500 000	1,00		499 875	1,03	513 709
RAGB 1.2 10/20/25		800 000	1,02		814 277	0,96	767 638
SPGB 0 1/2 10/31/31		500 000	1,00		499 574	0,77	387 373
SPGB 0.7 04/30/32		1 500 000	0,95		1 426 203	0,78	1 167 538
Sub-total					14 503 624		13 287 960
2.2.2.3 De outros emissores							
AAPL 0 1/2 1/15/31 (MW)		1 000 000	0,79		787 839	0,79	789 600
AAPL 0 11/15/25 (MW)		600 000	1,00		599 456	0,92	550 758
ABBV 1 3/8 05/17/24 (MW)		300 000	1,00		299 868	0,98	294 132
ABNANV 0 7/8 01/15/24		1 000 000	1,00		998 804	0,99	987 580
ADENVX 1 12/02/24 (MW)		500 000	1,00		498 991	0,96	477 502
ADSGR 0 10/05/28 (MW)		900 000	1,00		896 201	0,83	747 297
ALDFP 1 1/4 03/02/26		800 000	1,00		799 062	0,92	737 009
ALSFR 0 3/8 10/05/31		1 500 000	0,99		1 492 375	0,78	1 163 031
ALV 0 3/4 06/26/23 (MW)		200 000	1,00		199 913	1,00	199 445
ANNGR 0 1/4 09/01/28 (MW)		400 000	0,99		397 428	0,76	304 692
ARNDTN 0 3/8 04/15/27 (MW)		900 000	0,98		885 228	0,66	592 138
ASABRE 0.155 10/23/24 (MW)		200 000	1,00		200 016	0,94	187 255
BAYNGR 0 3/4 01/06/27 (MW)		800 000	1,00		796 450	0,89	710 325
BERTEL 1 1/4 09/29/25		300 000	1,00		299 288	0,95	284 146
BFCM 0 3/4 06/15/23		1 500 000	1,00		1 499 224	1,00	1 494 554
BMW 1 08/29/25		900 000	1,00		899 561	0,95	852 919
BMW 1 11/14/24		400 000	1,00		399 112	0,96	384 699
BNP 1 1/8 08/28/24		400 000	1,00		399 576	0,97	387 229
BNS 0 1/4 11/01/28		1 500 000	0,93		1 395 953	0,80	1 195 950
BPCEGP 0 1/4 01/15/26		1 300 000	1,00		1 297 783	0,90	1 174 312
BRITEL 1 11/21/24		600 000	1,00		598 506	0,95	569 056
BRUAIR 1 05/03/24 (MW)		400 000	1,00		399 372	0,96	384 584
CAF 0 3/4 06/13/23		460 000	1,00		459 972	0,99	457 185
CAFP 1 05/17/27 (MW)		600 000	1,00		598 530	0,89	533 446
CARLB 0 1/2 09/06/23		700 000	1,00		699 058	0,99	690 171
CCE 2.625 11/06/23 (MW)		600 000	1,00		600 599	1,00	600 981
CFRVX 0 3/4 05/26/28 (MW)		800 000	1,00		799 462	0,88	703 568
CMARK 0 3/4 01/18/30		1 500 000	0,94		1 416 223	0,79	1 188 255
COFBBB 1 01/24/28 (MW)		800 000	1,00		798 833	0,81	649 818
CPGLN 0 5/8 07/03/24 (MW)		400 000	1,00		399 297	0,96	385 212
DBHNGR 0 1/2 04/09/27		700 000	1,00		697 049	0,89	623 626
DBHNGR 0.35 09/29/31		850 000	1,00		848 928	0,76	642 559
DEXGRP 1 10/18/27		1 000 000	1,00		998 140	0,90	903 537
DNBNO 0 3/8 01/18/28		1 500 000	1,00		1 496 835	0,87	1 308 893
EFSF 0.4 02/17/25		2 000 000	1,00		1 997 850	0,95	1 900 388
Sub-total					27 850 781		25 055 851

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
						Unitário	Total
Continuação					27 850 781		25 055 851
EIBKOR 0 5/8 07/11/23		800 000	1,00		799 854	0,98	787 170
ELIATB 1 3/8 01/14/26 (MW)		300 000	1,00		299 975	0,94	282 385
EMN 1 1/2 05/26/23 (MW)		500 000	1,00		500 538	1,00	500 810
ENELIM 1 1/2 07/21/25 (MW)		500 000	0,99		497 134	0,96	479 804
ENIIM 0 3/8 06/14/28 (MW)		900 000	1,00		898 998	0,82	741 640
ENIIM 1 03/14/25		500 000	1,00		499 531	0,95	477 025
EU 0 1/2 04/04/25		1 000 000	1,00		999 051	0,95	951 242
FRLBP 0 1/4 07/12/26		700 000	1,00		699 199	0,89	620 528
GS 0 7/8 05/09/29		500 000	1,00		499 711	0,80	402 429
GS 4 09/21/29		1 000 000	0,99		989 003	0,98	979 078
HEIANA 1 5/8 03/30/25 (MW)		200 000	1,00		199 793	0,97	194 232
HERIM 2 1/2 05/25/29 (MW)		800 000	0,99		793 482	0,92	732 679
HOFP 0 7/8 04/19/24 (MW)		800 000	1,00		799 966	0,97	776 974
HON 1.3 02/22/23 (MW)		800 000	1,00		799 978	1,01	806 890
HSBC 0 7/8 09/06/24		1 000 000	1,00		996 079	0,96	960 161
INGB 0 5/8 05/30/25		1 000 000	1,00		999 163	0,94	940 772
JCI 1 09/15/23 (MW)		500 000	1,00		499 520	0,99	493 876
K 0 1/2 05/20/29 (MW)		800 000	0,99		795 167	0,82	657 522
KFW 0 1/2 09/28/26		500 000	1,00		498 710	0,92	457 974
KFW 0 1/8 06/07/23		1 000 000	1,00		999 885	0,99	991 339
MA 1 02/22/29 (MW)		800 000	1,00		798 076	0,87	696 894
MCFP 0 1/8 02/11/28 (MW)		900 000	0,99		895 191	0,86	772 368
MDLZ 0 1/4 09/09/29 (MW)		850 000	1,00		846 931	0,80	675 923
MOTOPG 0 7/8 03/14/25		500 000	1,00		498 657	0,95	475 990
MOTOPG 1 5/8 06/09/23		250 000	1,00		249 866	1,00	250 294
MS 0.495 10/26/29 (MW)		800 000	1,00		800 040	0,80	639 684
MS 4.813 10/25/28 (MW)		700 000	1,00		699 897	1,02	716 922
MUFG 0.872 09/07/24		600 000	1,00		600 020	0,96	574 624
NDASS 0 3/8 05/28/26		2 000 000	1,00		1 993 161	0,91	1 815 979
NESNVX 0 7/8 03/29/27		1 200 000	1,00		1 198 623	0,92	1 099 332
NESNVX 1 1/8 04/01/26		300 000	1,00		299 092	0,95	285 617
NGGLN 1.054 01/20/31 (MW)		850 000	1,00		850 011	0,78	663 045
NHYNO 1 1/8 04/11/25 (MW)		300 000	1,00		299 176	0,94	282 164
NTT 0.342 03/03/30 (MW)		750 000	1,00		750 037	0,79	589 477
NYKRE 1 3/8 07/12/27		1 600 000	1,00		1 595 300	0,89	1 426 319
ONTTFT 0 1/2 05/06/25		1 000 000	1,00		999 349	0,94	936 584
ONTTFT 1.85 05/03/32		2 000 000	1,00		1 997 661	0,87	1 734 412
OPBANK 0 3/8 02/26/24		500 000	1,00		499 500	0,97	484 552
OPBANK 0.6 01/18/27		750 000	1,00		749 585	0,87	653 036
ORAFP 0 1/8 09/16/29 (MW)		400 000	0,99		397 743	0,80	318 021

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
						Unitário	Total
ORSTED 3 1/4 09/13/31 (MW)		500 000	1,00		499 860	0,96	481 693
PG 0 5/8 10/30/24 (MW)		1 500 000	1,00		1 498 789	0,96	1 434 782
PH 1 1/8 03/01/25 (MW)		500 000	1,00		499 837	0,96	479 035
PLD 1 02/08/29 (MW)		800 000	0,99		792 004	0,83	667 345
RABOBK 0 1/4 10/30/26		500 000	1,00		499 038	0,88	440 222
REESM 0 3/8 07/24/28 (MW)		600 000	0,99		595 992	0,86	513 332
RY 2 1/8 04/26/29		1 000 000	1,00		996 693	0,90	904 297
SANSCF 1 02/27/24		400 000	1,00		399 608	0,98	392 180
SANTAN 0 1/4 06/19/24		500 000	1,00		499 316	0,96	477 728
SCMNVX 0 3/8 11/14/28		400 000	0,99		397 621	0,83	330 549
SEB 0 5/8 11/12/29		500 000	1,00		498 420	0,80	398 265
SHBASS 1 04/15/25		500 000	1,00		498 637	0,95	477 437
SHBASS 1 3/8 02/23/29		600 000	1,00		599 346	0,86	516 063
SMINLN 1 1/4 04/28/23		500 000	1,00		499 802	0,99	496 914
SOCGEN 0 3/4 01/25/27		600 000	1,00		599 991	0,87	522 316
SOCGEN 0 7/8 09/22/28		400 000	1,00		399 001	0,85	339 539
SOCGEN 1 1/4 02/15/24		100 000	1,00		99 866	0,99	98 678
SRGIM 0 3/4 06/20/29 (MW)		800 000	0,99		795 716	0,82	652 813
SUMIBK 0.632 10/23/29		400 000	1,00		400 058	0,79	316 074
T Float 09/05/23		500 000	1,00		500 093	1,01	503 054
TELNO 0 3/4 05/31/26		1 000 000	1,00		999 186	0,91	907 137
TOYOTA 0 1/8 11/05/27		1 100 000	1,00		1 096 334	0,85	930 371
TOYOTA 0 5/8 09/26/23		500 000	1,00		499 786	0,99	493 157
TRNIM 1 04/10/26		300 000	1,00		299 875	0,93	278 463
TTEFP 0 5/8 10/04/24		300 000	1,00		299 617	0,96	286 622
ULFP 0 5/8 05/04/27 (MW)		600 000	0,99		596 972	0,85	510 976
UPS 0 3/8 11/15/23 (MW)		1 000 000	1,00		999 767	0,98	980 083
USB 0.85 06/07/24		400 000	1,00		399 982	0,97	387 776
VOD 1 1/8 11/20/25		200 000	1,00		199 400	0,93	186 571
VW 0 7/8 09/22/28		500 000	1,00		498 161	0,81	405 389
VZ 0 3/8 03/22/29 (MW)		800 000	1,00		797 953	0,81	645 142
WMT 4 7/8 09/21/29		400 000	1,24		495 383	1,09	437 116
WOWAU 0 3/8 11/15/28 (MW)		500 000	1,00		498 690	0,78	391 881
WSTP 0 3/8 03/05/23		1 150 000	1,00		1 149 820	1,00	1 149 876
ESF 6 7/8 10/21/19		1 000 000	1,00		998 597	0,00	1
Total					101 235 878		90 953 559
3 - TOTAL GERAL					**107 723 309**		**96 979 459**

Anexo 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2021 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2022 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
NÃO VIDA				
Acidentes e Doença				
Acidentes Trabalho	817 591,93	148.450,82	899.586,27	230.445
Acidentes Pessoais	160 955,20	595.699,64	105.046,61	539.791
Doença	(12 647,36)	2.742.599,42	(13.429,53)	2.741.817
Incêndio e outros danos	778 095,60	2.839.078,95	636.353,61	2.697.337
Automóvel				
Responsabilidade Civil	8 397 339,73	3.893.043,91	6.511.940,06	2.007.644
Outras Coberturas	78 491,30	440.002,36	50.021,85	411.533
TOTAL GERAL	**10 219 826,40**	**10.658.875,10**	**8.189.518,87**	**8.628.568**

Anexo 3

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos prestações (1)	Montantes Pagos Custo de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)*
Seguro Directo				
Acidentes e doença				
Acidentes Trabalho	148 451	1 888	81 994	232 334
Acidentes Pessoais	1 103 707	83 619	(368 810)	818 516
Doença	19 540 112	2 456 799	(328 419)	21 668 492
Incendio e outros danos	9 792 518	3 669 047	2 180 217	15 641 782
Automóvel				
Responsabilidade Civil	7 322 015	2 816 459	(1 352 997)	8 785 477
Outras Coberturas	2 176 710	5 883	364 248	2 546 842
Diversos	-	9	-	9
Total	**40 083 512**	**9 033 706**	**576 234**	**49 693 451**

Anexo 4

Ramo/Grupos de Ramos		Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro**
Seguro Directo						
Acidentes e doença	Acidentes Trabalho	616.502	611.916	232.334	120.325	(145.731)
	Acidentes Pessoais	10.368.888	9.268.424	818.516	3.593.465	(1.354.734)
	Doença	25.675.104	25.503.279	21.668.492	3.888.081	(289.365)
Incendio e outros danos		25.788.496	25.624.350	15.641.782	7.061.452	1.622.746
Automóvel						
Responsabilidade Civil		9.177.234	9.298.409	8.785.477	2.356.319	(1.471.010)
Outras Coberturas		5.918.328	5.970.766	2.546.842	504.748	(302.159)
Diversos		7.392	8.364	9	1.268	(7.883)
	Total	**77.551.945**	**76.285.509**	**49.693.451**	**17.525.657**	**(5.193.627)**

* Sem dedução da parte dos resseguradores
** Saldo favorável aos Resseguradores

3

CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA/ RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Mudum – Companhia de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 125.618.061 euros e um total de capital próprio de 23.615.775 euros, incluindo um resultado líquido de 5.218.538 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Mudum – Companhia de Seguros, S.A.em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
Provisão para sinistros – de outros ramos *Mensuração e divulgações relacionadas com a provisão para sinistros de outros ramos, apresentadas nas notas 2, 3, 6 e 23 anexas às demonstrações financeiras.*	
A provisão para sinistros de outros ramos, apresentada na demonstração da posição financeira, ascende a 36.731.345 euros em 31 de dezembro de 2022, representando 36% do total do passivo da Entidade. A avaliação da razoabilidade do montante da provisão para sinistros de outros ramos, inclui a comparação entre a estimativa atuarial do custo final dos processos de sinistros e os pagamentos já ocorridos. Para o efeito, a Entidade utiliza técnicas atuariais baseadas em modelos determinísticos e estocásticos, efetuando uma separação dos sinistros em grupos homogéneos de risco, considerando igualmente a respetiva volatilidade, de forma a incorporar os necessários níveis de confiança no respetivo provisionamento. A avaliação do grau de provisionamento envolve julgamento relativamente à seleção de pressupostos financeiros e atuariais, tais como taxas de desconto, tábuas de mortalidade, caudas de encerramento dos processos de sinistros, entre outros e, nessa medida, constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. O risco existente decorre da possibilidade do montante da provisão para sinistros de outros ramos, reconhecida pela Entidade, não ser suficiente para fazer face às responsabilidades assumidas à data de encerramento de contas.	Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram: • A identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas a processos de sinistros de outros ramos; • A verificação da efetividade dos controlos associados às análises atuariais efetuadas pela Entidade; • A realização de procedimentos de revisão analítica, tais como rácios de cobertura e rácios de sinistralidade; • A identificação e avaliação de pressupostos utilizados nas análises atuariais da Entidade; e • A realização de um conjunto de testes independentes e comparação dos nossos resultados com aqueles determinados pela Entidade. Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente à provisão para sinistros de outros ramos constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;

b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2017, para um mandato compreendido entre 2017 e 2019, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 23 de junho de 2020 para o mandato compreendido entre 2020 e 2023.

b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

30 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Aurélio Adriano Rangel Amado, ROC nº 1074
Registado na CMVM com o nº 20160686

RELATÓRIO E PARECER

DO CONSELHO FISCAL

MUDUM – Companhia de Seguros, S.A.

Exercício de 2022

Ao Acionista Único, da

MUDUM– COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à Vossa apreciação o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como emitir parecer sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras, o anexo às demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da MUDUM – Companhia de Seguros, S.A. (MUDUM) apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respetiva certificação legal das contas emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes, efetuando reuniões periódicas e apreciando os elementos contabilísticos que nos foram regularmente disponibilizados, bem como dos esclarecimentos complementares que nos foram prestados pelo Conselho de Administração. Para o efeito, reunimos regularmente com o Conselho de Administração da sociedade, bem como os responsáveis das áreas relevantes, nomeadamente a gestão de risco, a conformidade, a contabilidade e a auditoria interna.

Durante o exercício foi verificada a regularidade dos registos contabilísticos e o processo de monitorização e acompanhamento da atividade da Companhia, tendo os responsáveis das áreas operacionais reunido com Conselho Fiscal, apresentando as principais tendências e evoluções ocorridas ao nível da atividade desenvolvida e dos resultados obtidos.

De modo a garantir uma adequada fiscalização da eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna o Conselho Fiscal, ao longo do exercício, reuniu com: (i) os responsáveis da Auditoria Interna; (ii) o responsável pela área de identificação e monitorização do sistema de risco; e (iii) os auditores externos, tendo tomado conhecimento dos resultados do trabalho desenvolvido por estas diferentes funções. Não foram identificadas situações de risco anormais, sendo o sistema de controlo interno adequado face aos riscos operacionais e de relato financeiro identificados.

O Conselho Fiscal examinou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Companhia os quais visam assegurar a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das suas operações. Adicionalmente, o Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, sendo a mesma adequada.

Reunimos, com o Revisor Oficial de Contas, tendo tomado conhecimento dos resultados do trabalho desenvolvido nas diferentes fases da auditoria, nomeadamente os riscos identificados no decurso da etapa de planeamento e a resposta aos mesmos concebida pela equipa de auditoria, os testes de auditoria planeados, trabalho realizado e respetivas conclusões. O Revisor Oficial de Contas acompanhou o processo de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, tendo dado conhecimento ao Conselho Fiscal das suas conclusões e concordância quanto aos documentos elaborados pelo Conselho de Administração.

O Revisor Oficial de Contas, através do Relatório Adicional, dirigido ao Conselho Fiscal, comunicou os aspetos relevantes do trabalho realizado e respetivas conclusões.

Apreciamos o entendimento do Revisor Oficial de Contas quanto às matérias relevantes de auditoria referidas na Certificação Legal das Contas. No entendimento do Revisor Oficial de Contas, a provisão para sinistro de seguro – de outros ramos, constitui uma matéria relevante para efeitos da auditoria, não só pela expressão significativa no passivo, mas também por aquela rubrica requerer, no que respeita à sua determinação, a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão da Companhia.

O trabalho realizado pelo Revisor Oficial de Contas contou com a colaboração de especialistas em atuariado, tendo sido realizados os procedimentos de auditoria considerados adequados e revistas as divulgações relativamente à provisão para sinistros de outros ramos constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Verificamos a independência do Revisor Oficial de Contas para o exercício das suas funções, reunindo o mesmo, os necessários requisitos.

Tomamos conhecimento da Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2022 emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas e com a qual concordamos.

Procedemos à apreciação do relatório de gestão e das demonstrações financeiras da Companhia que nos foram apresentadas pelo Conselho de Administração. O relatório de gestão obedece às disposições legais e estatutárias, referindo os aspetos mais relevantes da atividade da Companhia durante o exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o referencial contabilístico em vigor, sendo os princípios contabilísticos e os critérios valorimétricos adotados adequados e permitindo que as mesmas apresentem uma imagem verdadeira da posição financeira e dos resultados da Companhia.

Parecer

Como resultado das ações de fiscalização realizadas e apreciados os documentos referidos no número anterior, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove:

a) O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas do exercício de 2022, tal como foram apresentados pela Administração;

b) A proposta para a aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer aos membros do Conselho de Administração, ao Revisor Oficial de Contas e aos Colaboradores da Companhia toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 30 de março de 2023

O Conselho Fiscal

Presidente - António Joaquim Andrade Gonçalves

Vogal - José Maria Ribeiro da Cunha

Vogal - Paulo Ribeiro da Silva

mudum

Companhia de Seguros

GROUPE CRÉDIT AGRICOLE